

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PGLetras  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**

**A REFERENCIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) NO TEXTO DIGITAL:  
um Olhar Fenomenológico**

**SÃO LUÍS  
2019**

**IVALDO CARLOS DE OLIVEIRA CARDOSO**

**A REFERENCIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) NO TEXTO DIGITAL:  
um Olhar Fenomenológico**

Dissertação de Mestrado em Letras apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLEtras da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Veraluce da Silva Lima

**SÃO LUÍS  
2019**

Cardoso, Evaldo Carlos de Oliveira.

A REFERENCIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) NO TEXTO DIGITAL: um Olhar Fenomenológico / Evaldo Carlos de Oliveira Cardoso. - 2019.

155 f.

Orientador(a): Profª Drª Veraluce da Silva Lima.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Construção de sentido(s). 2. Fenomenologia Hermenêutica. 3. Referenciação. 4. Texto digital. I. Lima, Profª Drª Veraluce da Silva. II. Título.

**EVALDO CARLOS DE OLIVEIRA CARDOSO**

**A REFERENCIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) NO TEXTO DIGITAL:  
um Olhar Fenomenológico**

Dissertação de Mestrado em Letras apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLEtras da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do Português Brasileiro

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Veraluce da Silva Lima**  
Orientadora/Presidente  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Magalhães Cavalcante**  
Examinador Externo  
Universidade Federal do Ceará

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria da Graça dos Santos Faria**  
Examinador Interno  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl**  
Membro Suplente  
Universidade Federal do Maranhão

*“A escolha pelo sentido é, pois, o pressuposto mais geral de toda a hermenêutica”.*

*Paul Ricoeur*

Em minha instigante e árdua trajetória acadêmica, muitas vezes, precisei da presença amiga, da força e da oração daqueles a quem muito amo. A eles, portanto, dedico este trabalho:

Aos meus pais, Benedito e Angelina (*in memoriam*), que do Céu sempre velam por mim. À minha amada esposa, Isomária, por sonhar junto comigo e por ser a primeira e grande incentivadora no meu processo de realização do Mestrado em Letras. Aos meus amados filhos – Jonas, Estéfana e Gabriel –, por me proporcionarem a leveza, o carinho e o incentivo necessários durante minha laboriosa jornada investigativa. Aos meus queridos padrinhos – José Ferreira Cardoso, José Paulino Lopes da Silva (do coração), Francisca das Chagas Cardoso da Silva – e ao meu tio Zacarias (o Zaca), por sempre acreditarem e torcerem por minha vitória.

## AGRADECIMENTOS

*“Para seres humanos, não existe vivência, existe apenas convivência. Nós somos humanos com outros humanos. A nossa humanidade é compartilhada. Ser humano é ser junto”.*

*Mário Sérgio Cortella*

Essas palavras têm um significado especial para nós, pois trazem à luz aquilo que, em essência, procuramos cultivar em nossa vida. Por isso, a partir delas, queremos expressar toda a nossa gratidão àqueles que contribuíram para a construção desta obra tão significativa para nós.

Nossos primeiros agradecimentos vão para Deus, Mestre da Sabedoria, em quem buscamos a inspiração e a força necessárias, para realizar um sonho por nós há muito acalentado: o Mestrado Acadêmico em Letras.

Exprimimos, também, nossa gratidão às seguintes pessoas:

- À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Veraluce da Silva Lima, pesquisadora sábia e humana, a quem tributamos reconhecimento e admiração, pelo apoio incondicional e pelo rigor de sua orientação, com observações sempre pertinentes acerca de nossa pesquisa, pela maestria e zelo com que trata as questões teórico-epistemológicas e, sobretudo, por nos conduzir sabiamente em nossa trajetória de investigação linguístico-fenomenológica.

- À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mônica Magalhães Cavalcante, que integra parte muito relevante do nosso arcabouço teórico, pelas pertinentes observações e sugestões acerca de nossa pesquisa, no momento do Exame de Qualificação, o que contribuiu para que percorrêssemos um caminho teórico-epistemológico mais profícuo, a partir de sua proposta: fazer uma aproximação entre fenomenologia e referenciação.

- Às Professoras Doutoras Maria da Graça dos Santos Faria e Marize Barros Rocha Aranha, pelo diálogo profícuo, a partir do qual pudemos iluminar pontos importantes de nosso objeto de estudo.

- À Professora Doutora Conceição de Maria de Araújo Ramos, por partilhar relevantes conhecimentos linguísticos, os quais nos deram mais clareza e segurança acerca do fenômeno por nós investigado.

- Às Professoras Doutoradas Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl e Mônica Fontenelle Carneiro, por socializar conosco saberes linguísticos morfossintáticos de que nos valem para analisar nosso objeto de estudo.

- Ao Prof. Dr. João da Silva Araújo Júnior, pelos diálogos enriquecedores, que muito contribuíram para o desvelamento do fenômeno linguístico-textual, objeto de nossa investigação.

- Aos nossos estimados colegas, pela oportunidade da alegre e motivadora convivência e pelas trocas de ideias, sempre muito oportunas para a construção e ampliação do saber acadêmico.

- À nossa família: à amada esposa, pela compreensão, companheirismo e apoio incondicional em todos os momentos de nossas vidas; aos nossos diletos filhos, por serem uma motivação extra em nossa jornada acadêmica; aos queridos e inesquecíveis pais (*in memoriam*), que do céu certamente olham por nós, e aos nossos irmãos, pela união fraterna que sempre nos fortaleceu.

- Aos compadres Gabriel e Adriana, pela amizade sincera, pela cumplicidade e apoio imprescindíveis para nós; aos adoráveis sobrinhos (do coração), João Gabriel e Heitor, pelo amor sincero de criança e pela alegria que sempre nos trouxeram, e a toda a familiar Bacellar, pela prazerosa acolhida, sem a qual seria bem mais difícil realizar nossos estudos.

- Ao ex-aluno e amigo Neto (Taxista), que acompanhou toda a nossa jornada, por nos proporcionar viagens tranquilas e seguras – entre Chapadinha e São Luís –, e pelas conversas sempre bem humoradas e motivadoras.

Agradecemos, ainda, ao Colégio Batista Chapadinhense, nas pessoas do Professor Francejane Magalhães Gomes, da Secretária Florisnete Meneses da Costa, do Agente Administrativo Iranilson Soares da Silva e dos ex-alunos da 3ª série do Ensino Médio (Turma 2017), que foram os sujeitos de nossa pesquisa. Ao C.E. Dr. Paulo Ramos, nas pessoas da Professora Maria José e do Professor Mauro Reges; ao C.E. Dr. Otávio Vieira Passos, nas pessoas da Professora Meirinha e do Professor José Faria, e à Unidade Regional de Educação de Chapadinha, nas pessoas da Professora Leodenes Dahmer Baggio e da Professora Ângela Monteiro, pelo apoio incondicional à nossa pesquisa.

A todas essas pessoas, de coração aberto, dizemos:

MUITÍSSIMO OBRIGADO!



## RESUMO

A referenciação consiste numa prática discursiva em que a construção dos referentes, objetos de discurso, acontece de forma negociada, em uma concepção de língua(em) como uma atividade sociocognitiva. Nesse sentido, as interações socioculturais e o contexto passam a interferir diretamente no processo referencial. O presente trabalho tem como objetivo investigar, sob a perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva, o processo de referenciação e a construção de sentido(s) no texto digital, a partir da análise de realizações linguísticas de sujeitos interagentes no Facebook. Como aporte teórico, utilizamos os estudos de autores, como Cavalcante (2011, 2012, 2013, 2014, 2017), Crystal (2001), Barton e Lee (2015), Koch (2010, 2012, 2015, 2017), Lévy (2010, 2011), Marcuschi (2008, 2010, 2012, 2017), Mondada (1994, 1995, 2017), Mondada e Dubois (2016), Recuero (2014), Shepherd e Saliés (2013), dentre outros que discutem a questão referencial, a linguagem da Internet e o texto digital, possibilitando o desvelamento do fenômeno sob nossa investigação. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na Fenomenologia Hermenêutica de Paul Ricoeur (1989, 1991, 1996, 2005) e, para a coleta de dados, optamos pela construção de um *corpus* constituído por textos/comentários capturados de uma página criada dentro da rede social Facebook, a Debate News, exclusivamente para esta pesquisa. Para a análise dos dados, guiamo-nos pela seguinte questão norteadora: Como se realiza o processo de referenciação no texto digital? Dentre os textos/comentários do *corpus* construído, foram selecionados apenas 4 (quatro) para análise. Os resultados possibilitaram responder à questão norteadora de nossa pesquisa, ajudando-nos a compreender como o processo de referenciação se realiza no texto digital, levando-nos a afirmar que esse processo é realizado em função do querer dizer dos sujeitos, isto é, da construção de sentido(s) que se efetiva em suas práticas discursivas, dentro de um ambiente dinâmico de interação – a rede social Facebook –, o que se dá num processo de negociação, cooperação e de subjetividade compartilhada.

**Palavras-chave:** Referenciação. Texto digital. Construção de sentido(s). Fenomenologia Hermenêutica.

## ABSTRACT

The reference consists of a discursive practice in which the construction of referents, objects of discourse, happens in a negotiated way, in a conception of language as a sociocognitive activity. In this sense, the socio-cultural interactions and the context begin to interfere directly in the referential process. The present work aims to investigate, under the socio-cognitive-interactionist and discursive perspective, the process of reference and the construction of meaning (s) in the digital text, based on the analysis of linguistic realizations of interacting subjects on Facebook. As a theoretical contribution, we used the studies of authors such as Cavalcante (2011, 2012, 2013, 2014, 2017), Crystal (2001), Barton e Lee (2015), Koch (2010, 2012, 2015, 2017), Lévy (2010, 2011), Marcuschi (2008, 2010, 2012, 2017), Mondada (1994, 1995, 2017), Mondada e Dubois (2016), Recuero (2014), Shepherd e Saliés (2013), among others who discuss the referential question, the Internet language and the digital text, enabling the unveiling of the phenomenon under our investigation. The methodological procedures are based on the Hermeneutic Phenomenology of Paul Ricoeur (1989, 1991, 1996, 2005) and, for the collection of data, we chose to construct a corpus composed of texts/comments captured from a page created within the social network Facebook, Debate News, exclusively for this research. For the analysis of the data, we are guided by the following guiding question: How is the process of reference in the digital text carried out? Among the texts/comments of the constructed corpus, only 4 (four) were selected for analysis. The results allowed us to answer the guiding question of our research, helping us to understand how the process of reference is carried out in the digital text, leading us to affirm that this process is carried out based on what the subjects mean, that is, of the construction of meaning(s) that becomes effective in their discursive practices, within a dynamic interaction environment – the social network Facebook –, which occurs in a process of negotiation, cooperation and shared subjectivity.

**Keywords:** Reference. Digital text. Construction of sense(s). Hermeneutic Phenomenology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processamento da Anáfora Direta.....	34
Figura 2: Processamento da Anáfora Indireta.....	37
Figura 3: Exemplo de Página Hipertextual.....	53
Figura 4: Página Cadastre-se do Facebook.....	81
Figura 5: Página Perfil do Facebook.....	82
Figura 6: Interface Criar uma Página.....	82
Figura 7: Interface Publicações.....	83

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Análise Textual dos Discursos.....	25
Quadro 2:	Processos Referenciais.....	31
Quadro 3:	O Discurso da Fenomenologia.....	65
Quadro 4:	Unidades de Significado da Descrição 1.....	98
Quadro 5:	Unidades de Significado da Descrição 2.....	105
Quadro 6:	Recategorizações Predicativas.....	109
Quadro 7:	Unidades de Significado da Descrição 3.....	111
Quadro 8:	Unidades de Significado da Descrição 4.....	119
Quadro 9:	Quadro de Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas.....	127
Quadro 10:	Quadro Ilustrativo da Relação Introdução Intertextual/Texto- Fonte.....	134

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: O contínuo de gêneros na comunicação escrita tradicional falada e escrita.....	58
Gráfico 2: O contínuo de gêneros na comunicação digital mediada por computador.....	59

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A REFERENCIAÇÃO COMO DOMÍNIO TEÓRICO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Trajétoria da Linguística Textual.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Processos Referenciais.....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>OS NOVOS CAMINHOS DO TEXTO NA ERA DIGITAL.....</b>	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>A INTERFACE FENOMENOLOGIA E REFERENCIAÇÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>4.1</b>	<b>A Práxis Fenomenológica enquanto Saber Humano Filosófico...</b>	<b>62</b>
<b>4.2</b>	<b>A Hermenêutica de Paul Ricoeur.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.1</b>	<b>O Sentido e a Referência.....</b>	<b>75</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A Semântica de Profundidade.....</b>	<b>77</b>
<b>5</b>	<b>O ESTUDO EMPÍRICO DA PESQUISA.....</b>	<b>79</b>
<b>5.1</b>	<b>O Facebook como Região de Inquérito da Pesquisa.....</b>	<b>79</b>
<b>5.2</b>	<b>O Percurso e os Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>83</b>
<b>6</b>	<b>A REFERENCIAÇÃO NA REDE SOCIAL FACEBOOK E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) DO TEXTO.....</b>	<b>89</b>
<b>6.1</b>	<b>Tratamento dos Dados.....</b>	<b>89</b>
<b>6.2</b>	<b>Análise Fenomenológico-Hermenêutica dos Dados.....</b>	<b>96</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Análise Ideográfica: Identificação das Unidades de Significado e Explicitação das Descrições dos Sujeitos.....</b>	<b>96</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Análise Nomotética: Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas.....</b>	<b>126</b>
<b>6.2.2.1</b>	<b>Identificação das Categorias Abertas.....</b>	<b>126</b>
<b>6.2.2.2</b>	<b>Interpretação dos Resultados.....</b>	<b>131</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As investigações linguísticas começaram com os filósofos da Antiguidade Clássica, entre os quais, citamos Platão, a quem coube “estabelecer os primeiros elementos de uma concepção forte da natureza da linguagem” (AUROUX, 2009, p. 11). No entanto, o grande salto epistemológico a esse respeito aconteceu em tempos bem mais recentes, a partir da publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, em 1916. Segundo Flores (2017, p. 12), Saussure introduziu “na linguística de seu tempo uma perspectiva que perdura até hoje e que se configurou como algo incontornável: o pertencimento da linguística às ciências do homem”.

De início, a língua era vista apenas como um sistema ou estrutura, todavia, com o passar do tempo e com o avanço dos estudos, a Linguística atingiu outros patamares e a língua passou a ser vista sob outros ângulos, ratificando aquilo que o grande mestre suíço já asseverava: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2012, p. 39).

Nesse aspecto, ao longo do tempo, diversos olhares foram lançados sobre a língua – a partir de perspectivas também diversas –, originando, assim, diferentes ramos dentro da Linguística, entre eles, o que se volta ao estudo do texto, resultado de um longo percurso, de mais de três décadas, marcado por discussões e polêmicas, “[...] desde que o termo ‘Linguística de Texto’ foi empregado pela primeira vez por Harald Weinrich, autor alemão que postula toda a Linguística ser necessariamente Linguística de Texto” (BENTES, 2012, p. 261).

Entre as principais reflexões realizadas dentro da Linguística Textual, hoje, está o processo de referenciação, um dos processos essenciais à produção e à compreensão de textos, tanto por seu viés discursivo, quanto por sua importância na produção de sentido(s).

Segundo Marcuschi (2008), o tratamento da referência, na tradição dos estudos semântico-discursivos, passa por dois momentos distintos: o primeiro, centrado numa visão referencialista e instrumentalista da língua, em que os estudiosos defendem a ideia de haver uma relação direta, biunívoca, entre linguagem e mundo; o segundo, fundado em “uma noção de linguagem como atividade

sociocognitiva em que a interação, a cultura, a experiência e aspectos situacionais interferem na determinação referencial” (MARCUSCHI, 2008, p. 139).

O processo de referenciação insere-se nesse segundo momento, cujas bases teóricas, defendidas por estudiosos como Mondada (1994, 1995), Mondada e Dubois (2016), Apothéoz (2016), Koch (2010, 2014, 2015, 2016, 2017), Marcuschi (2008, 2012, 2017), Cavalcante (2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017), dentre outros, contrapõem os postulados teóricos do primeiro momento, mostrando que o fenômeno linguístico-textual referenciação corresponde à ação de criar referentes, ou objetos de discurso<sup>1</sup> – que não devem ser confundidos com a realidade –, já que estes a (re)constróem nas situações de interação comunicativa. Assim, “o **referente** é um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais” (CAVALCANTE, 2012, p. 98).

Ademais, ressaltamos que

O que se entende hoje por *referenciação* começou quando, bem longe daqui, na Suíça, em 1994, Lorenza Mondada propôs tratar da descrição de processos discursivos que se verificam na introdução de um objeto, nos ajustes que ele sofre quando vai participando da configuração complexa de um texto e na passagem de um objeto a outro (CAVALCANTE, 2011, p. 9).

Apesar dos significativos avanços nos estudos sobre a questão referencial, a partir dos quais passamos a compreender “a referenciação como um processo dinâmico de construção negociada de objetos de discurso (ou referentes)” (CAPISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 19), ainda há muito a ser investigado no âmbito desse domínio do conhecimento linguístico-textual, principalmente se considerarmos a diversidade de gêneros textuais existentes e a necessidade de entendermos como o ato de referir acontece em cada um desses gêneros.

Nesta pesquisa, investigamos o processo de referenciação e a construção de sentido(s) no texto digital, sob a perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva, a partir da qual assumimos a referenciação como uma prática discursiva, corroborando o posicionamento teórico já defendido por Mondada (1994, 1995), Mondada e Dubois (2016), Cavalcante (2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017), Koch

---

<sup>1</sup> Em nosso trabalho, utilizamos as expressões “referentes” e “objetos de discurso” como equivalentes, com base em Koch (2010, 2015, 2017) e Cavalcante (2011, 2012, 2017), entre outros que já o fazem dessa forma.



(2010, 2014, 2015, 2016, 2017), dentre outros que tratam de nosso fenômeno de investigação. Trata-se de uma propositura, ao mesmo tempo, instigante e desafiadora, já que, historicamente falando, os estudos a respeito da relação entre língua(gem) e tecnologia estão em um processo de consolidação no meio científico, havendo ainda muitas faces desse fenômeno a serem reveladas.

Assim sendo, para desvelarmos o fenômeno<sup>2</sup> sob nossa investigação – A REFERENCIAÇÃO COMO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) NO TEXTO DIGITAL: um Olhar Fenomenológico –, entendendo que seus sentidos estão além das aparências imediatas, propomos a relação entre a referenciação, na Linguística Textual, e a Fenomenologia Hermenêutica de Paul Ricoeur (1991, 1996, 2005), cujas reflexões, em sua Teoria da Interpretação, ressaltam a ideia de que “A referência exprime a plena exteriorização do discurso<sup>3</sup>, na medida em que o sentido não é só objecto ideal intentado pelo locutor, mas a realidade efectiva visada pela enunciação” (RICOEUR, 1996, p. 91).

Nesse aspecto, dentre as características da fenomenologia que se harmonizam com os pressupostos da Linguística Textual como um todo, estão a intersubjetivação, a necessidade de considerar a aproximação com o objeto de estudo, a ideia de que o sentido precisa contemplar o referente e os usos.

Neste trabalho, para além da vertente teórica, a fenomenologia constitui nosso método investigativo. Mesmo sabendo que outros caminhos poderiam ser tomados, a nossa escolha se deu principalmente pelo fato de que, ao contrário dos métodos de corrente positivista, cujos postulados preveem um distanciamento entre o sujeito e o objeto, o método fenomenológico, em sua primeira e principal regra, permite ao pesquisador “orientar-se pelas *coisas mesmas*, isto é, voltar dos discursos e opiniões às coisas mesmas, interrogá-las na doação originária de si e pôr de lado todos os preconceitos estranhos a elas” (HUSSERL, 2006, p. 61).

Nesse sentido, não há uma dicotomização entre o pesquisador e seu objeto de estudo, pelo contrário, na investigação fenomenológica, há uma intersubjetivação entre o indivíduo e o outro, de maneira tal, que “O sentido de ser se aloja nas tramas

---

<sup>2</sup> Empregamos o termo “fenômeno” com o sentido nascido dentro dos postulados teóricos fenomenológicos de Husserl, isto é, “como revelação da essência” (ABBAGNANO, 2012, p. 511).

<sup>3</sup> Esclarecemos – para evitarmos uma associação direta com os preceitos da Análise do Discurso, que o termo “discurso” é empregado/entendido em nosso trabalho como correspondente às “realizações linguísticas” dos sujeitos em suas interações sociocomunicativas (BAGNO, 2000), tanto dentro quanto fora dos espaços virtuais da Web.

cotidianas de se viver no mundo, mas só se evidencia, genuinamente, pelos estados de ânimo através dos quais, nesse mundo, cada homem experimenta” (CRITELLI, 2006, p. 141).

O método quantitativo de investigação toma como base dados objetivos, subvalorizando o caráter fluido e espontâneo manifesto no mundo-vida, por essa razão não se adequa à nossa pesquisa. Assim, a nossa opção por uma abordagem qualitativa de enfoque fenomenológico leva em conta que

[...] a escolha do método deve ser defendida tanto pela natureza da pesquisa que pretendemos realizar, quanto pelas possibilidades de conhecimento do fenômeno que estamos investigando, o qual busca uma aproximação e compreensão do individual, com o estabelecimento da intersubjetividade apreendida na convergência entre diferentes possibilidades com que as questões humanas se apresentam (SANTOS, 2006, p. 161).

Desse modo, na busca pelo desvelamento do fenômeno sob nossa investigação, consideramos a aproximação com o objeto de estudo uma necessidade, porque comungamos com a ideia

[...] de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZOTTI, 1995, p. 79).

Podemos ver, portanto, que há uma convergência entre a abordagem qualitativa e a fenomenologia, cuja premissa básica é a apreensão da essência geral do fenômeno concreto, numa perspectiva em que

[...] o método não descreve um processo de conhecimento determinado, não procura estabelecer o que é característico de um determinado conhecimento, mas aquilo que é essencial a todo conhecimento, aquilo em que consiste sua estrutura geral (HESSEN, 2012, p. 19).

Em nossa pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados o princípio da construção de *corpus*, que é uma maneira de proceder dentro de uma pesquisa qualitativa, a partir da definição de Barthes (1971), que afirma tratar-se de um conjunto finito de materiais, prévia e arbitrariamente determinado pelo pesquisador que vai analisá-lo.

O nosso *corpus*, dentro desse aspecto, é constituído por um conjunto de comentários produzidos por usuários do Facebook, em uma página criada e albergada

nessa rede social, especificamente para esta pesquisa, a Debate News, conforme o descrito no Capítulo 5.

Este trabalho está estruturado em 7 (sete) capítulos. O Primeiro Capítulo, a **INTRODUÇÃO**, aponta, em linhas gerais, aspectos importantes da trajetória da Linguística, que culminaram com o surgimento da “Linguística de Texto” ou “Linguística Textual”, berço da referenciação. Além disso, é apresentada a propositura central do trabalho e o caminho metodológico escolhido para a investigação do fenômeno em estudo.

Em **A REFERENCIAÇÃO COMO DOMÍNIO TEÓRICO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL** (Capítulo 2), mostramos de forma mais abrangente as principais bases teóricas sobre a questão referencial, um dos assuntos mais discutidos no âmbito da Linguística Textual atualmente, que tem suscitado estudos bastante consistentes no meio acadêmico, dentro do contexto sociocognitivo-interacionista e discursivo.

No Terceiro Capítulo, **OS NOVOS CAMINHOS DO TEXTO NA ERA DIGITAL**, abordamos, inicialmente, as transformações que a Internet trouxe à comunicação e à interação entre as pessoas, bem como sua influência nas questões de linguagem e vice-versa. Além disso, apresentamos aspectos característicos da escrita no mundo virtual, com ênfase no gênero textual Comentário e nas interações comunicativas na rede social Facebook, um importante *locus* de pesquisa de realizações linguístico-digitais.

Já em **A INTERFACE FENOMENOLOGIA E REFERENCIAÇÃO** (Capítulo 4), procuramos demonstrar o quanto esses campos teórico-epistemológicos se aproximam e como são importantes à Linguística Textual, no que se refere à construção de sentido(s) do texto, com ênfase na Teoria da Interpretação de Paul Ricoeur, como parte da convergência entre esses dois domínios do conhecimento.

No Capítulo 5, **ESTUDO EMPÍRICO DA PESQUISA**, mostramos o Facebook como região de inquérito, descrevendo essa rede social em suas peculiaridades, principalmente no que tange aos espaços de escrita, além de destacarmos sua importância como fonte de pesquisa no cenário acadêmico. Ainda nesse capítulo, mostramos o nosso percurso e procedimentos metodológicos, enfocando os elementos essenciais do fazer fenomenológico enquanto método de investigação.

Em continuidade ao aspecto empírico do trabalho, no Capítulo 6, **A REFERENCIAÇÃO NA REDE SOCIAL FACEBOOK E A CONSTRUÇÃO DE**

**SENTIDO(S) DO TEXTO**, descrevemos o tratamento dos dados, a partir da perspectiva de Análise Fenomenológico-Hermenêutica, o que culmina com dois tipos essenciais de análise no âmbito do fazer fenomenológico: Análise Ideográfica, por meio da qual identificamos e explicitamos as Unidades de Significado emergentes das realizações linguísticas dos sujeitos da pesquisa, nas Descrições em estudo, e Análise Nomotética que, interconectada à primeira análise, nos possibilitou a identificação das Categorias Abertas, sobre as quais nos debruçamos, em vista de tecer uma rede de significados, com base na trajetória teórico-metodológica construída para o desvelamento do fenômeno em investigação.

Em nossas **CONSIDERAÇÕES FINAIS** (Capítulo 7), retomamos a questão norteadora da pesquisa e apresentamos algumas percepções acerca do fenômeno investigado, pontuando os resultados que essa investigação nos proporcionou e a sua importância para a construção do conhecimento científico, principalmente no que diz respeito à Linguística Textual, na tríplice relação dos elementos fundantes desta investigação: a referenciação, a fenomenologia e o texto digital.

Isso posto, entendemos que a nossa pesquisa traz uma contribuição significativa para os estudos linguísticos, uma vez que toma um caminho até então pouco (ou não) explorado no meio acadêmico: a aproximação entre referenciação e fenomenologia, ao buscarmos compreender como os sentidos são construídos no texto digital. E, sabendo dos limites e lacunas de nossa investigação, não temos aqui a intenção de dar por esgotadas as possibilidades de análise, pois tal atitude seria demasiadamente ousada e não condizente com o fazer científico. O que buscamos, então, é trazer um pouco de luz ao conhecimento humano em torno da língua(gem), considerando que “[...] as análises fenomenológicas vêm situar-se sob as análises linguísticas” (RICOEUR, 1989, p. 20).

## 2 A REFERENCIAÇÃO COMO DOMÍNIO TEÓRICO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Para dar conta do complexo fenômeno da língua(gem), a Linguística vem passando por importantes aprimoramentos teóricos ao longo da história. É nesse percurso evolutivo que surge a Linguística de Texto ou Linguística Textual, um novo ramo, cuja “hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem” (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 11). Além disso,

Apenas o texto possibilita a compreensão mais global e mais consistente do fenômeno linguístico. Todas as possíveis variações de interpretação, de sentidos e referências são mais complexas no texto do que em frases soltas. Na verdade, é no âmbito das realizações textuais que se pode ver *toda a complexidade da conexão entre o linguístico, o cognitivo e o contextual*. Ou, noutros termos, toda a vinculação entre o sintático, o semântico e o pragmático. Isto é, a vinculação entre as combinações de distintas unidades, os sentidos daí decorrentes, os saberes implicados e os efeitos derivados das diferentes condições de uso (ANTUNES, 2017, p. 31-32).

Neste capítulo, apresentamos, ainda que em linhas gerais, os aspectos mais significativos da Linguística Textual, cuja trajetória evolutiva propiciou uma mudança de paradigma em relação ao conceito e à análise de texto, chegando à ideia de que, na constituição da textualidade, a *cognição*, a *interação social*, a *discursividade* e o *contexto* são ingredientes indispensáveis.

Desse modo, buscamos situar a referenciação como um dos mais importantes domínios da Linguística Textual e como parte fundamental de sua evolução teórica. Isto porque “conhecer as estratégias de referenciação implica [...] compreender um mecanismo de estruturação do texto, algo absolutamente fundamental para a construção da coerência” (CAVALCANTE, 2012, p. 102) ou, em outras palavras, para a construção de sentido(s), uma questão que é normalmente evocada quando tratamos teórica e epistemologicamente da relação texto/textualidade.

### 2.1 Trajetória da Linguística Textual

Como expomos no Capítulo **INTRODUÇÃO**, e reiteramos aqui, “a origem do termo *linguística textual* pode ser encontrada em Cosériu (1955), embora, no sentido

que lhe é atualmente atribuído, tenha sido empregado pela primeira vez por Weinrich (1966, 1967)” (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 11).

Na fase inicial, da década de 1960 até meados de 1970, os estudos sobre o texto centravam-se nos mecanismos interfrásticos, nas ligações cotextuais, anafóricas e catafóricas, seguindo “orientações bastante heterogêneas, de cunho ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista” (KOCH, 2017, p. 19).

Não havia, portanto, consenso entre os estudiosos quanto à concepção de texto. Assim, entre os diferentes conceitos, o texto passou a ser entendido

como uma ‘frase complexa’, ‘signo linguístico primário’ (Hartmann, 1968), ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’ (Harweg, 1968), ‘sequência coerente de enunciados’ (Isenberg, 1971), ‘cadeia de pressuposições’ (Bellert, 1970) (KOCH, 2017, p. 19).

Ainda nesse primeiro momento, em que o texto era tido apenas como a unidade linguística superior à sentença, os gerativistas se preocuparam em construir gramáticas textuais – como forma de explicar fenômenos que não poderiam ser abarcados por uma gramática do enunciado –, partindo do argumento de que,

Sendo o texto muito mais que uma simples sequência de enunciados, a sua compreensão e a sua produção derivam de uma competência específica do falante – a competência textual – que se distingue da competência frasal ou linguística em sentido estrito [...]. Todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, e esta competência é, também, especificamente linguística – em sentido amplo (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 14).

Em vista disso, salientamos que boa parte dos estudiosos que se dedicaram à confecção de gramáticas textuais, como Van Dijk (1972) e Petöfi (1973) *apud* Koch (2017), introduziram nelas um componente semântico, melhor dizendo, sintático-semântico, representado pelas macroestruturas profundas. Podemos tomar como exemplo as macrorregras de coerência textual propostas por Charolles *apud* Koch (2017):

- 1) repetição – para que um texto possa ser considerado coerente, ele deve conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência escrita;
- 2) progressão – para ser coerente, deve haver no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pelo contínuo acréscimo de novos conteúdos;
- 3) não contradição – para que um texto seja coerente, é preciso que, no seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou dedutível dela por inferência;

4) relação – um texto será coerente se todos os seus enunciados – e os fatos que denotam no mundo nele representado – estiverem, de alguma forma, relacionados entre si (CHAROLLES, 1978 *apud* KOCH, 2017, p. 25).

A preocupação com as relações entre as frases e os períodos, em vista da construção de uma unidade de sentido, levou os estudiosos (ADAM, 2008, 2017; FÁVERO e KOCK, 2005; KOCH, 2017, dentre outros) a perceberem que há fenômenos que não podem ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou semânticas, como a correferenciação, que ultrapassa o limite da frase, só podendo ser melhor entendida no interior do texto (BENTES, 2012).

O processo de consolidação da Linguística Textual foi, portanto, marcado por uma efervescência de produções teóricas, ora convergentes e complementares, ora divergentes entre si, de forma que

Não há consenso entre os autores se houve uma certa cronologia na passagem de um momento para o outro. Podemos afirmar, no entanto, que houve não só uma gradual ampliação do objeto de análise da Linguística Textual, mas também um progressivo afastamento da influência teórico-metodológica da Linguística Estrutural saussuriana (BENTES, 2012, p. 262-263).

É nesse sentido que apresentamos, a seguir, três momentos determinantes para esse afastamento em relação ao estruturalismo saussuriano. Para isso, tomamos por base as indicações de Koch (2017), a partir de sua obra *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*, em diálogo com outros autores que, de igual forma, se propuseram a discorrer sobre os avanços teóricos desse domínio linguístico.

Destacamos, em primeiro lugar, a *Virada Pragmática*, movimento empreendido por linguistas que buscaram ultrapassar os limites da abordagem sintático-semântica, por compreenderem o texto como a unidade fundamental para a comunicação e a interação humana (KOCH, 2017). Com esse intuito, paulatinamente, a perspectiva pragmática vai se destacando nas pesquisas, e é então que

surtem as teorias de base comunicativa, nas quais ora apenas se procurava integrar sistematicamente fatores contextuais na descrição dos textos [...], ora a pragmática era tomada como ponto de partida para tal descrição [...]. Deste modo, Heinemann & Viehweger (1991), ao fazerem uma retrospectiva da Linguística Textual, distinguem entre modelos contextuais e modelos comunicativos, mencionando, entre estes últimos, aqueles baseados na Teoria dos Atos de Fala e que tomam por pressuposto a Teoria da Atividade Verbal. Comum a estes modelos é a busca de conexões determinadas por regras, entre textos e seu contexto comunicativo-situacional, mas tendo sempre o texto como ponto de partida dessa representação (KOCH, 2017, p. 27).

Assim, se antes a língua era estudada como um sistema autônomo, em seu aspecto estrutural e semântico apenas, na visão pragmática, ganhou destaque o aspecto funcional, isto é, a língua passa a ser considerada e analisada em seu uso nas situações de comunicação. Diante disso, “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática e semanticamente, passando a ser considerados elementos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante” (HEINEMANN, 1982 *apud* KOCH, 2017, p. 27).

Dentro dessa perspectiva, destaca-se ainda a concepção de língua como uma forma própria da atividade verbal humana, influenciada pela Psicologia da Linguagem, Filosofia da Linguagem, de modo especial, pela Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford, de onde surgiu a Teoria dos Atos de Fala.

O papel da Linguística Textual nesse momento consistia em buscar provas de “que os pressupostos e o instrumental metodológico dessas teorias eram transferíveis ao estudo dos textos e de sua produção/recepção, ou seja, que se poderia atribuir também aos textos a qualidade de formas de ação verbal” (KOCH, 2017, p. 28). Desse modo, o conceito de coerência, justaposto aos fatores sintático-semânticos, passa a incorporar outros fatores de natureza pragmático-contextual.

Em segundo lugar, destacamos a chamada *Virada Cognitivista*, movimento que emerge do cognitivismo clássico, nascido a partir da primeira metade do século XX. Nesse período, o propósito dos cientistas de investigar a mente como sistema de manipulação simbólica foi consolidado. Além disso, as ciências que tinham esse mesmo interesse se integraram, promovendo o avanço e o amadurecimento desse projeto (KOCH, CUNHA-LIMA, 2007).

No campo da língua(gem), os teóricos passam a defender que todo fazer (ação) é acompanhado de processos cognitivos, cujas operações apontam para uma outra concepção de texto, que

passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros de comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso (KOCH, 2017, p. 34).

Além do mais, nessa maneira de conceber o texto,

Todo e qualquer processo de compreensão pressupõe atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução –, no qual as unidades de



sentido ativadas, a partir do texto, conectam-se a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória (KOCH, 2017, p. 39).

A partir dessa perspectiva, a inferenciação passa a ser uma das alternativas utilizadas pelo ouvinte/leitor para conferir coerência ao texto, sendo as informações inferenciais processadas on-line ou, dizendo de outra forma, no ato da comunicação (KOCH, 2017).

Associando-se a esse raciocínio e levando em conta a questão referencial, Morato (2017) explica que

O estudo de aspectos inferenciais, contextuais e multidimensionais associados à referenciação incrementou a construção de pontes teóricas e analíticas entre uma concepção não referencialista do sentido e uma concepção sociointeracionista de cognição no campo dos estudos do texto (MORATO, 2017, p. 411).

Essa forma de encarar os aspectos inferenciais, contextuais e multidimensionais amplia o universo de análise do texto, aproximando questões teóricas aparentemente díspares em função de uma questão comum à maior parte das teorias que se ocupam do universo textual, a construção de sentido(s).

Nos postulados teóricos da abordagem cognitivista clássica, defendia-se uma separação entre exterioridade e interioridade, entre os fenômenos mentais e sociais, em que o ambiente era tido apenas como uma “fonte de informações para a mente individual” (KOCH, 2017, p. 41). Por esse motivo, não tardou para que, da mesma forma como aconteceu nos movimentos anteriores, houvesse reações entre os linguistas de texto, possibilitando o surgimento de um terceiro movimento de virada: a *Perspectiva Sociocognitivo-Interacionista*, a partir da qual

[...] amplia-se, mais uma vez, a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como cotexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a construir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação (KOCH, 2017, p. 43-44).

Essa nova abordagem promoveu a transição da concepção de texto como uma sequência de frases provenientes da mente de um autor, a ser captada/decodificada por um leitor, para a concepção focada no processo, ou seja, nas operações linguísticas e discursivas que o tornam possível.

Percebemos aqui um salto significativo para a Linguística Textual, que ressignifica e amplia substancialmente as investigações teóricas, com a clara noção de que “procurar analisar *como o texto diz e por que diz o que diz* de um determinado *modo* trará consequências importantes para o desvendamento do sentido como um todo” (GOUVÊA; PAULIUKONIS; MONNERAT, 2017, p. 50).

Outro ponto importante a ser considerado dentro desse contexto de mudança é o da relação entre texto e discurso, em função do entendimento de que “o texto é o aspecto visível e concreto da manifestação de discurso [...]” (BEZERRA, 2017, p. 31), posicionamento também adotado por Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat (2017, p. 50-51), quando afirmam essa compreensão de texto como discurso

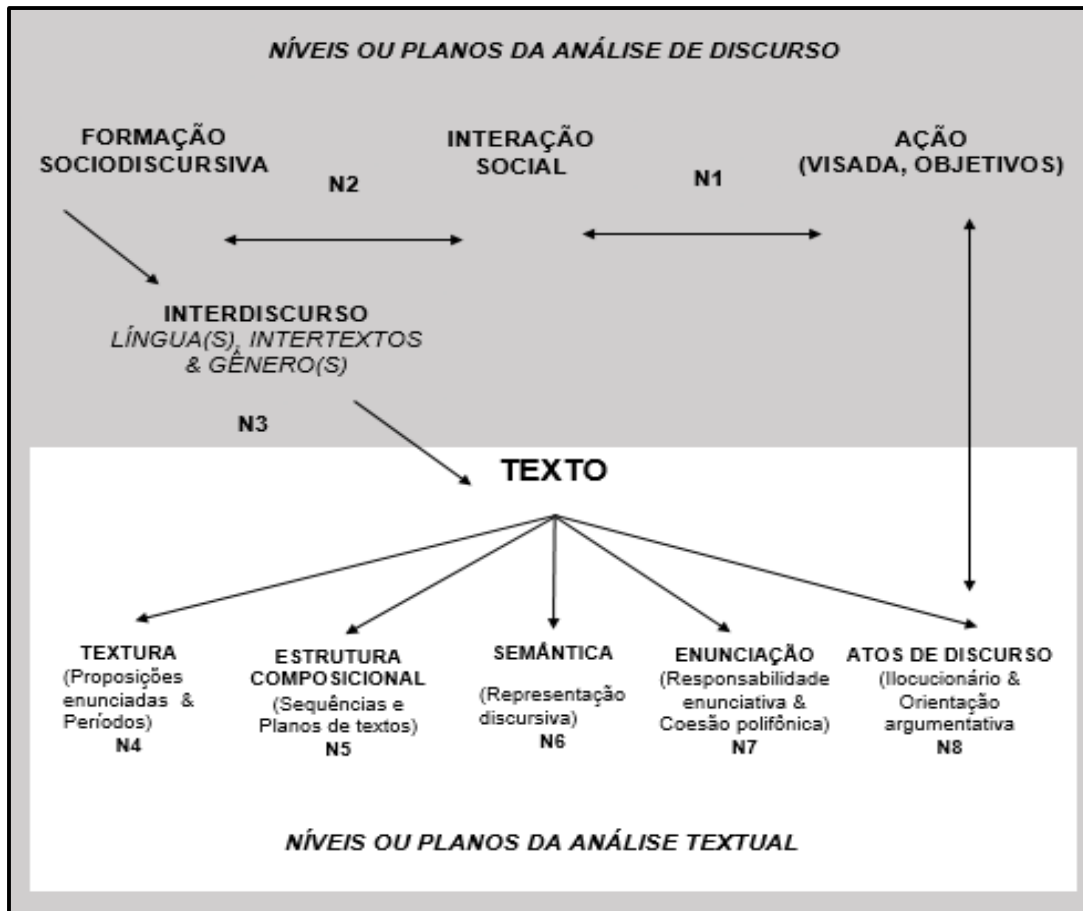
[...] pressupõe, portanto, que ele seja resultado de uma operação estratégica de comunicação produzida por um enunciador e decodificada como tal por um leitor, em três níveis: o referencial, que diz respeito ao conteúdo contextual; o situacional, relacionado aos entornos sociais – contexto –, e o pragmático, referente ao processo sociointerativo. Ler torna-se, desse modo, um trabalho de observação e análise de operações linguístico-discursivas utilizadas para produzir sentidos, na e pela estruturação textual.

Em consonância com esse pensamento, a tríplice relação entre língua, texto e discurso é também apresentada por Azeredo (2018), que leva em conta a predisposição humana para a comunicação simbólica e para a vida e dimensão cultural. Segundo esse autor,

A manifestação mais ampla e versátil dessa aptidão constitui o que chamamos de língua. A atividade comunicativa por meio de uma língua constitui o discurso. E os objetos por meio dos quais essa atividade se desenrola se chamam textos (AZEREDO, 2018, p. 40).

No quadro apresentado por Adam (2017), denominado “Análise Textual dos Discursos, a relação língua, texto e discurso também é contemplada no que ele chama de “*Níveis ou planos de análise de discurso*” e “*Níveis ou planos de análise textual*”, ficando o texto em posição central. Entre esses dois grandes níveis, o autor propõe vários subníveis, inter-relacionados entre si, dentre os quais destacamos a *interação sociodiscursiva* e a *estrutura linguístico-textual* (Quadro 1).

Quadro 1: Análise Textual dos Discursos



Fonte: Adam (2017, p. 42)

No entanto, como assevera Cavalcante (2016, p.106),

O espaço analítico da LT dialogaria com a Análise do Discurso apenas na medida em que pressupõe princípios caros à AD, como a noção de interdiscurso. Mas, embora a Análise Textual dos Discursos pressuponha que as unidades de análise do texto sofram o condicionamento das relações interdiscursivas, ela não se ocupa em explicá-las como finalidade última, e o investimento maior dessa perspectiva teórica do texto se encontra nos níveis ou planos da análise textual sempre relacionados aos gêneros do discurso.

Diante disso, assim como o aspecto interacional foi incrementado ao aspecto sociocognitivo, o que, como foi visto aqui, deu nome à perspectiva “sociocognitivo-interacionista”, propomos, com base em Adam (2017), em Cavalcante (2011, 2012, 2017), em Koch (2010, 2014, 2015, 2017), Mondada (1994, 1995, 2016), entre outros estudiosos do texto, o adendo do termo “discursivo”, já que na realidade é por meio do texto que o discurso se manifesta concretamente (BEZERRA, 2017). Desse modo, daqui por diante, passamos a utilizar a terminologia “perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva”.

Dentro dessa nova perspectiva, na busca por entender como a língua pode referir o mundo, a referenciação representa um significativo avanço teórico nos estudos em torno do texto e um afastamento em relação ao preceito de “referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, como simples representação extensional de referentes do mundo extramental” (KOCH, 2015, p. 94). Por essa razão, podemos dizer que

O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo (MONDADA; DUBOIS, 2016, p. 20).

É, pois, desse entendimento que emergem os postulados teóricos da referenciação, a partir dos quais percebemos que, para tratarmos de aspectos como compreensão, interpretação e produção de sentido(s), não devemos ter como base apenas os elementos linguísticos da superfície do texto, ou seja, da cotextualidade, já que, no ato da interação verbal, tanto esses elementos quanto os próprios sujeitos interlocutores podem ser (re)construídos.

Nesse sentido, como afirma Cavalcante (2011),

O texto não representa a materialidade do cotexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material suportada pelo discurso; o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e coenunciador, num contexto sociocultural (CAVALCANTE, 2011, p. 17).

Portanto, para compreendermos o processo de referenciação e sua importância para os estudos da relação texto/textualidade, faz-se necessário considerar, antes de tudo, que a nossa memória discursiva<sup>4</sup> é construída nas interações sociais.

Isso posto, vale observar que

Sempre que usamos uma forma simbólica, manipulamos a própria percepção da realidade de maneira significativa. É dessa assunção que decorre a proposta de substituir a noção de *referência* pela noção de *referenciação*, tal como postula Mondada (KOCH, 2017, p. 67).

---

<sup>4</sup> Empregamos o termo “memória discursiva” compreendendo-o como “um conjunto de representações que os interlocutores constroem de si mesmos, dos temas, de conhecimentos socioculturais compartilhados, de suas finalidades argumentativas quando interagem por meio de um texto” (ver: CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO, BRITO, 2014, p. 153).

Não se trata de uma simples mudança terminológica, mas de uma profunda transformação teórica acerca dos processos referenciais, como reitera Morato (2017), ao dizer que “O deslocamento da noção lógico-semântica de referência para a de referenciação implica, entre outras coisas, a ideia de que as línguas têm essa capacidade sociocognitiva de ‘construir um universo ao qual ela se refere’” (MORATO, 2017, p. 410).

Lima (2007) também fala sobre essa significativa mudança no tratamento da questão referencial:

Modernamente, a visão clássica de referência vem sendo questionada por estudiosos da área, no que diz respeito às restrições por ela impostas, como, dentre outras, o papel do sujeito e o contexto da enunciação. Tendo em vista a relevância desses dois elementos numa situação discursiva, impõe-se, conseqüentemente, um alargamento da perspectiva clássica, restrita a uma concepção representacionista da língua (LIMA, 2007, p. 79).

O termo referenciação, em si, foi cunhado por Mondada (1994), a partir de sua tese de doutorado intitulada *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets-de-discours (Verbalização do espaço e fabricação do saber: abordagem linguística da construção de objetos-de-discurso)*. Por meio dessa tese, a referenciação tornou-se uma questão fundamental para os estudos do texto e do discurso, dentro e fora do Brasil, a partir da perspectiva interacional-discursiva, trazida pela pesquisadora, o que proporcionou uma melhor compreensão desse fenômeno da língua(gem).

Neste trabalho, como já o dissemos, investigamos a referenciação sob o viés sociocognitivo-interacionista e discursivo, partindo do pressuposto de que esse fenômeno da textualidade se configura como uma prática discursiva, posição já defendida por Mondada (1994, 1995, 2016), Cavalcante (2011, 2012, 2014, 2017), Koch (2010, 2014, 2015, 2017), dentre outros estudiosos do assunto. Partimos, portanto, do pressuposto de referenciação “concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso – quer dizer, os objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA; DUBOIS, 2016, p. 35).

A partir desse ponto, podemos perceber que a visão referencialista, que concebe a referência como um modo de etiquetar os objetos do mundo real por meio de palavras isoladas (CAVALCANTE, 2011), vai sendo superada pela visão de que os objetos de discurso são construídos na prática discursiva, por meio de processos de

negociação. “Tem-se a partir desse enfoque que os processos não estritamente linguísticos contribuem de forma relevante e decisiva para a construção da referência” (MORATO, 2017, p. 411).

Mondada (1995, p. 120), ao discutir sobre a instabilidade no processo de construção de objetos de discurso, no artigo *La construction interactionnelle du topic (A construção interacional do tópico)*, nos diz que “os objetos de discurso estão constantemente mudando no fluxo de diferentes entradas de conversação. Eles são, portanto, constitutivamente dinâmicos e instáveis – mesmo quando se procura formulá-los de maneira estável e inequívoca” (Tradução livre)<sup>5</sup>.

Embora as terminologias “*objetos do discurso*” e “*objetos de discurso*” sejam por vezes utilizadas de modo equivalente, Mondada (1994, 1995) faz opção pela segunda (objetos “de” discurso), salientado que a primeira (objetos “do” discurso) se restringe a reenviar ao objeto tratado pelo discurso, isto é, ao objeto a que o discurso faz referência; ao passo que a segunda forma de dizer traduz um objeto que é constitutivamente discursivo, sendo construído por intermédio de processos linguísticos. Logo, “os objetos referidos em um texto podem ser de natureza diversa: mais ou menos individualizados, mais ou menos salientes; mais ou menos concretos e até abstratos” (CAVALCANTE, 2012, p. 101).

No texto, existem diferentes formas de referenciar um objeto do mundo real, a depender do que pretendemos discursivamente em cada momento de interação. Isso derruba a ideia da língua(gem) como “espelho” da realidade, em função de seu poder de reelaborar os eventos que aí são vivenciados, experimentados (CAVALCANTE, 2012), porque, nas interações comunicativas,

as expressões com que nos referimos às coisas do mundo são designativas, mas também carregam um peso ideológico, ou certo viés de valoração, conforme a percepção cultural de quem, em certa circunstância, recorre a elas (ANTUNES, 2017, p. 96).

E mais, o postulado fundamental da referenciação reside no fato de que

os eventos ocorridos, as experiências vividas no mundo não são estáveis, não são estáticos. Eles sempre são reelaborados a fim de que façam sentido. Falar na reelaboração da realidade pela linguagem não significa dizer que o papel da linguagem é ludibriar, é maquiagem a realidade, é disfarçar a verdade – claro que não, porque, no fundo, não há uma verdade absoluta, não há algo

---

<sup>5</sup> Texto original: Les objets de discours se transforment constamment dans le flux des différents apports conversationnels. Ils sont donc constitutivement dynamiques et instables - même lorsqu'on cherche à les formuler de façon stable et univoque (MONDADA, 1995, p.120).

“normal”, “fiel” que precise ser entendido. Significa apenas que é uma função inerente à linguagem a (re)elaboração das práticas sociais, e, se isso é usado para fins mais ou menos lícitos, é algo que, pelo menos em princípio, escapa ao estudo da linguagem nessa perspectiva (CAVALCANTE, 2012, p. 105).

A partir desse pensamento – com o qual concordamos –, fica consignado que a ideia de estabilidade absoluta na produção de objetos de discurso é epistemologicamente inconsistente, uma vez que o ato de referir é um processo dinâmico, cujos resultados influenciam sobremaneira na produção de sentido(s) do texto, que são provenientes da

[...] interação das pessoas umas com as outras, e com o mundo que existe à volta delas. Os sentidos construídos na interação resultam de nossa capacidade de conferir aos dados e fatos do mundo um lugar ou função no território – físico, social, moral, cultural etc. – em que nos situamos e no qual nos movimentamos (AZEREDO, 2018, p. 36).

Diante disso, queremos ainda acentuar que as transformações teórico-epistemológicas em torno da questão referencial, as quais tiveram como ponto de partida a mudança terminológica de *referência* para *referenciação*, proposta por Mondada (1994), como já o dissemos aqui – apesar de haver movimentos de resistência por parte de alguns teóricos de linhas mais conservadoras –, continuam acontecendo à medida que os estudos sobre o texto avançam.

É partindo desse ponto que Matos (2018) propõe uma das mudanças emergentes das pesquisas mais recentes em torno do processo de referenciação: a transição da noção de “cadeias referenciais” para a noção de “redes referenciais”.

Nas abordagens clássicas, as cadeias referenciais são concebidas apenas como elos coesivos atrelados exclusivamente às expressões referenciais presas aos encadeamentos superficiais do texto, o que se mostra uma visão reducionista do fenômeno complexo que é a referenciação.

Em oposição a essa visão referencialista da língua(gem), Matos (2018), em seu artigo intitulado *Em defesa da noção de redes referenciais na construção do texto*, fruto de seu trabalho de tese, afirma que

[...] refletir sobre a formação dessas tessituras significa ultrapassar a análise do sistema léxico-gramatical da língua, muito embora a organização desse sistema tenha a devida influência sobre a análise sociocognitivo-discursiva da referência. Advogamos, pois em defesa da observação de uma multiplicidade de fatores de construção do referente, sob pena de nos cerrarmos em critérios ineficientes para examinar, em profundidade, as formas de elaboração e compreensão do texto (MATOS, 2018, p. 2).

Nesse sentido, buscando pautar suas análises pela perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva, a pesquisadora chega à constatação de que as redes referenciais

são entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e que se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos. Dessa forma, tais redes são formadas por nódulos ativados pelo contexto, estabelecendo uma série de associações de várias naturezas, funcionando como links, ou modos de conexões entre referentes, os quais são todos interligados na construção e manutenção da coerência (MATOS, 2018, p. 6-7).

Essa a noção de redes referenciais converge para a ideia defendida por Mondada (2017), da qual somos signatários, cuja premissa básica é a de que a referência não pode ser considerada um problema estritamente linguístico, mas um fenômeno que pertence, ao mesmo tempo, aos aspectos cognitivos e aos usos contextuais e sociais da língua(gem). Por essa razão,

[...] há hoje em dia uma multiplicidade de quadros teóricos diferentes disponíveis para apreendê-la. De uma parte, estão as abordagens cognitivas que remetem a gestão das atividades de referenciação a saberes compartilhados dos quais dependem as escolhas das expressões referenciais adequadas, i.e, a estados cognitivos que caracterizam não apenas o locutor, mas também seu interlocutor e a maneira pela qual são apreendidos pelo primeiro e, portanto, podem centrar-se quer no sujeito, quer no estabelecimento de uma intersubjetividade – seja ela tratada em termos de “memória discursiva”, seja de “cognição distribuída”. De outra parte, a alternativa às abordagens cognitivas é constituída pelas abordagens interacionistas, *decididamente* centradas muito mais no que é *publicamente* manifestado pelos participantes – aquilo que é tornado pertinente, reconhecido, inteligível por ele (*accountable*) – que em processos mentais internos aos sujeitos (MONDADA, 2017, p. 12).

Nesse sentido, compreendendo as práticas de referenciação realizadas na interação social, não podemos tratar os referentes daí decorrentes como sendo preexistentes a elas, “mas como instaurados na realização e no desenrolar da atividade referencial, pela maneira mesmo como esta é reconhecidamente organizada” (MONDADA, 2017, p. 12).

Isso posto, apresentamos aqui dois pontos pertinentes aventados por Matos (2018), para justificar sua defesa por uma noção de redes referenciais na construção do texto:

as construções das redes de referentes não decorrem somente da edificação das unidades lexicais que os designam, mas também se constituem de diversos fatores contextuais de construção dos referentes chegando a dispensar, em frequentes casos, a explicação da própria nomeação das entidades, vista sob uma superfície textual em linearidade;



[...]

as relações entre os referentes não são apenas léxico-semânticas, mas podem ser diversas, sobretudo, sociocognitivas e discursivas, de modo que, nestas duas últimas, situa-se a essência de nossa abordagem evolutiva do referente construído pelas redes [...] (MATOS, 2018. p. 7)

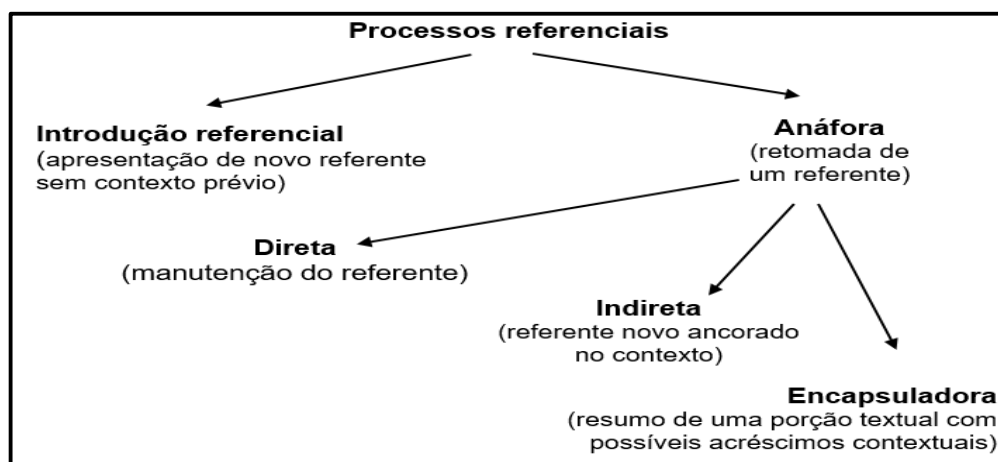
No campo teórico da referenciação, esse pensamento mostra-se bastante inovador, uma vez que, ao introduzir a noção de redes referenciais, a pesquisadora não só refuta as restrições impostas pelas análises pautadas exclusivamente no sistema léxico-gramatical, como também sinaliza para outras possibilidades de análise, as quais podem contribuir significativamente para a ampliação da noção de coerência e de construção de sentido(s), mostrando que as tramas do texto têm muito mais a revelar se buscarmos investigar profundamente a forma como são tecidas ou mesmo de que forma podemos acessar os referentes produzidos discursivamente.

Assim, considerando as diversas possibilidades linguístico-discursivas de que os indivíduos dispõem para construir referentes nas interações sociocomunicativas, e que “a realidade é submetida à reelaboração por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos” (CAVALCANTE, 2012, p. 108), apresentamos a seguir os principais processos referenciais.

## 2.2 Processos Referenciais

Para mostrar as funções das expressões referenciais no texto, Cavalcante (2012) apresenta o seguinte quadro-síntese (Quadro 2):

Quadro 2: Processos Referenciais



Fonte: Cavalcante (2012, p. 127)

Tomando esse quadro como referência, apresentamos cada um desses processos, incluindo também a *dêixis*, enfatizando os seus aspectos fundamentais dentro do processo de referenciação, em vista da sua operacionalização na construção de sentido(s) do texto.

Começamos pelo processo denominado de *introdução referencial*, que ocorre “quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto” (KOCH, 2010, p. 125), o que configura, ainda no dizer da autora, uma *introdução não-ancorada*, ou *primeira categorização*. Essa estratégia referencial pode ser observada no texto a seguir:

(1)

**O bicho**

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manuel Bandeira)

**Fonte:** Bandeira (1993, p. 201)

No primeiro verso do poema, a expressão “um bicho” não se relaciona a nenhum elemento previamente mencionado, ou seja, o referente é cotextualmente introduzido pela primeira vez por meio da expressão referencial mencionada. Contudo, é fundamental esclarecermos que

Não estamos, com isso, querendo afirmar que toda forma de introduzir objetos de discurso se faz por meio de expressões referenciais. Estamos dizendo, sim, que quando um referente é introduzido por uma expressão referencial, ele pode ter ou não alguma ligação com outros referentes que aparecem antes no cotexto (CAVALCANTE, 2012, p. 122).

Por outro lado, sempre que introduzimos um novo objeto de discurso no texto, por alguma forma de associação com elementos preexistentes no cotexto ou contexto sociocognitivo, temos um caso de introdução ancorada, o que corresponde a uma anáfora indireta (KOCH, 2010; CAVALCANTE, 2012).

A anáfora direta, diferentemente da introdução referencial, é o dispositivo linguístico a partir do qual apontamos ou remetemos para elementos presentes no texto ou que por meio deste são inferíveis. De maneira geral, à anáfora é reservado o papel retrospectivo ou de *remissão para trás*, ao passo que à catáfora cabe a remissão prospectiva ou *remissão para frente* (KOCH, 2010). Por outro lado, à anáfora direta ou correferencial cabe retomar objetos de discurso (referentes) já apresentados no texto por outras expressões.

Na visão clássica, a anáfora direta tem o papel exclusivo de reativar referentes previamente introduzidos no texto, parecendo existir uma correspondência semântica ou de identidade referencial entre a anáfora e o elemento por ela retomado, como se essa fosse um subproduto de seu antecedente, num processo essencialmente correferencial. Esse processo incide em questões gramaticais, como, por exemplo, a concordância de gênero e número, principalmente, quando há mais de um antecedente referencial (MARCUSCHI, 2017).

Voltamos a esclarecer que não é preciso haver necessariamente correferencialidade, ou melhor, que uma nova expressão tenha de representar precisamente um referente já construído no texto. Embora pareça incomum, no processo de referenciação, uma anáfora pode introduzir um novo elemento no discurso (CAVALCANTE, 2012). Isto porque

Essa visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda sua complexidade, pois nem sempre há congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente. Mesmo no caso da *AD*<sup>6</sup> não se requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente. Ao contrário do que se postula, o caso da anáfora correferencial não é paradigmático das anáforas em geral e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica. Inexiste uma classe de palavras funcionalmente definida como anafórica. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não simples *clonagem referencial* (MARCUSCHI, 2017, p. 55).

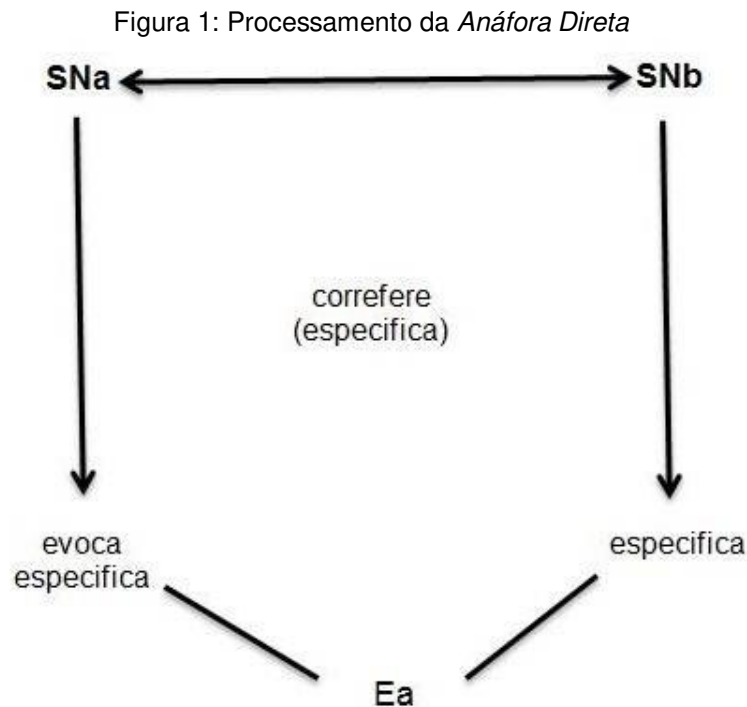
Por meio dessa explicação, o autor reitera que a função anafórica transcende os aspectos estritamente correferenciais, mesmo em se tratando da anáfora direta, ressaltando seu caráter semântico-inferencial. Ao advogar isso, Marcuschi (2017) corrobora o que vem sendo postulado nas atuais pesquisas sobre referenciação, entendida como uma atividade discursiva, o que significa dizer que o ato de referir,

---

<sup>6</sup> Anáfora Direta.

realizado por meio de seus processos fundamentais, como a anáfora, não está restrito à materialidade e superficialidade do texto. Pelo contrário, a referência é compreendida como “resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos” (MONDADA, 2017, p. 11).

Marcuschi (2017) esclarece que, mesmo compreendendo que toda anáfora é inferencial, para recordar o que sugeriram de Kleiber, Schnedecker & Ujma (1994), isso não ocorre do mesmo modo e tampouco nas mesmas condições. O autor propõe um esquema para apresentar o processamento anafórico, na realidade da anáfora direta:



Fonte: Marcuschi (2017, p. 57)

Esse esquema é explicado da seguinte forma:

Aqui, um *SNa* (um sintagma nominal na função antecedente) evoca e especifica um referente, sendo que um outro *SNb* (um sintagma nominal ou pronome na função de anáfora) apenas correfere e coespecifica, mas não introduz algo diverso. Trata-se de uma *reativação*. O Símbolo *Ea* indica que a especificação referencial é uma só e corresponde ao introduzido inicialmente (MARCUSCHI, 2017, p. 57).

Podemos melhor compreender esse esquema observando a anáfora direta em sua realização textual. Para tanto, propomos o exemplo a seguir:

(2)

Independentemente de Jesus ser o filho de Deus, ele foi o mais humano dos homens. Foi um homem até às últimas gotas de sangue, até que seu coração, combalido, bateu pela última vez...

Jesus amava ser um homem para que as pessoas percebessem o valor incondicional da vida. Para isso, procurava descobrir a inteligência delas [...] (CURY, 2002, p. 20-21).

No exemplo, podemos observar que o referente “Jesus” é introduzido no texto e, em seguida, é retomado por diferentes formas: *pronomes* (ele; seu); *sintagmas nominais* (o mais humano dos homens; um homem); *repetição de item lexical* (Jesus). Como essas formas retomam um mesmo referente, elas recebem a denominação de anáforas diretas ou correferenciais, como já fora explicitado.

Dentro dos dispositivos referenciais anafóricos, destacamos ainda a *recategorização* como a própria condição da anáfora, considerando que as *anáforas recategorizadoras* exercem funções remissivas ao mesmo tempo em que promovem a evolução dos objetos de discurso.

Numa visão mais referencialista da linguagem,

o fenômeno da recategorização [...] costuma ser descrito como uma possibilidade a mais para as retomadas anafóricas correferenciais. Considera-se que só pode ser recategorizado um referente que já foi anteriormente categorizado, o que, nessa visão, costuma estar associado à expressão referencial introduzida no texto. Sucessivas recategorizações podem acontecer com as anáforas diretas ao longo do desenvolvimento textual-discursivo (CAVALCANTE, 2011, p. 86).

Na posição assumida pela autora, com a qual também comungamos, é preciso ultrapassar a perspectiva de que as recategorizações só se realizam com o uso da expressão referencial. Assim entendendo,

a recategorização é um fenômeno cognitivo-discursivo que corresponde à evolução natural que todo referente sofre ao longo do desenvolvimento do texto; ele se dá abstratamente, na mente dos interlocutores, podendo ou não realizar-se no cotexto por meio de termos anafóricos. Para essa evolução, concorrem não somente as expressões referenciais que manifestam explicitamente as transformações do objeto de discurso, mas também um conjunto de pistas contextuais que, acionando informações socio-historicamente compartilhadas, ajudam os participantes da enunciação a (re)construírem a referência (CAVALCANTE, 2011, p. 90).

Para demonstrar essa propositura sobre a recategorização a partir do viés cognitivo-discursivo, Cavalcante (2011) apresenta o seguinte exemplo, o qual retomamos com o mesmo propósito:

(3)

**A um ausente**

Tenho razão de sentir saudade,  
 tenho razão de te acusar.  
 Houve um pacto implícito que rompestes  
 e sem te despedires foste embora.  
 Detonaste o pacto.

Detonaste a vida geral, a comum aquiescência  
 de viver e explorar os rumos de obscuridade  
 sem prazo sem consulta sem provocação  
 até o limite das folhas caídas na hora de cair.

Antecipaste a hora.  
 Teu ponteiro enlouqueceu, enlouquecendo nossas horas.  
 Que poderias ter feito de mais grave  
 do que o ato sem continuação, o ato em si,  
 o ato que não ousamos nem sabemos ousar  
 porque depois dele não há nada?

Tenho razão para sentir saudade de ti,  
 de nossa convivência em falas camaradas,  
 simples apertar de mãos, nem isso, voz  
 modulando sílabas conhecidas e banais  
 que eram sempre certeza e segurança.

Sim, tenho saudades.  
 Sim, acuso-te porque fizeste  
 o não previsto nas leis da amizade e da natureza  
 nem nos deixaste sequer o direito de indagar  
 por que o fizeste, por que te foste

Fonte: Poema – Carlos Drummond de Andrade, do livro Farewell (CAVALCANTE, 2011, p. 90-91).

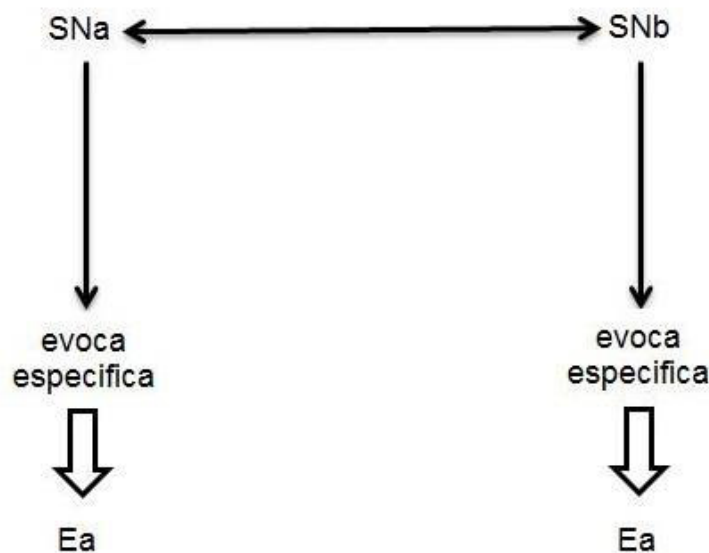
No texto, conforme afirma a autora, o referente “a partida da amada”, ainda que não nomeado cotextualmente, vai sofrendo recategorizações ao longo do texto, como um acontecimento que desencadeou um sentimento superior à “saudade”, pois se transformou na “dor” e na “mágoa”, as quais a recategorizam como uma “culpa” de que o destinatário deve acusar-se. A autora ainda afirma não ser possível saber com precisão, com base nas pistas contextuais – como a menção do objeto de discurso “um ausente” –, o que foi essa entidade “partida”. Dessa forma, sobressaem-se os efeitos da ausência sobre o modo inesperado como foi recebida essa “partida” para o enunciador.

Diante dessa explanação da autora, vemos o quão complexas podem ser as recategorizações, ficando evidente que esse fenômeno não pode ser abarcado por uma perspectiva puramente referencialista, restrita aos aspectos cotextuais.

Nesse sentido, escalaremos, com base em Cavalcante (2011), que a recategorização não se insere em nenhum tipo específico de anáfora, mas, pelo contrário, perpassa os demais processos, de modo que essa breve incursão do assunto neste tópico – em que tratamos de anáfora direta –, ocorreu não por uma vinculação direta a esse processo referencial, mas pela oportunidade de demonstrarmos como essa questão é tratada nas abordagens clássicas.

Por outro lado, temos a anáfora indireta, um tipo de anáfora que tem como principal característica o “fato de não existir no cotexto um antecedente explícito, mas, sim, um elemento de relação que se pode denominar de *âncora* e que é decisivo para a interpretação” (KOCH, 2010, p. 128), conforme Figura 2.

Figura 2: Processamento da Anáfora Indireta



Fonte: Marcuschi (2017, p. 57)

Ao contrário do esquema demonstrativo da anáfora direta, em que há um elemento antecedente e outro anafórico, com a anáfora indireta,

[...] tanto o *SNa* quanto o *SNb* especificam e evocam um referente próprio representado, na figura, por *Ea* e *Eb*. O interesse recai na relação referencial entre *Ea* e *Eb* que não é aleatória e sim fundamentada cognitivamente e discursivamente por algum tipo de associação ou outro aspecto (MARCUSCHI, 2017, p. 57).

Chegar, portanto, à definição de um fenômeno por suas características constitutivas não é uma tarefa fácil, quanto mais em se tratando das anáforas indiretas, uma vez que para compreendermos esse fenômeno dependemos de várias

outras definições e distinções ainda não bem consolidadas. Dessa forma, em um primeiro momento, precisamos entender que estamos expandindo consideravelmente a compreensão de anáfora; depois, devemos admitir a referenciação como um processo não extensionalista. Precisamos, também, considerar

[...] que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização, provocando o que se poderia chamar de *universo referencial emergente*. Em consequência disso, a textualização não se dá como encadeamento linear de elementos, de modo que a própria noção clássica de coerência fica afetada (MARCUSCHI, 2017, p. 58).

Ampliando essa ideia, Koch (2015) postula que as anáforas indiretas são anáforas associativas, ou seja, que fazem parte de uma configuração discursiva na qual temos um anafórico sem precedente literal explícito, podendo ser este reconstruído, inferencialmente, a partir do contexto que o precede. O processo em que isso ocorre apresenta as seguintes características prototípicas:

- a. a expressão em anáfora associativa – SN2 – introduz, sob o modo do conhecido, um referente novo (portanto, não há correferência): supõe-se que o interlocutor possua os conhecimentos necessários para “saturar” a interpretação referencial;
- b. há menção prévia de um outro referente – SN2 – que fornece os elementos necessários para a saturação do referente novo;
- c. é uma anáfora indireta, isto é, há necessidade de proceder a inferência para a saturação adequada do SN2;
- d. SN2 mantém uma relação de meronímia ou ingrediência [...] com SN1 (KOCH, 2015, p. 132-133).

Como uma forma de expandir nossa compreensão sobre a anáfora indireta, Cavalcante (2012) a exemplifica a partir da realidade textual, mostrando de que forma esse fenômeno pode afetar, como operação referencial, a interpretação que o leitor faz do texto, ou melhor, com base em que pressupostos os sentidos são construídos.

(4)

**Ensino**

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,

ela falou comigo:

“Coitado, até essa hora no serviço pesado”.

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.

Fonte: PRADO, A. **Poesia reunida**. São Paulo: Siciliano, 1991 (CAVALCANTE, 2012, p. 124).



Sobre esse exemplo, concordamos com Cavalcante (2012), reafirmando que, apesar de a anáfora “o pai” aparecer no texto pela primeira vez, essa expressão foi apresentada no cotexto como se já tivéssemos conhecimento dela. Sua introdução por meio de um artigo definido (e não artigo indefinido) traz a ideia de que, de algum modo, o leitor já deve saber do que se está tratando. Isso é possível, sobretudo, se considerarmos que a anáfora em questão “ancora no fato de que se estava falando da mãe do enunciador, por isso associa imediatamente ao pai do enunciador, partindo do nosso conhecimento de mundo de que todos têm mãe e pai” (CAVALCANTE, 2012, p. 125).

Esses aspectos levantados pela autora, bem como os já apontados por Marcuschi (2017), Apothéloz (2016), Conte (2016), dentre outros que estudam a anáfora indireta como estratégia de referenciação, nos remetem outra vez à questão da textualidade, que se desdobra em outras questões, como coerência textual e compreensão/interpretação de textos, ou seja, questões que estão diretamente relacionadas à construção de sentido(s).

Além dos dispositivos anafóricos apresentados, temos ainda a anáfora encapsuladora, um tipo especial de anáfora percebida dentro do princípio de que toda anáfora indireta deve ancorar-se em elementos cotextuais, sem descartar a possibilidade de remeterem, respectivamente, a elementos extralinguísticos e aos resultantes do conhecimento compartilhado (CAVALCANTE, 2011). Nesse sentido, chegamos à conclusão de que

**[...] toda anáfora encapsuladora é uma espécie de anáfora indireta, por também introduzir e mencionar no cotexto uma expressão referencial nova, apresentada como se fosse dada, por resumir conteúdos textuais anteriores e/ou posteriores** (CAVALCANTE, 2011, p. 74 – destaques da autora).

No texto, a identificação das anáforas encapsuladoras geralmente pode se dá partir do emprego de pronomes demonstrativos, como “isso”, “isto”, “esse”, entre outros, mas também é possível identificá-las em sintagmas nominais, os quais “fornecem [...] instruções sobre como o destinatário deve interpretar a unidade semântica encapsulada, traçando uma espécie de roteiro para o entrelaçamento das ideias conduzidas no texto” (CAVALCANTE, 2011, p. 77).

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre o encapsulamento anafórico é o fato de configurar-se como

[...] um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa (CONTE, 2016, p. 177).

Além desse aspecto resumitivo, Cavalcante e Mesquita (2011, p. 1) destacam outras funções importantes da anáfora encapsuladora:

- Coesiva, porque marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e porque organiza tópicos textual-discursivos, colaborando para a continuidade e para a progressão temática;
- Metadiscursiva, porque a seleção da expressão encapsuladora revela a atitude reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer; e
- Argumentativa, porque contribui efetivamente para a persuasão elaborada pelo enunciador.

Entre essas funções, a função argumentativa é uma das mais presentes nas diversas situações de interação sociocomunicativa, quando os sujeitos interagentes se propõem a persuadir ou defender determinado posicionamento.

Koch (2011) reitera esse pensamento ao afirmar que as interações sociais intermediadas pela língua(gem) são caracterizadas, sobretudo, pela argumentatividade, pelo fato de o ser humano ser dotado de razão e vontade, realizando constantemente ações de juízo de valor, como avaliação, julgamento e crítica. Além disso, por intermédio do discurso, que é carregado de intencionalidade, o homem pode influenciar e fazer com que os outros compartilhem de seus pensamentos e opiniões.

E a autora ainda defende que

É por essa razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois **a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na concepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neuro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCH, 2011, p. 17 – destaques da autora).

Diante dessas exposições, a relação entre anáfora encapsuladora e argumentação fica bem mais evidente. Nas palavras de Bertucci (2006, p. 218), “é possível levantar algumas hipóteses que tentem mostrar a importância das anáforas encapsuladoras em textos de opinião”. E o gênero Comentário é um exemplo disso, pois em certos contextos pode apresentar uma natureza opinativa, principalmente quando o que é comentado parte de algum tema polêmico.

Para melhor compreendermos as funções resumitiva e argumentativa da anáfora encapsuladora, observemos o seguinte excerto:

(5)

Depois que o dinheiro tornou-se a medida básica de valorização de tudo, o planeta tornou-se vulnerável aos maus-tratos, não apenas em seus fenômenos naturais, mas também em suas montanhas e rios, suas terras litorâneas e seus mares, e em todos os sistemas vivos; pois a vida, até mesmo no âmbito das plantas e dos vários animais, é uma função da alma. A vida requer algo além do mecanismo e do valor comercial; ela requer inspiração, presença, beleza, carinho, comunidade. Isso deveria ser óbvio até mesmo para a mais simplória das cabeças.

**Fonte:** O'Sullivan (2004, p. 22).

Nesse excerto, podemos observar que o anafórico “Isso” não retoma um referente específico do co(n)texto. Esse dispositivo referencial resume, “encapsula”, de alguma forma, as informações que lhe são precedentes, fato crucial que o diferencia dos anafóricos diretos propriamente ditos. Em casos assim, “não existe, portanto, uma expressão precisa, mas um tipo de referência difusa a todo o trecho” (CAVALCANTE, 2012, p. 126). No caso em questão, o encapsulamento realizado também contribui de forma efetiva para a persuasão elaborada pelo enunciador que, como vimos no texto, defende a ideia de que, tendo o dinheiro se tornado a medida básica de valorização de tudo, o planeta passou a ficar vulnerável aos maus-tratos.

Não menos importante que os demais dispositivos referenciais, temos a *dêixis*, um fenômeno linguístico-discursivo cuja função passa, como propõe Cavalcante (2011, 2012), pela compreensão de que, na relação entre língua e práticas sociais, os referentes não são uma entidade inerte, ou, usando o próprio termo da autora, não são uma entidade “congelada”. Pelo contrário, os referentes fazem parte de um processo indeterminado e instável de referenciação. E é a partir daí que os processos de introdução referencial e anafóricos, *lato sensu*, são construídos, e em cujo contínuo os dêiticos são estabelecidos. Dessa forma, dependendo da maneira como concebemos a dêixis, é possível percebermos as introduções referenciais e as anáforas como sendo “dêiticas” e “não-dêiticas”.

As funções individuais desses dois processos são as seguintes: à anáfora cabe retomar um referente (objeto de discurso), de forma direta, indireta ou por encapsulamento – quando resume uma porção do texto, como já fora visto aqui; já à dêixis cabe mostrar a situação de enunciação, o que é “definido pela sua relação com o locutor (*eu*), com o lugar (*aqui*) e com o tempo (*agora*) do enunciado” (DUBOIS, 2014, p. 158), como nos exemplos (6) e (7).

(6)

**Quem de Nós Dois**

Caetano Veloso

Eu e você

Não é assim tão complicado

Não é difícil perceber

Quem de nós dois

Vai dizer que é impossível

O amor acontecer

[...]

**Fonte:** < <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/1397341/>>.

Temos nesse excerto de letra de uma canção um caso de dêixis pessoal, pois identifica os interlocutores na situação de comunicação, por meio de pronomes pessoais explícitos (Eu e você), os quais também, em outras situações textuais, podem vir de forma elíptica.

O exemplo (7), apresentado por Cavalcante (2012), serve para demonstrarmos a dêixis espacial.

(7)

**Canção do exílio**

Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá;

As aves, que aqui gorjeiam,

Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,

Nossas várzeas têm mais flores,

Nossos bosques têm mais vida,

Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,

Mais prazer eu encontro lá;

Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá.

[...]

(GONÇALVES DIAS)

**Fonte:**<<http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>>

Há na letra do poema de Gonçalves Dias uma referência a dois espaços distintos: “aqui” e “lá”, que são elementos dêiticos importantes para que o leitor entenda que espaços são comparados. No entanto,

Só podemos identificar, com precisão, esses referentes se esse conhecimento sobre a biografia do poeta fizer parte de nossa bagagem cultural. Mas, mesmo que não tenhamos essa informação exata do lugar de onde fala o enunciador, saberemos, com certeza, que ele não se encontra no

Brasil, pois, do contrário, não teria se referido ao país como *lá*, mas como *aqui* (CAVALCANTE, 2012, p. 131).

A função de dêixis espacial pode ser desempenhada por advérbios ou locuções adverbiais de lugar, (“aqui”, “ali”, “acolá”, “lá”, dentre outros), como também por determinantes e pronomes demonstrativos (“este”, “essa”, “aquilo”, “o outro”, dentre outros).

Outro tipo de dêixis é a dêixis temporal. No exemplo (8), vemos uma ocorrência desse tipo.

(8)

POLÍTICA

01/01/2019 - 13h20

**Novo presidente da República, Bolsonaro toma posse em 1º de janeiro**

O presidente faz o juramento no Congresso e depois recebe a faixa presidencial no Palácio do Planalto

A cerimônia de posse do novo presidente da República, Jair Bolsonaro, ocorre nesta terça-feira (1º). No início da tarde, às 14h30, o presidente sai da Catedral de Brasília, acompanhado por batedores da Polícia do Exército e fuzileiros navais, rumo ao Congresso Nacional.

O percurso deve ser feito em carro aberto pela Esplanada dos Ministérios. O carro tradicionalmente usado nesse caminho é um Rolls Royce que o Brasil recebeu de presente do governo britânico, em 1953.

**Fonte:** Portal Câmara dos Deputados (2019): <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias>.

Os dêiticos temporais têm a função de situar o ponto de origem do falante – e de seu interlocutor –, no momento da enunciação da mensagem. Desse modo, “nem toda expressão que indique tempo é necessariamente dêitica: somente se, a fim de o referente temporal ser identificado, for preciso conhecer o tempo em que se encontra o falante” (CAVALCANTE, 2011, p. 99). No exemplo (8), os itens sublinhados exercem o papel de dêiticos temporais.

Depois dessas explicações, chamamos a atenção para outro aspecto igualmente importante: a relação entre dêixis e anáfora. Mesmo que assumam papéis distintos dentro da realidade textual, em certos contextos, é possível um ponto de contato entre esses dois processos referenciais, ou seja, em algum momento, pode haver uma concomitância na função dêitica, como esclarece Cavalcante (2017, p.126):

[...] para um processo referencial ser considerado dêitico, ele precisa fazer apelo ao ponto de origem em que se situa o falante, ou o co-enunciador. Assim sendo, se elegermos como critério primário a retomada de referentes

no discurso, podemos aceitar que a dêixis pode cruzar o caminho da anáfora e da introdução referencial, não as excluindo, mas inserindo nessa intercessão uma soma de subjetividades.

Essa intersecção dêixis/anáfora fica bem evidente no seguinte exemplo, extraído de Cavalcante (2012, p.133):

O melhor emprego que Lula arranhou foi o de operário numa metalúrgica, onde se fabricam carros. Foi lá que ele começou a se destacar<sup>7</sup>.

Como podemos perceber, o advérbio “lá” (grifado no texto) é anafórico, uma vez que retoma de forma direta a expressão cotextual “uma metalúrgica”, mas também não deixa de ser um elemento dêitico, já que nos leva a entender que o lugar referido na expressão é distante daquele em que se encontra o falante.

Ao lado da anáfora e, às vezes, funcionando anaforicamente, a dêixis é um dos mais importantes elementos referenciais, principalmente em situações dialógicas e em narrativas, por identificar os interlocutores (dêixis pessoal), o lugar e o tempo da enunciação. Nas palavras de Cavalcante (2012, p.127),

O que define um dêitico é outra propriedade: a de só podermos identificar a entidade a que ele se refere se soubermos, mais ou menos, quem está enunciando a expressão dêitica e o local ou tempo em que esse enunciador se encontra.

Além das conhecidas dêixis pessoal, espacial e temporal, Cavalcante (2011) apresenta outras formas em que esse dispositivo referencial pode se manifestar, como a dêixis social, a dêixis textual e a dêixis da memória.

A dêixis social é orientada pelas regras e comportamentos sociais mais ou menos ritualizados, que condicionam a forma de tratar o outro, a depender do grau de formalidade, revelando intimidade ou polidez, como no caso de usar ou não títulos honoríficos para falar com as pessoas, como, por exemplo, “Dr. João” ou simplesmente “João”. A dêixis textual, orientada pela posição do último enunciado no contexto, pode indicar um referente específico representado por uma expressão referencial. A dêixis da memória é aquela que, por meio de algum dispositivo dêitico cotextual, faz com que o coenunciador busque, em seus arquivos de memória, algum conhecimento partilhado que não se encontra no cotexto.

Diante do exposto, e em defesa da produção de um conhecimento linguístico epistemologicamente mais consistente sobre o fenômeno da referenciação,

---

<sup>7</sup> Fonte: Nota do caderno *Clubinho*, do jornal *O Povo*, 28 dez. 2002.

pontuamos que os processos referenciais precisam ser considerados em suas funções específicas, sem deixarmos de observar os pontos de intersecção entre eles, os pontos convergentes, afinal, a função de determinado processo referencial pode cruzar a função de outro, como o caso da relação entre anáfora e dêixis aqui abordado. A própria forma como é concebido o texto nas atuais abordagens da Linguística Textual nos impõe a isso.

Os processos referenciais, em seu conjunto, têm um papel fundamental para a progressão ou continuidade referencial, no que se refere “à introdução, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*”<sup>8</sup> (MARCUSCHI, 2008, p. 141 – grifos do autor).

Em consonância com Marcuschi (2008), mas utilizando outras terminologias, Koch (2017) faz uma abordagem mais completa sobre a progressão referencial, vinculando-a à constituição da memória discursiva e mostrando as estratégias referenciais utilizadas para esse fim. Para tanto, a autora apresenta os seguintes processos:

- a *construção/ativação*, pela qual um ‘objeto’ textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nódulo – ou “endereço” cognitivo, locação –, na rede conceptual do texto;
- a *reconstrução/reativação*, quando um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, deixando o objeto de discurso saliente;
- a *desfocalização/desativação*, que ocorre quando um novo objeto de discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal.

Assim sendo, a continuidade referencial acontece a partir da repetição cíclica dessas operações, que possibilitam a criação de um “modelo textual”, continuamente (re)elaborado e modificado por intermédio de novas referenciações (KOCH, 2015).

Fica, portanto, bastante claro que, em meio às tramas e tessituras do texto, com o movimento de idas e voltas decorrentes da ativação, reativação e desativação de referentes, que os

---

<sup>8</sup> Esclarecemos que acompanhamos a mudança terminológica e conceitual adotada por Matos (2018), que defende a noção de “*rede referencial*” na construção do texto, sem, contudo, negarmos a relevância teórica de Marcuschi (2008) como estudioso do texto somente pelo fato de ele ter adotado o termo “*cadeia referencial*” ao tratar da progressão referencial.

“Endereços” ou locuções cognitivas já existentes podem ser constantemente modificados ou expandidos; desta forma, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas informações e/ou avaliações acerca do referente (KOCH, 2015, p. 98).

Assim sendo, voltando-nos mais uma vez à perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva – em cuja base assentam-se atualmente os pressupostos teórico-epistemológicos da referenciação –, cada vez mais distantes do modo cartesiano (linear e estático) de encarar o texto, vemos que

Essa continuidade referencial acontece de forma sequenciada, mas não acontece de forma linear, ou seja, apenas constando superficialmente na linha do texto sem que isso corresponda uma sequência referencial ou predicativa (ANTUNES, 2017, p. 100).

Em outras palavras, considerando a construção referencial e as ligações semânticas aí envolvidas,

A continuidade referencial é assegurada pelas retomadas de elementos introduzidos na memória. Essas retomadas textuais são possibilitadas por certas propriedades da língua: pronominalização, definitização, referenciação dêitica co-textual e co-referência, às quais é preciso acrescentar as recuperações pressuposicionais e as retomadas de inferências (ADAM, 2008, p. 132).

Diante disso, e entendendo que a reconstrução é a operação que mantém em evidência, no modelo de discurso, os referentes previamente introduzidos no texto, Koch (2017) propõe como as principais estratégias de progressão referencial o uso de pronomes, de expressões nominais definidas e de expressões nominais indefinidas.

Convém destacarmos, nesse contexto, com base em Koch (2015), que os casos de progressão referencial tomam por base algum tipo de referenciação. Assim, a determinação referencial se realiza como um processamento da referência em interface com os demais elementos co(n)textuais, normalmente, a partir de uma intermitência interfrástica, todavia, não como retomada referencial necessariamente.

A autora ainda aponta três movimentos básicos que se inter-relacionam no processo de continuidade referencial: as atividades de *referir*, *remeter* e *retomar* que, sinteticamente, é assim explicado:

[...] *referir* é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação língua-mundo; *remeter* é uma atividade de processamento indicial na cotextualidade; *retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou



não. Ressalte-se, mais uma vez, que a continuidade referencial não implica referentes estáveis nem identidade entre referentes (KOCH, 2015, p. 99).

A partir da menção e explicação dessas três atividades diferentes, mas interligadas, a autora ressalta aquilo que tem sido uma questão basilar nas abordagens sobre o processo de referenciação, principalmente, a partir dos postulados introduzidos por Mondada (1994, 1995): a não relação entre continuidade referencial e estabilidade de referentes, uma vez que estes são construídos em um processo instável e dinâmico, fator que influencia decisivamente a construção de sentido(s) do texto, orientando, portanto, as nossas atividades de compreensão/interpretação.

Diante do exposto até aqui, reiteramos que o nosso propósito neste trabalho é investigar como o processo de referenciação, fenômeno tão importante à questão da textualidade, acontece no âmbito do texto digital, e como o(s) sentido(s) são construídos nas interações sociocomunicativas via Web. Para tanto, procuramos demonstrar de que forma, ou em que circunstâncias, a fenomenologia e a referenciação podem ser domínios teóricos intercambiáveis, uma vez que ambos se voltam à profundidade dos sentidos do texto e à intersubjetivação, ou subjetividade (com)partilhada dos sujeitos, aspecto que se torna evidente no ato de referir textualmente.

Além do mais, o fazer fenomenológico aplicado ao processo de compreensão e interpretação do texto digital pode explicitar, mediante as técnicas que lhe são próprias, os processos referenciais emergentes das realizações linguísticas dos sujeitos, apontando o *modus operandi* que acontece em função de seus atos de dizer e, portanto, de produzir sentido(s). E isso pode nos ajudar a compreender o processo referencial não somente no âmbito dos textos digitais facebookianos, como também nos demais textos que circulam na Web, resguardadas as peculiaridades ou particularidades dos gêneros digitais (MARCUSCHI, 2010), que influenciam no ato de referir dos sujeitos em suas práticas comunicativas em Rede.

### 3 OS NOVOS CAMINHOS DO TEXTO NA ERA DIGITAL

A forma como nos comunicamos passou por uma verdadeira ressignificação com o surgimento da Internet, e a maneira clássica de escrever que, por vários séculos primava pela homogeneidade, tomou um rumo diferente, voltando-se à pluralidade das escritas, principalmente nas realizações linguísticas (ou práticas discursivas) que permeiam as mídias digitais.

Ao discorrer sobre essas transformações ocorridas a partir da Internet, Palfrey (2011) apresenta três categorias de sujeitos: os *colonizadores digitais*, ou seja, não nativos do ambiente digital, que cresceram no mundo somente analógico; os *imigrantes digitais*, os que só aprenderam mais tarde a mandar e-mails ou mesmo a utilizar as redes sociais da Web; e os *nativos digitais*, isto é, aqueles sujeitos que já “nasceram digitais”.

Independentemente da categoria a que pertencemos, o fato é que todos nós somos, de alguma forma, afetados pelas tecnologias digitais. Para Recuero (2014, p. 31), “A Comunicação Mediada pelo Computador opera sobre várias ferramentas, com características e limitações próprias, que vão também influenciar as práticas conversacionais que emergem do ciberespaço”. Esse é um fator já bastante discutido nas pesquisas empreendidas por Lévy (2010), o qual considera que

O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente de rede universal calculante. Suas funções pulverizadas infiltram cada elemento do tecnocosmos. No limite, há apenas um único computador, mas é impossível traçar seus limites, definir seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e circunferência em lugar algum, um computador hipertextual, disperso, vivo, fervilhante, inacabado: o ciberespaço em si (LÉVY, 2010, p. 45).

Assim, considerando a relação entre língua(gem) e tecnologia, discorreremos, neste capítulo, sobre os aspectos gerais do texto digital e da hipertextualidade, conteúdos emergentes da Linguística da Internet, tendo em vista os processos que visam à produção de sentido(s) no ato de escrever e falar (e seus correlatos).

Inicialmente, ressaltamos que, a depender do ambiente digital em que esteja inserido (site, blog, e-mail, páginas, redes sociais, entre outros espaços da Web), ou mesmo do gênero textual/digital a que pertença, e das situações de produção/enunciação, o texto digital pode apresentar características que o diferem

dos demais textos produzidos de forma off-line<sup>9</sup>, como bem ressaltam Barton e Lee (2015) em suas pesquisas sobre a linguagem on-line nas práticas discursivas digitais:

Para a linguística e o estudo da linguagem de maneira mais ampla, um conjunto de conceitos estáveis desenvolvidos nas últimas décadas caiu por terra. A palavra “texto” é um exemplo. Antes de tudo, não se pode mais pensar em textos como relativamente fixos e estáveis. Eles estão mais fluidos com as virtualidades mutantes das novas mídias. Além disso, estão se tornando cada vez mais multimodais e interativos (BARTON; LEE, 2015, p. 31).

Por conta de todas essas novidades trazidas pela Internet e das transformações tecnolinguísticas que protagoniza, não faltam previsões alarmistas alardeando o fim do texto impresso clássico. Quanto a isso, Lévy (2011) não só questiona, como também refuta:

A multiplicação das telas anuncia o fim do escrito, como dão a entender certos profetas da desgraça? Essa ideia é muito provavelmente errônea. Certamente o texto digitalizado, fluido, reconfigurável à vontade, que se organiza de um modo não linear, que circula no interior de redes locais ou mundiais das quais cada participante é um autor e um editor potencial, esse texto diferencia-se do texto clássico (LÉVY, 2011, p. 50).

Ao contrário do que tem sido propagado, em relação ao fim do texto escrito, com o processo de virtualização, haverá uma ressurgência, ou seja, teremos um devir do texto como se tivéssemos acabado de inventar a escrita (LÉVY, 2011).

Diante dessas questões que dizem respeito, dentre outras coisas, ao lugar do texto nas práticas discursivas realizadas no ambiente virtual, Crystal (2001) possui notável reconhecimento acadêmico, sendo considerado como o pioneiro da Linguística da Internet, sobretudo, em virtude de seu trabalho *Language and the Internet (Linguagem e a Internet)*. No capítulo *The linguistic future of the Internet (O futuro linguístico da Internet)*, dessa obra, o autor faz a seguinte afirmação, corroborando o dito por Lévy (2011):

Parece ser um padrão para os livros que lidam com tecnologia digital começarem ou terminarem alertando seus leitores de que tudo o que eles contêm em breve estará desatualizado; e uma perspectiva linguística sobre o assunto não é exceção. Qualquer tentativa de caracterizar a linguagem da Internet, como um todo ou com referência a uma de suas situações constituintes, imediatamente se depara com a transitoriedade da tecnologia. As diferentes arenas de comunicação descritas nos capítulos anteriores não permanecerão por muito tempo, pois os desenvolvimentos tecnológicos dos quais eles dependem estão em constante evolução, colocando os usuários sob constante pressão para adaptar sua linguagem às demandas de novos

---

<sup>9</sup> O termo *off-line* é aqui utilizado para designar não os textos escritos com a “internet desligada”, mas todos aqueles que são produzidos “fora da Web”, da forma tradicional.

contextos e dando-lhes novas oportunidades de interagir de novas maneiras. A prontidão com que está no cerne da evolução linguística – e que os capítulos centrais do livro demonstram claramente – será plenamente explorada nas próximas décadas com o surgimento de formas ainda mais sofisticadas de comunicação mediada digitalmente (Tradução livre)<sup>10</sup> (CRYSTAL, 2001, p. 224).

Esse olhar de Crystal (2001) sobre a língua e a Internet tem servido de base para vários estudos linguísticos sobre essa temática, como os realizados por Shepherd e Saliés (2015), que resultaram na publicação do livro *Linguística da Internet*, a partir do qual é apresentada a seguinte definição dessa nova área emergente da Linguística:

[...] uma Linguística de base empírica, de natureza aplicada, cujo ponto de partida é o uso da linguagem e não os linguistas. Apoiar-se em todas as subáreas da própria Linguística, examinando o discurso, a sintaxe, a semântica, a sociolinguística, a pragmática e a psicolinguística da internet. Dessa forma, busca entender como, por que e através de quem e de que *output* dá-se a construção do sentido em ambientes digitais. Isso implica suspender dicotomias consagradas pela Linguística como fala *versus* escrita, pois o meio as implodiu, e estudar as propriedades típicas da linguagem na internet, assim como seus propósitos e efeitos (SHEPHERD; SALIÉS, 2015, p. 8).

Como as autoras advertem, a Linguística da Internet não se ocupa dos “linguistas”, mas do “uso da linguagem”, tomando por base as diversas subáreas da Linguística, voltando-as ao estudo das realizações linguísticas no âmbito da Internet. Não é, portanto, uma nova linguística, no sentido estrito, mas uma linguística aplicada. Como assevera Marcuschi (2010, p.15-16),

Em certo sentido, pode-se dizer que, na atual *sociedade da informação*, a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo. Se bem aproveitada, ela pode tornar-se um meio eficaz de lidar com as práticas pluralistas sem sufocá-las, mas ainda não sabemos como isso se desenvolverá.

Essas novas formas de comportamento comunicativo referidas pelo autor podem ser analisadas linguisticamente em múltiplos enfoques, a depender das

---

<sup>10</sup> Texto original: It seems to be standard convention for books dealing with digital technology to begin or end by warning their readers that everything they contain is going to be soon out of date; and a linguistic perspective on the subject is no exception. Any attempt to characterize the language of the Internet, whether as a whole or with reference to one of its constituent situations, immediately runs up against the transience of technology. The different arenas of communication described in earlier chapters will not remain for long they are, given that the technological developments upon which they rely are constantly evolving, putting users under constant pressure to adapt their language to the demands of new contexts, and giving them fresh opportunities to interact in novel ways. The readiness with which is at the heart of linguistic evolution - and which the central chapters of book clearly demonstrate - is going to be fully exploited in the next few decades, with the emergence of yet more sophisticated forms of digitally mediated communication (CRYSTAL, 2001, p. 224).

necessidades da pesquisa. Em nosso caso, investigamos a relação entre referenciação, fenomenologia e a construção de sentido(s) no texto digital.

Nesse aspecto, no desenvolvimento deste capítulo, julgamos pertinente discorrermos, ainda que não exaustivamente, sobre a questão hipertextual, já que falar em comunicação virtual hoje requer que falemos da *hipertextualidade*, isto é, de “um conjunto multienunciativo de hipertextos, em razão de sua heterogeneidade” (CAVALCANTE, 2012, p. 56). Antes, porém, de adentrarmos nesse assunto, faremos um breve relato histórico sobre o *hipertexto*, mostrando os pontos principais de sua trajetória evolutiva, para depois abordarmos os aspectos atinentes à construção de sentido(s) no contexto da hipertextualidade.

Segundo Gomes (2011), tudo começou com uma estratégia para organizar documentos, como papiros, rolos de pergaminhos, *códex*<sup>11</sup>, entre outros, cuja forma de localização sempre foi um problema para quem desejasse acessá-los nas bibliotecas antigas. Assim, do século XII em diante, os manuscritos passaram a ser indexados em ordem numérica e alfabética, sendo organizados em classes e subclasses. A indexação tornou-se, portanto, uma forma comum de facilitar e agilizar o acesso aos textos, o que deu origem, depois, às enciclopédias, devido ao aumento do volume de informação cada vez mais crescente, mas que também necessitavam de localização nas bibliotecas.

Já do final do século XVIII para frente, o volume de livros sobre os mais variados assuntos era tão grande que o método de indexação, seja qual fosse, não dava conta, tanto pela dificuldade quanto pela lentidão do processo, tornando o acesso às obras por parte de leitores e pesquisadores uma tarefa cada vez mais laboriosa. No entanto,

No século XIX, em 1876, Melvil Dewey publicou uma obra que iria mudar completamente a indexação de livros e revistas nas bibliotecas, mas não iria resolver o problema. Conhecida como CDD – Classificação Decimal de Dewey, a obra é um sistema hierárquico de classificação que divide em dez partes as áreas de conhecimento, que vão desde 000 para computadores, informação e referência geral, passando por 400 para línguas até 900 para História Geral e Geografia. Entretanto, apesar da adoção internacional desse método, as informações indexadas eram apresentadas no formato linear (e impresso). Sendo assim, a dificuldade de indexar o número crescente de livros publicados, alguns com temas que desafiavam os bibliotecários, e localizar os livros nas estantes, continuou (GOMES, 2011, p. 16).

---

<sup>11</sup> Em latim, *códex* significa “livro” ou “bloco de madeira”. O *códice* substituiu o **rolo de pergaminho**, que, depois, foi substituído pelo **livro impresso** propriamente dito.

Essa persistência do problema de indexação chamou a atenção do físico e matemático Vannevar Busch (GOMES, 2011), o qual percebeu que o volume crescente de informações era superior à capacidade humana de administrá-lo, o que só poderia ser feito com o auxílio da tecnologia. Por essa razão, em 1945, escreveu o artigo “*As we may think*” (“*Do modo como pensamos*”), uma maneira de se referir ao pensar por meio de associações não lineares. Isso porque o matemático havia partido do pressuposto de que nós não pensamos linearmente (GOMES, 2011).

Busch reconhece que certamente não seria possível duplicar o processo reticular que embasa o exercício da inteligência. Ele propõe apenas que nos inspiremos nele. Imagina então um dispositivo, denominado *Memex*, para mecanizar a classificação e a seleção por associação paralelamente ao princípio da indexação clássica.

Antes de mais nada, seria preciso criar um imenso reservatório multimídia de documentos, abrangendo ao mesmo tempo imagens, sons e textos. Certos dispositivos periféricos facilitariam a integração rápida de novas informações, outros permitiriam transformar automaticamente a palavra em texto escrito [...]. Além dos acessos clássicos por indexação, um comando simples permitiria ao feliz proprietário de um *Memex* criar ligações independentes de qualquer classificação hierárquica entre uma dada informação e uma outra. Uma vez estabelecida a conexão, cada vez que determinado item fosse visualizado, todos os outros que tivessem sido ligados a ele poderiam ser instantaneamente recuperados, através de um simples toque em um botão (LÉVY, 2010, p. 28-29).

Vimos que a ideia de Busch representou um significativo avanço em relação ao antigo modo de indexação, antecipando questões teóricas importantes a respeito do conceito de autoria, da interação leitor-autor-texto e, principalmente, sobre a questão da linearidade dos textos como fator máximo da coerência, aspecto defendido na época, mas que, tanto por seu trabalho quanto pelos trabalhos que viriam depois, foi posto à prova e reformulado.

Os avanços não cessaram. Assim, tomando como base a ideia inspiradora de Busch, foi desenvolvido, em 1960, por Theodore Nelson, o hipertexto com base em computador, como um trabalho de conclusão de uma pós-graduação que cursava em Harvard. Foi ele, portanto, o criador do termo *hipertexto*, que utilizou em um artigo a respeito de *zippered lists*, um algoritmo central para o sistema Xanadu (GOMES, 2011).

Milhões de pessoas poderiam utilizar *Xanadu*, para escrever, se interconectar, interagir, comentar os textos, filmes e gravações sonoras disponíveis na rede, anotar os comentários etc. Aquilo que poderíamos chamar de estado supremo da troca de mensagens teria a seu encargo uma boa parte das funções preenchidas hoje pela editoração e o jornalismo clássicos. Xanadu, enquanto horizonte ideal ou absoluto do hipertexto, seria uma espécie de materialização do diálogo incessante e múltiplo que a

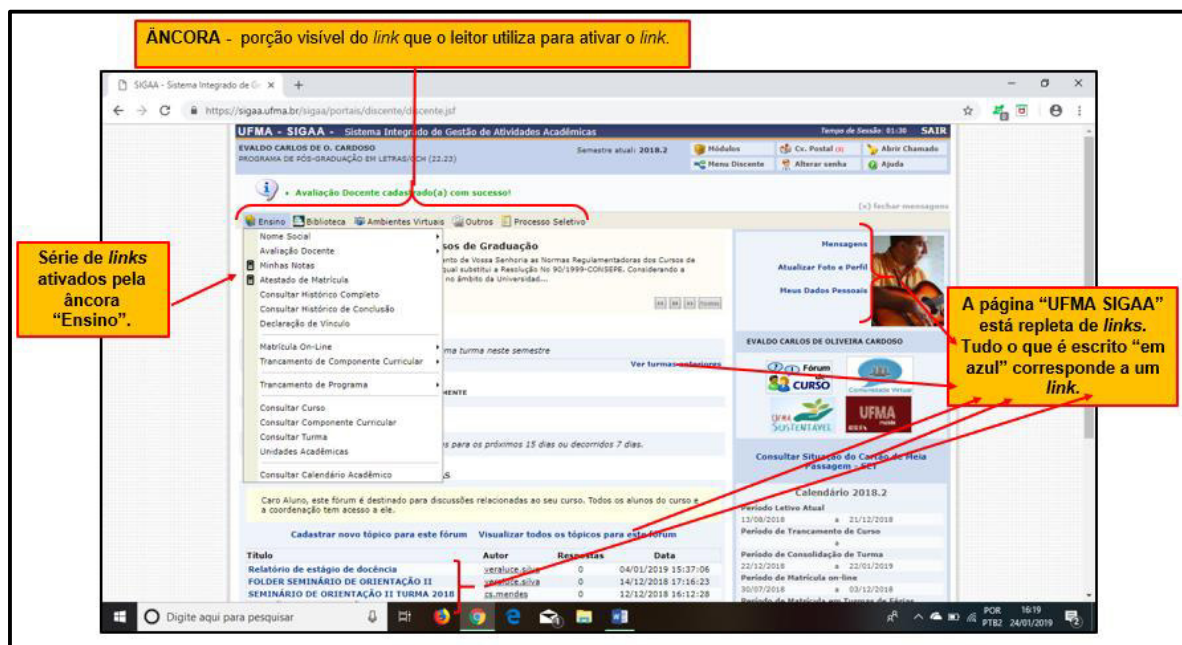
humanidade mantém consigo mesma e com seu passado (LÉVY, 2010, p. 29).

Depois dessa breve abordagem histórica, chegamos à conclusão de que não é possível falarmos da escrita no meio digital sem nos referirmos ao *hipertexto*, ou melhor, à *hipertextualidade*, tão vívida na profusão de textos interligados por elos semânticos, que tornam as interações comunicativas via Web um ato de produzir sentido(s). Desse modo, à guisa de síntese, afirmamos, com Gomes (2010, p.56),

[...] que se pode dizer que a Web representa o modelo de hipertexto aberto, descentralizado e não hierárquico, onde todos os documentos podem ser acessados a partir de qualquer ponto (mesmo simultaneamente) e documentos podem ser acrescentados à rede. No entanto, a tendência atual é o aumento de programas que permitam a alteração dos documentos, por qualquer pessoa, como, por exemplo, ocorre com o Wiki – software para a produção colaborativa de textos, e com blogs, por exemplo, que normalmente, aceitam colaborações apenas de pessoas “convidadas”.

Como forma de comprovar a afirmativa do autor, apresentamos a seguir um exemplo de uma página da Web (UFMA SIGAA) contendo uma variedade de *links* e *âncoras*, mecanismos hipertextuais normalmente utilizados para a navegação em páginas como essa.

Figura 3: Exemplo de Página Hipertextual



Fonte: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/portais/discente/discente.jsf>>

Essa imagem ilustra uma rede complexa de associações/conexões entre uma variedade de textos e de percursos de leitura, o que culmina com a definição trazida por Gomes (2011) de que

O hipertexto pode ser entendido como um texto exclusivamente virtual<sup>12</sup> que possui como elemento central a presença de links. Esses links, que podem ser palavras, imagens, ícones etc., remetem o leitor a outros textos, permitindo percursos diferentes de leitura e de construção de sentidos a partir do que for acessado e, conseqüentemente, pressupõe certa autonomia de escolha dos textos a serem alcançados através dos links. É um texto que se atualiza ou se realiza, se concretiza, quando clicado, isto é, quando percorrido pela seleção de links (GOMES, 2011, p. 15).

Em face dessa multiplicidade de textos interconectados, como esclarece o autor, a forma como lemos, compreendemos, interpretamos ou como construímos sentido(s) passa por significativas transformações. Assim, embora ainda convivamos com o modo cartesiano, pautado na linearidade, nas construções hipertextuais, a dinâmica de leitura é diferente, como nos aponta Roncarati (2010), ao refletir sobre o lugar do texto em nossa realidade atual, marcada pela tecnologia digital:

As opções de leitura pela mídia eletrônica estão criando novas práticas, exigindo-nos crescente capacidade de integrar as informações de modo não linear. Nas redes sociais conectadas pelas tecnologias digitais acopladas cada vez mais à internet, à tecnologia e à televisão, em que os conteúdos nos chegam *on line*, em tempo síncrono, pressionando-nos a nos manter antenados com eventos e notícias de última hora, estamos remodelando a figura do leitor e os modos de processamento da leitura (RONCARATI, 2010, p. 18).

Reiterando e ao mesmo tempo ampliando esse olhar sobre a hiperleitura, Lévy (2011) nos diz que o virtual somente “eclode” na medida em que a subjetividade humana entra no circuito, ou seja,

[...] quando, num mesmo movimento surgem a indeterminação do sentido e a propensão do texto a significar, tensão que uma atualização, ou seja, uma interpretação, resolverá na leitura. Uma vez claramente distinguidos esses dois planos, o do par potencial-real e o do par virtual-atual, convém imediatamente sublinhar seu envolvimento recíproco: a digitalização e as novas formas de apresentação do texto só nos interessam porque dão acesso a outras maneiras de ler e de compreender (LÉVY, 2011, p. 40).

Não obstante, se considerarmos a relação entre significação, hipertextualidade e o processo de construção de sentido(s), perceberemos que as palavras de um texto constituem-se elementos de natureza hipertextual, por apontarem e despertarem diferentes sentidos, mesmo que o discurso, em razão das situações de enunciação concreta, nos force a optar por determinado sentido em função do que desejamos dizer (ALVES FILHO, SANTOS, RAMOS, 2017).

---

<sup>12</sup> Discordamos de que hipertexto seja “exclusivamente virtual”, como propõe o autor, mas concordamos integralmente com todos os outros aspectos de sua definição.



Diante disso, precisamos considerar o caráter híbrido da linguagem hipertextual, que supera a visão dicotômica entre fala e texto escrito (SHEPHERD; SALIÉS, 2015). Dizendo de outra forma, “o hipertexto propicia um imaginário híbrido capaz de sustentar uma relação flexível entre os interesses sociais das tradições da oralidade e da escrita” (NOJOSA, 2012, p. 69).

Se levarmos em conta a realidade do ciberespaço, perceberemos que as noções de unidade, de identidade e de localização são amalgamadas. Dessa forma,

Os vínculos podem remeter a endereços que abrigam não um texto definido, mas dados atualizados em tempo real: resultados estatísticos, situações políticas, imagens do mundo transmitidas por satélite... Assim, como o rio de Heráclito, o hipertexto jamais é duas vezes o mesmo. Alimentado por captadores, ele abre uma janela para o fluxo cósmico e a instabilidade social. Os dispositivos hipertextuais nas redes digitais *desterritorializaram* o texto. Fizeram emergir um texto sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. Não há mais um *texto*, discernível e individualizável, mas apenas *texto*, assim como não há *uma água* e *uma areia*, mas apenas *água* e *areia*. O texto é posto em movimento, envolvido em um fluxo, vetorizado, metamórfico. Assim está mais próximo do próprio movimento do pensamento, ou da imagem que hoje temos deste. Perdendo sua afinidade com as ideias imutáveis que supostamente dominariam o mundo sensível, o texto torna-se análogo ao universo de processos ao qual se mistura (LÉVY, 2011, p. 48 – destaques do autor).

Em face dessas características hipertextuais, havemos de nos perguntar: Como é possível construir sentido(s) em um texto híbrido, não linear e marcado pela multienunciação, na realidade instável e multiforme da comunicação virtual?

Para respondermos a esse questionamento, precisamos considerar que, quando o leitor – ou o “*hiperleitor*” – navega pela rede de textos interconectados, não o faz a esmo, pelo contrário, seus interesses e seus objetivos tornam-se o fio condutor de suas escolhas significativas, promovendo, assim, uma textualidade, a partir da qual a coerência passa a ser uma construção pessoal, já que, no modo de escrever hipertextual, retomando a ideia de Heráclito, trazida por Lévy (2011), não existirá, efetivamente, dois textos iguais (KOCH, 2015).

No entanto, pelo menos na realidade atual, persiste uma restrição quanto à leitura:

o hiperleitor somente poderá partir para novas ligações previstas pelo autor, indicadas pelos *links* por ele criados para acessar os nós assim interconectados. O hipertexto – como também o texto “tradicional” – constitui um evento textual-interativo, embora com características próprias. Uma delas é não haver limitação do interlocutor, que pode ser qualquer um desde que conectado à rede, já que o hipertexto não constitui um texto realizado concretamente, mas apenas uma virtualidade (KOCH, 2015, p. 86).

Assim, dentro da tríplice relação referenciação, fenomenologia e texto digital, numa investigação sobre a construção de sentido(s), vemos que, na hipertextualidade, os *hiperlinks* têm uma importância decisiva.

*Hiperlinks* e nós tematicamente interconectados serão, portanto, **os grandes operadores da continuidade de sentidos e da progressão referencial no hipertexto**, desde que o hipernauta seja capaz de seguir, de forma coerente com o projeto e os objetivos da leitura, o percurso assim indiciado (KOCH, 2015, p. 87 – destaque nosso).

Em outras palavras, no universo da Web, as tramas textuais e as regras de textualidade, ou seja, os aspectos que permitem a um texto ser compreendido, interpretado, são postas em uma dimensão muito mais ampla e com múltiplas possibilidades, de forma tal, que “é como se a digitalização estabelecesse uma espécie de imenso plano semântico, acessível em todo lugar, e que todos pudessem ajudar a produzir, a dobrar diversamente, a retomar, a modificar, a dobrar de novo” (LÉVY, 2011, p. 49).

As interações comunicativas (por meio do texto) no ciberespaço, além de um caráter hipertextual, como vimos, possuem também um caráter multimodal, dentro do que temos percebido por meio dos pressupostos da compreensão da linguagem em ambiente on-line, como explicam Barton e Lee (2015, p. 47):

Na compreensão *online*, também procuramos entender como *modos* diferentes trabalham juntos para formar textos online coerentes e dotados de sentido. Os modos, que também são conhecidos como modos comunicativos ou modos semióticos, referem-se em geral a sistemas ou recursos que as pessoas mobilizam na construção de sentido.

Os textos multimodais estão presentes no nosso cotidiano, promovendo uma mistura do verbal com o visual, algo peculiar na maioria das páginas e/ou sites da Web. Porém, “apesar dessas possibilidades multimodais [...], a palavra escrita ainda desempenha um papel central na construção de significados nesses novos sites” (BARTON; LEE, 2015, p. 48).

Neste trabalho, voltamos a dizer, empenhamo-nos em investigar a construção de sentido(s) em textos escritos na Rede, especificamente, em comentários do Facebook, a partir dos encaminhamentos teóricos da referenciação e da fenomenologia, mas sem desconsiderar essa linguagem multifacetada da escrita hipertextual, sem perder de vista que

A interpretação, isto é, a produção do sentido, doravante não remete mais exclusivamente à interioridade de uma intenção, nem a hierarquias de significações esotéricas, mas antes à **apropriação sempre singular de um navegador ou de um surfista. O sentido emerge de efeitos de pertinência locais, surge da intersecção de um plano semiótico desterritorializado e de uma trajetória de eficácia ou prazer.** Não me interessa mais pelo que pensou um autor inencontrável, peço ao texto para me fazer pensar, aqui e agora. **A virtualidade do texto alimenta minha inteligência em ato** (LÉVY, 2011, p. 49 – destaques nossos).

Essa afirmação vem ao encontro do que temos discutido aqui, pois, de fato, no âmbito da hipertextualidade, a interpretação e a produção de sentido(s) adquirem uma nova dimensão, bem mais ampla e complexa, constituindo o que podemos chamar de uma rede de significação dinâmica, construída pela interação, cuja estrutura híbrida ressalta sua capacidade de albergar uma diversidade de gêneros, os chamados de gêneros digitais, tema que tem sido estudado por pesquisadores como Marcuschi e Xavier (2010), Gomes (2010, 2011), Lévy (2010, 2011), Alves Filho e Santos (2017), Bezerra (2017), entre outros.

A discussão sobre os gêneros digitais, apesar dos muitos estudos que vêm emergindo, em termos epistemológicos, ainda está no seu alvorecer, ou seja, há um campo aberto para a investigação linguística e muitas polêmicas para serem sanadas.

Os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita. Contudo, sequer se consolidaram, esses gêneros eletrônicos já provocam polêmicas quanto à natureza e proporção de seu impacto na linguagem e na vida social. Isso porque os ambientes virtuais são extremamente versáteis e hoje competem, em importância, entre as atividades comunicativas, ao lado do papel e do som (MARCUSCHI, 2010, p. 15).

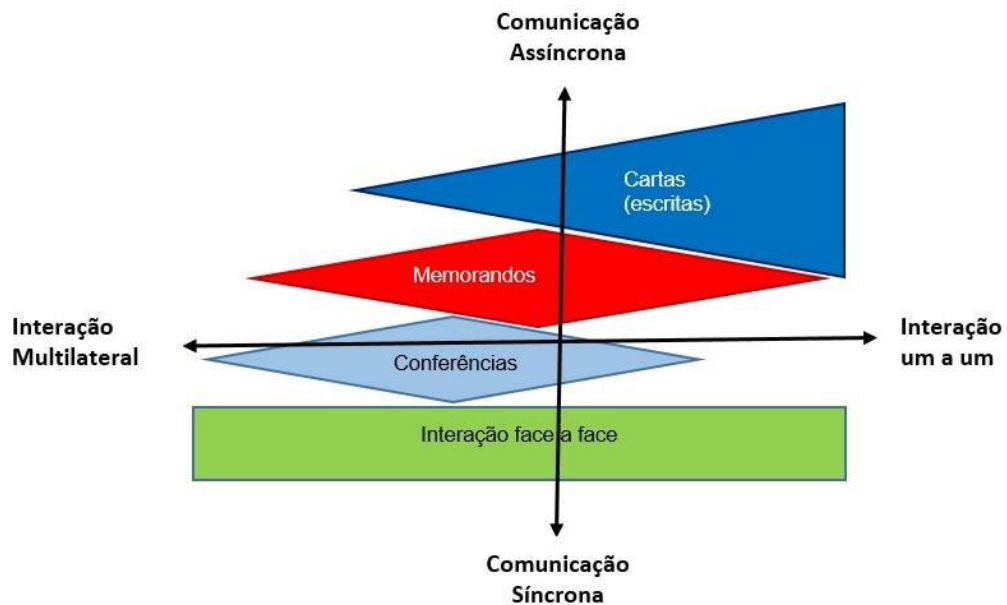
Em nosso trabalho não discutiremos à exaustão sobre os gêneros digitais, entretanto, sabemos que estão presentes no âmbito da hipertextualidade e que, “para cada gênero, há particularidades formais e funcionais que interferem diretamente na produção dos sentidos” (CAVALCANTE, 2012, p. 56) e, por essa razão, não poderíamos deixar de mencioná-los aqui.

Nesse contexto, levando em consideração que uma das principais características dos gêneros emergentes dos ambientes virtuais é a interatividade, Marcuschi (2010), em seu artigo “*Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital*”, faz uma comparação entre o contínuo de gêneros na comunicação (escrita e falada) tradicional e o contínuo de gêneros no âmbito da comunicação digital

mediada por computador, enfatizando dois eixos: o da *comunicação síncrona* e o da *comunicação assíncrona*<sup>13</sup>.

Para melhor compreendermos a analogia entre o contínuo de gêneros na comunicação tradicional e o contínuo de gêneros no âmbito da comunicação digital, recorreremos ao Gráfico 1, apresentado por Marcuschi (2010).

Gráfico 1: O contínuo de gêneros na comunicação tradicional falada e escrita



Fonte: Simeon J. YATES (2000, p. 236). In: MARCUSCHI (2010, p. 43)

Nesse gráfico,

Há um movimento relativamente formal, pois as cartas podem receber vários estilos quanto a esse aspecto, até o bastante informal. E igualmente do mais distanciado (comunicação assíncrona) até a comunicação em tempo real e face a face. Por outro lado, pode-se ir desde a comunicação multilateral (em grupo) até a bilateral. Quanto a este aspecto, note-se que uma carta pode ter várias formas de ser desde uma carta pessoal de um para um, até uma carta circular, um ofício de um para muitos ou de muitos para muitos (MARCUSCHI, 2010, p. 43).

Na comunicação digital, os aspectos apontados por Marcuschi (2010) também podem ser verificados em gêneros digitais, como os e-mails, uma comunicação realmente assíncrona, que acontece tanto de forma multilateral como bilateral e,

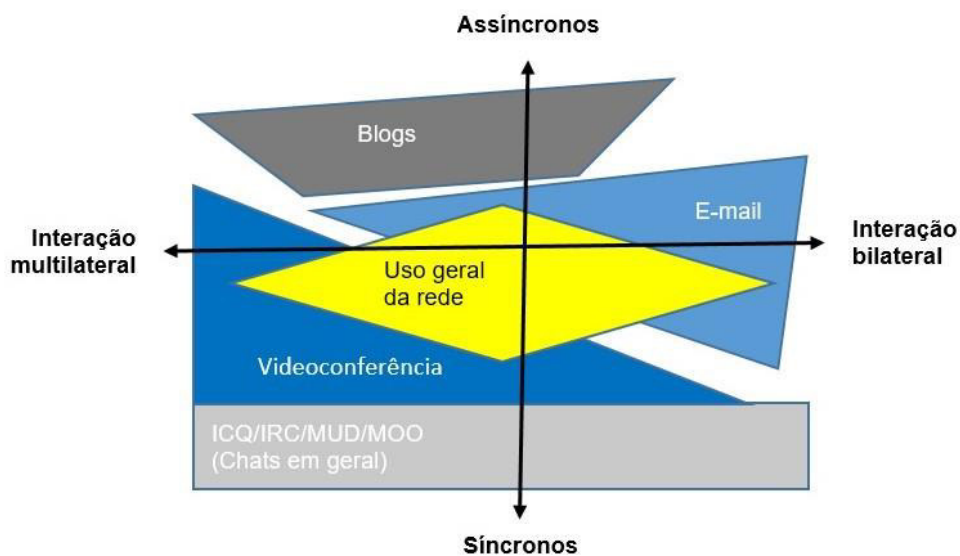
<sup>13</sup> Compreendemos **comunicação síncrona** como a participação simultânea de interagentes em eventos que podem ser marcados com horários específicos – *any place/real time* – e como **comunicação assíncrona** aquela que não depende de tempo e lugar.

preferencialmente, numa realização interindividual, distinguindo-se, a esse respeito, da videoconferência. Por outro lado,

[...] o uso da rede (WWW), em todas as suas modalidades e gêneros abrigados (pois a rede não é um gênero textual, mas um ambiente), está em um entrecruzamento que permite enorme variedade de realizações em termos de formalidade, informalidade, relações comunicativas e produção síncrona ou não. Os *chats* ocupam a base que em certo sentido corresponde à situação da comunicação face a face, com a possibilidade de serem comunicações bilaterais ou multilaterais (MARCUSCHI, 2010, p. 44).

Esses aspectos estão demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2: O contínuo de gêneros na comunicação digital mediada por computador



**Fonte:** Simeon J. YATES (2000, p. 236) (com adaptações). In: MARCUSCHI (2010, p. 44)

Nesse contexto, observando o lugar dos textos na realidade da comunicação digital/online/virtual, “Virtualidades são as possibilidades e restrições de ação que as pessoas percebem seletivamente em qualquer situação. Virtualidades percebidas tornam-se o contexto para a ação” (BARTON; LEE, 2015, p. 44).

Dessa forma, conforme o Gráfico 2, os gêneros poderiam ser distribuídos em um quadro multidimensional, a partir dos parâmetros oriundos do quadro geral e levando em conta todos os gêneros aí mencionados. Nesse sentido, “Veríamos uma ordem muito clara entre eles com uma distribuição nada aleatória e produção obedecendo critérios bastante rigorosos” (MARCUSCHI, 2010, p. 44-45), ratificando o que Barton e Lee (2015) chamam de restrições e possibilidades dos espaços online.

E nessa relação entre a hipertextualidade e os gêneros digitais (blog, e-mail, chat, entre outros), tendo a consciência da impossibilidade de oferecermos uma visão

completa sobre os gêneros presentes na Web, em nosso trabalho, atemo-nos a discorrer, sucintamente, somente sobre o gênero Comentário, em razão de nossa pesquisa ter como *corpus* de investigação uma seleção de comentários extraídos da rede social Facebook, conforme descrição, a posteriori, de nosso percurso metodológico.

Esse tipo de gênero textual, conforme Monteiro (2008), faz parte dos “gêneros opinativos”, peculiares aos “gêneros jornalísticos”. E como nos explicam Alves Filho e Santos (2013), o Comentário, como outros gêneros do meio impresso, migraram para o ambiente on-line, tendo um uso bem mais intenso e frequente, graças ao fluxo comunicacional na Internet.

O comentário online, assim como outros gêneros do meio impresso (a exemplo da carta de leitor), atende à necessidade social de manifestação da opinião pública na esfera jornalística além de responder a um posicionamento cultural da mídia que visa incentivar a participação responsiva de todos os leitores por meio da opinião destes sobre as notícias veiculadas. Não se trata de um gênero completamente nascido no meio digital, embora o meio digital tenha possibilitado um uso mais intenso e frequente. No final das notícias de muitos portais é comum encontrarmos um espaço para a publicação dos comentários, acompanhados de frases tais como: *Deixe seu comentário; Seja o primeiro a comentar essa notícia*. Ou seja, assistimos a um encorajamento explícito para a manifestação das opiniões pessoais no espaço intitulado de comentário (ALVES FILHO; SANTOS, 2013, p. 83).

No entanto, mesmo sendo muito característico do meio jornalístico, o Comentário, no contexto da comunicação virtual, não ficou restrito a esse meio. No ambiente digital, as pessoas comentam sobre vários assuntos e não apenas sobre matérias de algum jornal ou revista, mesmo que estes veículos possuam versões digitais. Além disso, os portais jornalísticos já deixaram de ser os únicos espaços on-line em que o hiperleitor/internauta pode comentar, pois é possível que dada notícia seja copiada de um portal jornalístico e compartilhada em alguma rede social (não necessariamente jornalística), podendo aí também ser comentada. Ou seja, é comum às redes sociais da Internet que possibilitam a realização de postagens também possuírem em suas interfaces espaços próprios para “comentar”, o que ocorre, como já dissemos, na rede social Facebook.

A dinâmica do Comentário on-line no Facebook ocorre a partir de três movimentos: a postagem, os comentários sobre a postagem e os comentários sobre os comentários. Desse modo, há uma ligeira semelhança com o que acontece nos portais de notícias, quando, “numa sequência de comentários, podemos ter aqueles

que, embora mantenham um diálogo com a notícia, referem-se mais diretamente a um determinado comentário” (ALVES FILHO; SANTOS, 2013, p. 83).

E reiteramos, a partir das ideias de Koch (2010), que o processo de interpretação e de construção de sentido(s) em comentários on-line, acontece mediante o seguinte entendimento fulcral:

Dentro da concepção de lingua(gem) como atividade interindividual, o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto como uma atividade tanto de caráter linguístico, como de caráter sociocognitivo.

[...]

Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual (KOCH, 2010, p. 31).

Partindo desse entendimento, havemos de considerar, portanto, que, na comunicação em rede, principalmente no que diz respeito à emissão de opinião sobre os diversos assuntos veiculados,

O modo de interação entre os interlocutores envolvidos no processo de produção e recepção dos comentários acontece numa situação interativa em que o leitor é motivado a expor sua opinião obedecendo a regras sociais e institucionais inerentes à esfera de produção e circulação do gênero comentário *online* (ALVES FILHO; SANTOS, 2013, p. 83).

É a partir dessa interação que o processo de referenciação acontece nas redes sociais da Web, como no Facebook. Para compor os comentários, os sujeitos interagentes se valem de uma seleção de referentes que são construídos por meio de trocas, de negociação, de forma bem mais dinâmica do que na comunicação fora do ciberespaço.

## 4 A INTERFACE FENOMENOLOGIA E REFERENCIAÇÃO

Pensar na interface fenomenologia e referenciação é perfeitamente possível. Primeiro, por constituírem-se domínios do conhecimento humano; segundo, porque, nessa condição, essas formas de conhecimento podem ser interligadas pelos elos indissolúveis da língua(gem).

Nesse sentido, Mondada (2017) afirma que a questão referencial perpassa a filosofia da linguagem e a Linguística, e que a visão de referência como um processo dinâmico e, principalmente, intersubjetivo, realizável a partir das interações discursivas entre interlocutores,

[...] tem origem em reflexões provenientes das ciências humanas e sociais (como a pragmática, a *fenomenologia*, a teoria social, o interacionismo simbólico), da abertura contemporânea da Linguística aos dados empíricos, recolhidos em *terrenos autênticos, diferenciados, complexos*, muito distantes dos dados de gabinete fornecidos durante muito tempo aos linguistas pela sua introspecção (MONDADA, 2017, p. 11 – destaque nosso).

No presente capítulo, buscamos apresentar essa intersecção, partindo das concepções gerais sobre fenomenologia, para, então, abordarmos a hermenêutica de Paul Ricoeur (1989), considerando a importância de sua teoria filosófica da interpretação para a investigação das conexões existentes entre a teoria do texto e a teoria da ação, ressaltando os pontos intercambiáveis de sua abordagem teórica com o fenômeno da referenciação.

### 4.1 A Práxis Fenomenológica enquanto Saber Humano Filosófico

Para tratarmos dessa questão, tecemos algumas considerações preliminares, e gerais, sobre a práxis fenomenológica enquanto saber humano filosófico. Assim, reiteramos nosso entendimento da fenomenologia como um método de investigação, não somente definitivo das essências, mas também discursivo, que não se restringe à definição de um mero conteúdo de conceitos, mas que se volta à significação de uma essência da existência, devendo assim ser descrita. Nesse sentido,

a fenomenologia nos põe diante de uma realidade complexa, a estrutura do próprio fenômeno, cuja experiência não se reduz a nenhuma das formas da



intencionalidade, mas as integra todas. *A preocupação da fenomenologia é dizer em que sentido há sentido, e mesmo em que sentidos há sentidos. Mais ainda, nos fazer perceber que há sempre mais sentido além de tudo aquilo que podemos dizer* (REZENDE, 1990, p. 17 – destaques nossos).

Etimologicamente, o termo *fenomenologia* é formado por dois radicais gregos: *phainomenon* e *logos*. O primeiro correspondendo a “fenômeno”, isto é, àquilo que aparece por si mesmo; o segundo, ao discurso, ou à predisposição para trazer à luz o ser e o existir do homem (LIMA, 1997).

O filósofo alemão Edmund Husserl foi quem introduziu no meio científico e filosófico a fenomenologia como método de apreensão do real, em que o processo de investigação tem como finalidade principal apreender o fenômeno (ABBGNANO, 2012). E como reitera Chizotti (1995, p. 14-15),

Husserl propõe um caminho que ultrapasse as aparências imediatas das coisas e alcance os *fenômenos*, a essência das coisas na sua manifestação. A ciência das essências repousa na intuição de que “toda consciência é consciência de alguma coisa” e visa um objeto que não é ela e que não pode estar contido nela. Por esta operação, o sujeito se torna consciente desse ato pelo qual dá uma significação ao objeto.

Nesse sentido, para familiarizarmo-nos com o raciocínio fenomenológico, é necessária uma leitura profunda e profícua da trajetória fenomenológica (CRITELLI, 2006). Isto porque “o método da crítica do conhecimento é o fenomenológico; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que integra a ciência da essência do conhecimento” (HUSSERL, 1989, p. 22).

Assim, pensar fenomenologicamente é reconhecer a necessidade de termos atitude e mente aberta, sem conceitos preconcebidos diante dos fenômenos com os quais nos deparamos, compreendendo, pois, que “é necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos” (CHIZOTTI, 1995, p. 80).

O fato de a fenomenologia constituir-se um “método” não anula nem diminui seu caráter teórico-epistemológico, pois, no fazer científico, teoria e metodologia devem andar juntas e, por vezes, o método confunde-se com a própria teoria. Isso é o que nos afirma Gomes (1983) quando discute questões teóricas do empirismo à fenomenologia:

A fenomenologia é a ciência do ideal que torna efetivo o projeto da lógica pura. Mas não se deve confundir ideal com idealismo ou ideal oposto à realidade.

A teoria das teorias possíveis [...] transforma-se numa ciência dos fundamentos, em arqueologia da consciência lógica ou transcendental, que procura explicar, por meio de uma análise exclusivamente descritiva e intuitiva, as conexões ideais que configuram os vários modos de ter conhecimento ou de ter consciência de algo.

A fenomenologia é, pois, teoria da ciência no mais elevado sentido: um sentido de conhecimento absolutamente fundado, vale dizer, de autoconsciência radical (GOMES, 1983, p. 118).

Em complementação a essas ideias gerais, Capalbo (1983) nos diz que a fenomenologia não é um sistema filosófico acabado ou mesmo uma “escola de discípulos” em que os mestres ensinam aos alunos o que é fenomenologia, pois se assim o fosse seria muito difícil situar em um mesmo grupo de fenomenólogos alguns pensadores, como Heidegger, Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Paul Ricoeur, Enzo Pacci, Gabriel Marcel, Henry Duméry, Alfred Schutz, Moritz Geiger, Alexandre Koyré, Roman Ingarden e Max Scheler. Esses estudiosos, embora se debrucem sobre diferentes enfoques em seus estudos teóricos, têm um pensamento comum:

[...] o reconhecimento de que a fenomenologia ultrapassa os problemas clássicos colocados pela teoria do conhecimento e pela metafísica no realismo sob todos os seus matizes e no idealismo.

A fenomenologia supõe uma ruptura tal como a concepção clássica do racionalismo, mediante o qual se poderia proceder por uma dedução sistemática, a partir de alguns princípios básicos, visando reconstruir o real.

A atitude fenomenológica, ao contrário, procura “mostrar” a experiência que temos do real, procura “ir às coisas nelas mesmas”, buscando trazê-las para a ordem da significação (CAPALBO, 1983, p. 6).

É, pois, a partir dessa atitude fenomenológica, de pôr em evidência a nossa experiência do real, que podemos compreender que

O fenômeno aparece desde o início como uma “realidade” típica do mundo humano, e o símbolo como uma estrutura das estruturas, reunindo, concentrando, articulando os diversos sentidos, ou as diversas manifestações do sentido na trama constitutiva do discurso existencial (REZENDE, 1990, p. 17).

Ao compreendermos a fenomenologia como um modo de apreensão do real, precisamos igualmente compreender que, quando o real é objetivado, adquire uma capacidade de resistência, isto é, de conservar-se para além da vida humana individual e imediata (CRITELLI, 2006). Dessa forma, toma o status de ente constituinte e constituído por meio da trama de sentidos do mundo, passando a ser signo desse mundo. E uma vez objetivado,

[...] o real é *signo* de uma trama significativa, fora da qual ele é mero troço, coisa nenhuma, perdendo sua *realidade e significação*. Nesta mesma medida, cada signo reúne e guarda nele mesmo a complexidade e a

significação da trama a que pertence, revelando as relações que entre eles se mantêm. Cada signo contém em si mesmo o registro, a conservação e a atualização de um certo *modo de se habitar o mundo*.

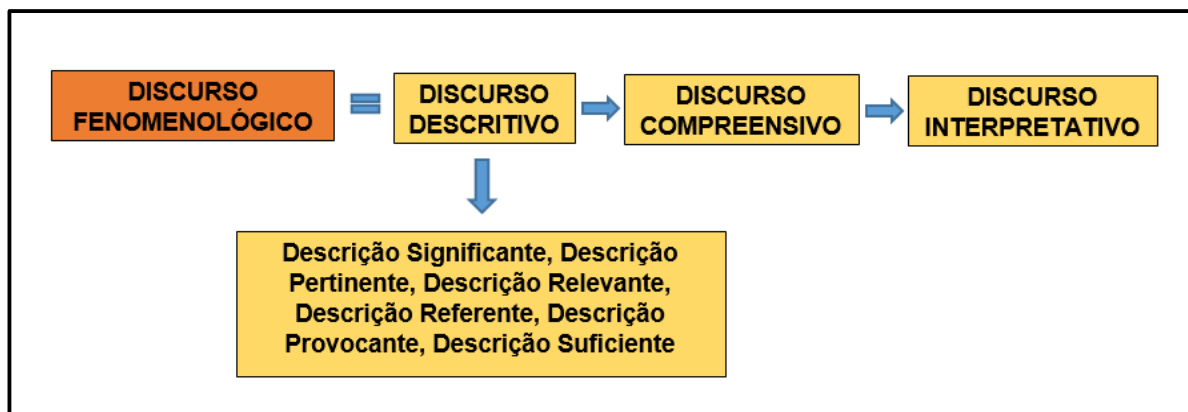
Como signos, os produtos dessas atividades humanas guardam o modo de ser dessas atividades. Cada coisa, como signo, reúne em si o que ela mesma é e como é, além da utilidade que lhe é conferida, das formas pelas quais coletiva e individualmente os homens se mantêm na lida com ela e dos modos dos homens se relacionarem entre si, consigo mesmos, com o mundo, com a existência. Assim, todo e cada signo (real objetivado) é mais do que mera coisa, é o registro de um *modo de se habitar o mundo, portanto, de se cuidar da existência* (CRITELLI, 2006, p. 131-132).

Em termos históricos, a fenomenologia, surgida com Husserl (1989), nos deixou uma tríplice herança: a *herança lógica*, cuja preocupação consiste no aprofundamento da gênese das significações, em que a verdade lógica não é mais compreendida na sua “eternidade”, mas em sua capacidade de reativação infinita e temporal; a *herança existencial*, que tem como finalidade a explicação e a compreensão das estruturas de nosso ser-no-mundo, analisando a estrutura concreta de nossa existência e de nossa história; a *herança proveniente das ciências humanas e sociais*, que se afasta do positivismo e cientificismo, entrecruzando-se com as “ciências compreensivas”, as quais utilizam esse conceito para promover a distinção entre ciências humanas e ciências da natureza (CAPALBO, 1983).

Além disso, “quando a fenomenologia, através de Husserl, pontua que a necessidade do conhecimento é *voltar às coisas mesmas*, supõe a reintegração da coisa no seu mundo, no seu plexo de referências” (CRITELLI, 2006, p. 102).

Isso posto, há outro aspecto importante a ser discutido aqui: o *discurso fenomenológico*. Por essa razão, com base em Rezende (1990), apresentamos um quadro-síntese sobre cujos ingredientes discorreremos, buscando trazer à luz pontos fundamentais do pensamento fenomenológico.

Quadro 3: O discurso da Fenomenologia



Fonte: Quadro construído pelo autor

Rezende (1990) nos mostra que o discurso<sup>14</sup> é necessário para nos referirmos ao fenômeno, e que a fenomenologia concebe a atitude descritiva como sendo de fato correspondente à densidade do fenômeno experimentado. Nesse aspecto,

A atitude descritiva e o discurso a ela correspondente decorrem da “volta às próprias coisas” para redescobri-las num encontro original, anterior a todas as informações fornecidas pelas fontes secundárias e que, por isso mesmo, devem ser postas entre parênteses. Neste sentido, uma verdadeira descrição, supondo a consciência perceptiva, só pode ser feita por alguém que seja sujeito de seu próprio discurso e entre em contato com um mundo complexo tanto em sua constituição como em sua história (REZENDE, 1990, p. 18).

O discurso descritivo apresenta desdobramentos (ou subdivisões) importantes ao fazer fenomenológico, de forma tal que podemos afirmar que fora dele não é possível haver percepção fenomenal. Nesse contexto, a descrição fenomenológica pode ser caracterizada como Descrição Significante, Descrição Pertinente, Descrição Relevante, Descrição Referente, Descrição Provocante, Descrição Suficiente, conforme afirma Rezende (1990).

A Descrição Significante é um tipo de descrição que se fundamenta em três proposituras essenciais: a primeira consiste na afirmação de que não é possível percebermos sentido fora do lugar em que este se manifesta, isto é, fora da existência. Temos, então, uma fenomenologia existencial, que nos propõe migrarmos da perspectiva de um “sujeito transcendental” para a perspectiva de um “sujeito engajado”, possuidor de uma “consciência engajada”, “cujo ser-no-mundo é também ser-ao-mundo, sendo a intencionalidade sua experiência construtiva” (REZENDE, 1990, p. 19).

A segunda propositura reside na constatação de que toda significação consiste em significação existencial; logo, a existência é significativa. Assim, havendo sentido para a consciência perceptiva, haverá também para a consciência cognitiva, uma vez que a fenomenologia da percepção, ao invés de excluir, se complementa em uma “fenomenologia do espírito”.

---

<sup>14</sup> Diante da polissemia do termo, além de compreendermos o “discurso” como as “realizações linguísticas” de sujeitos interagentes em ambientes de comunicação, aqui também é entendido como a “Expressão que indica a forma particular de ética [...] que se propõe fornecer uma base racional e universal dos princípios da ação, partindo da forma linguística da comunicação humana e modalidade específica que é a argumentação” (ABBAGNANO, 2012, p. 339).

Diante disso, é imprescindível compreendermos que

A significação da palavra aparece como a inseparabilidade do significante e do significado no interior da existência humana. Ser homem é encarnar sentido, a começar pela encarnação do significante num significante de fato proferido na experiência da fala mais do que simplesmente da língua. Neste sentido, a fenomenologia não se interessa tanto pelo tratamento formal da língua, mas pelas “aventuras da dialética”, pela história do pensamento (REZENDE, 1990, p. 19-20).

Já a terceira propositura do Discurso Descritivo nos apresenta o sentido para a liberdade como a direção a ser tomada, em que há um prolongamento da dialética fenomenológica em uma *teleologia do sentido*, o que está relacionado, sobretudo, “à ação”, “à práxis”, como apresentado por Ricoeur (1989) – sobre cuja teoria falaremos com mais acuidade no final deste capítulo – a partir da qual, além da percepção de sentido na história, ainda podemos conferir sentido, mudar direcionamento e promover revoluções. Partindo desse entendimento, vemos que

[...] a fenomenologia prefere uma dialética plurilinear ou polissêmica e continua afirmando a ambiguidade do fenômeno que nunca se reduz a um só de seus aspectos, nem a um só tipo de relações semânticas no interior da estrutura. A consequência é que acabaremos falando também de uma ética da ambiguidade. A fenomenologia recusa o dogmatismo em todas as suas formas: no nível da consciência perceptiva, da consciência cognitiva, da consciência prática (REZENDE, 1990, p. 20).

Somada à Descrição Significante, temos a Descrição Pertinente. Dizemos “pertinente” no sentido de que nenhum dos aspectos que compõe a estrutura significativa do fenômeno deva ser omitido. Isso, em outras palavras, significa que não podemos dizer em uma única palavra ou frase o fenômeno em sua inteireza, pelo contrário,

O senso de pertinência é o senso da estrutura do fenômeno tal como ele realmente se constitui, como articulação do sentido e dos sentidos. A pertinência vem assim intensificar e explicitar a significância como sendo, precisamente, a da estrutura deste fenômeno e não de outro. Ao contrário, são impertinentes os aspectos não integrantes da estrutura fenomenal considerada (REZENDE, 1990, p. 21).

Em vista disso, dois vícios devem ser evitados: o do “reducionismo”, pela insistência em certos aspectos em detrimento de outros, que são postos de lado, mesmo que tenham importância para a significação plena do fenômeno; o do “fenonismo”, que diz respeito à multiplicação impensada de aspectos enumerados sem um discernimento fenomenológico, ou seja, sem crivá-los pelo critério da relevância e da pertinência (REZENDE, 1990).

Vemos, portanto, que a fenomenologia, muito distante dos devaneios do senso comum, dos achismos, constitui-se um saber autêntico e epistemologicamente consistente, que lança um questionamento sobre a própria certeza do mundo, atitude e gênese de onde sua estrutura lega ao sujeito valor estável e real.

Dessa forma, defendemos que os conceitos do saber e do fazer fenomenológico “devem ser apreendidos numa reflexão absolutamente ‘primeira’, isto é, numa reflexão capaz de superar a ingenuidade que afeta toda a atitude psicológica ou naturalista” (GOMES, 1983, p. 119).

A fenomenologia também se caracteriza como Descrição Relevante, que corresponde a uma forma de melhor precisar a pertinência. Logo, pertinência e relevância, essas duas características do discurso fenomenológico, devem atuar juntas no desvelamento do fenômeno. Enquanto a pertinência corresponde à estrutura do fenômeno e sua complexidade constitutiva, a relevância refere-se à sua situação concreta, ou seja, à sua história. Portanto,

É no acontecimento que o sentido emerge como fenômeno. E sua emergência chama-nos a atenção sobre a forma como a estrutura semântica está se articulando de maneira real, existencial, e não apenas possível. Não perceber que os acontecimentos estão determinando a estruturação do sentido é voltar a uma perspectiva transcendentalista, abandonando a da consciência engajada e do engajamento histórico (REZENDE, 1990, p. 22).

Assim sendo, é devido à relevância que a estrutura é reorganizada em seu caráter múltiplo, unificando-se em favor de uma ordem não abstrata ou simplesmente conceitual, vivenciada, a partir do contexto de determinada situação de existência, de onde o sentido originado em tal lugar “deve necessariamente ser privilegiado e considerado como princípio de ordenação dos sentidos que se manifestam em outros lugares” (REZENDE, 1990, p. 22).

A fenomenologia como Descrição Referente deve ser compreendida “no sentido do estabelecimento de relações tanto no interior da estrutura fenomenal, entre seus diversos aspectos, como entre estrutura e contexto” (REZENDE, 1990, p. 23). Portanto, a indissociabilidade entre estrutura e contexto é um dos fatores mais importantes para a circulação e articulação do sentido.

A esse respeito, duas dimensões podem ser consideradas: a do mundo amplo, referencial inatingível, e a de um mundo constituído como referencial concreto, histórico e cultural, que serve como meio para nos situarmos e, assim, considerarmos o que desejamos considerar.

Uma descrição fenomenológica leva em conta essa dupla dimensão de referência, como relativização de todo ponto de vista ante a totalidade do mundo, e valorização de cada ponto de vista como a necessária e inevitável situação de quem só pode abrir os próprios olhos, quer no sentido físico, social e cultural (REZENDE, 1990, p. 24).

Isso vem colocar, concomitantemente, a situação da inserção do sujeito no mundo e da amplitude de seu discurso ou de seu quadro de referência, aumentando o seu universo de percepção, descrição, compreensão e de interpretação, o que por sua vez pode ajudá-lo na tarefa de apreender o sentido, podendo acontecer também a partir da Descrição Provocante.

Esse tipo de descrição possui uma característica que se opõe ao “estímulo-resposta” do behaviorismo, que não leva em conta em seu modelo o sentido simbolizado, próprio do ser humano. Assim, falar em “provocação” em detrimento do “estímulo” significa dizer que ela é direcionada a um sujeito que tanto pode aceitá-la quanto recusá-la. Ou seja, o sujeito não apenas *reage*, como o modo determinista prevê, mas *age*, “podendo introduzir em sua resposta elementos inteiramente imprevistos e imprevisíveis” (REZENDE, 1990, p. 25).

Nesse contexto, compreendemos, como Merleau-Ponty (1990), o comportamento não como o resultado da relação estímulo/resposta, próprio da visão behaviorista, mas como a existência, que se encontra eivada de sentido, ou melhor, do sentido da situação de mundo do sujeito, da mesma forma como é vivida por ele e por meio da qual pratica sua percepção e confere sentido ao seu ser-no-mundo.

Como Descrição Suficiente, a fenomenologia se constitui uma descrição que não se traduz como “pronta e acabada”. Pelo contrário, sendo o discurso humano necessariamente inacabado,

[...] ele precisa ser suficiente. Isto deve ser entendido em relação direta com a complexidade da estrutura fenomenal e ao estabelecimento de relações significativas entre os seus diversos elementos, em função dos acontecimentos nos quais se dá a emergência do sentido. O discurso fenomenológico descreve uma espiral em torno do núcleo central que é a existência, de sorte que se torna indispensável completar ao menos uma volta, percorrendo os diversos lugares de manifestação do sentido. As outras voltas permitirão ver ainda melhor o que a primeira começou a revelar (REZENDE, 1990, p. 26).

Até aqui, vimos os desdobramentos da fenomenologia como Discurso Descritivo, entretanto, ainda há dois importantes aspectos que precisamos mencionar: o Discurso Compreensivo e o Discurso Interpretativo. Nesse sentido, podemos dizer que o que fora explicitado sobre a suficiência do Discurso Descritivo nos permite a

passagem para outro estágio do discurso fenomenológico: a procura incessante de compreensão. Embora a fenomenologia busque a compreensão, já o faz diante da certeza de não a alcançar plenamente. Em outras palavras, não podemos encontrar o sentido pleno, mas a ele jamais podemos renunciar. Aquilo que ainda falta ser descoberto na infinidade de sentidos que há é que torna nossa procura mais dinâmica e relativiza todas as nossas descobertas. E é justamente nesse aspecto que reside a ambiguidade da fenomenologia, ou seja, em recusar o dogmatismo em todas as suas formas e manifestações, para permanecer em uma atitude de busca constante.

O problema da compreensão, para a fenomenologia, é relativo ao símbolo como característica essencial do mundo humano. Em sua etimologia, o *símbolo* significa precisamente a concentração semântica do sentido e dos sentidos, e sua articulação numa estrutura concreta, no interior da qual há também circulação de sentido. O símbolo apresenta, para a fenomenologia, dois aspectos principais: a encarnação e a polissemia. Não falamos de símbolos abstratos, mas concretos: é a própria existência que é simbólica, é o próprio homem que é símbolo. Ao contrário do estruturalismo, a fenomenologia não admite que a estrutura simbólica seja indiferente aos elementos que a constituem. O símbolo só é símbolo porque é constituído por essas realidades – humanas – e não por outras. Em outras palavras, a fenomenologia reconhece no símbolo a correspondência entre o homem e o sentido, ou, em termos mais técnicos, entre o significante e o(s) significado(s): há sentido no símbolo porque se trata do homem; há significante porque há significados existencialmente vividos (REZENDE, 1990, p. 27).

Quanto ao Discurso Interpretativo, podemos dizer que está diretamente relacionado com a própria Descrição Compreensiva, por tratar-se da interpretação do que é descrito. Numa visão mais profunda ainda, a interpretação diz respeito ao fenômeno percebido e vivido, o que significa interpretar a existência. Nesse sentido, “tanto a descrição como a compreensão implicam, por sua vez, a interpretação, a hermenêutica, como sendo a atitude que de fato corresponde à busca da verdade: interpretar é tentar desvelar, no sentido em que o desvelamento é possível” (REZENDE, 1990, p. 29). E mais ainda:

Em sentido profundo, não há necessidade de interpretação quando só há um sentido e ele é manifesto. Havendo, porém, vários sentidos possíveis, a interpretação torna-se indispensável [...]. Interpretar é analisar um fenômeno como se analisa um texto. Não se trata de desfazer o texto pela identificação pura e simples dos fios que constituem a trama textual, mas de compreender o papel semântico que desempenham no tecimento do texto em sua textura e configuração.

[...] a interpretação se faz necessária porque a estrutura simbólica, sendo encarnada, tem também uma história através da qual a configuração textual se modifica, graças inclusive às interpretações que se acrescentam ao próprio texto como um fenômeno humano. Para a fenomenologia, o texto em questão é o discurso cultural da humanidade, a compreensão que os homens vão logrando alcançar de sua própria existência (REZENDE, 1990, p. 29-30).



Até aqui já nos é possível identificar um ponto de intersecção bastante evidente entre a abordagem fenomenológica e a referenciação, sobretudo no âmbito da discursividade: a construção e o desvelamento de sentido(s), em que, para tal, consideramos o sujeito como um *ser-no-mundo* e um *ser-ao-mundo*, situado histórica e culturalmente neste mundo, sendo o artífice da língua(gem) e, ao mesmo tempo, por ela transformado.

Essa maneira de pensar, como já dissemos em abordagens anteriores, afasta-se cada vez mais da concepção de que há uma correspondência entre realidade e língua(gem), como esta fosse um “espelho” daquela. É o que, por exemplo, Mondada e Dubois (2016) nos dizem reiteradamente:

Com efeito – no lugar de partir do pressuposto de uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas e, em seguida, de questionar a relação de correspondência entre uma e outra – parece-nos mais produtivo questionar os próprios processos de discretização. Desejamos, além disso, sublinhar que, no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível considerar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas assim como de seus processos de estabilização (MONDADA; DUBOIS, 2016, p. 19).

Em consonância com esse pensamento e, de maneira mais específica, voltando-nos à questão da interpretação do(s) sentido(s) do texto, a partir da hermenêutica ricoeuriana, daremos continuidade à nossa discussão teórica sobre a possível relação dialógica entre fenomenologia e referenciação.

#### **4.2 A Hermenêutica de Paul Ricoeur**

Quando pensamos em fenomenologia e hermenêutica, estamos na verdade pensando na possibilidade de recolocação crítica do sujeito humano no contexto do conhecimento. Nesse aspecto, o filósofo Paul Ricoeur é um dos pensadores mais proeminentes.

Para a construção de sua teoria, esse filósofo hermeneuta parte de uma questão fundamental, que nos é apresentada por Siebeneichler (1983, p. 13) da seguinte forma: “de que maneira é possível estabelecer um nexos entre a força e o sentido, entre a vida, que contém em si mesma diferentes significações e o espírito, que é o único capaz de ligar estas significações numa mesma sequência coerente?”

Devemos, pois, para bem compreendermos a indagação do filósofo, fazer uma leitura de “espírito” – a que(m) ele atribui a capacidade de estabelecer ligações significativas e coerentes – não como uma “entidade fantasmagórica”, mas como “*alma racional ou intelecto*” (ABBAGNANO, 2012, p. 413), que tem sido a forma de leitura desse termo na filosofia moderna.

Dessa forma, dizemos que o espírito não pode ser dicotomizado do sujeito pensante que, em suas interações com os outros, é capaz não só de perceber ou conferir, mas também, e sobretudo, de construir sentido(s), da vida para os textos e dos textos para a vida. E, corroborando essa perspectiva,

Ricoeur argumenta que, se a vida não fosse portadora de significado, não haveria nenhuma possibilidade de se instalar a compreensão hermenêutica. Para que tal compreensão se realize é preciso, por conseguinte, tomar como ponto de partida uma reflexão baseada na própria concretude da vida (SIEBENEICHLER, 1983, p. 13)

Partindo dessa ideia e passando para a forma como o sujeito apreende o(s) sentido(s) do texto, retomamos a questão da compreensão, no entendimento de que

A compreensão é um modo de condicionamento que recorre à intuição e à síntese. E por intuição, a fenomenologia entende a realização de um ato que permite apreender o sentido, ou seja, permite a apreensão global de um modo de ser que aprece para um sujeito [...]  
A compreensão se completa na hermenêutica. Esta considera o homem, os significantes, bem como o mundo como simbólicos e possíveis de interpretação (CAPALBO, 1983, p. 7).

Isso nos remete a um outro esclarecimento importante para entendermos com mais profundidade a questão filosófica do pensamento hermenêutico, a questão simbólica, introduzida aqui quando de nossas abordagens sobre o discurso fenomenológico. Por essa razão, destacamos que

Por símbolo entende-se a relação que se estabeleceu entre o significante e o significado. No símbolo significado jamais recobre totalmente a ordem do significante. Por isso se diz que o símbolo indica, faz alusão a algo que ultrapasse o dito, o enunciado, o expresso. Ele remete ao originário, às origens que estão encobertas pela sedimentação histórica. Daí a exigência da hermenêutica buscando dela se aproximar e compreendê-la. Ela se volta para a interpretação da existência humana, da arte, da religião, dos mitos, dos costumes, das instituições, dos fenômenos culturais, históricos e sociais, todos considerados como símbolos para a inteligência humana decifrar (CAPALBO, 1983, p. 7).

Para Campos (1983), à hermenêutica cabe a liberação do símbolo para uma realidade extralinguística, ou seja, ao conhecimento de mundo ou às experiências vividas por sujeitos nas diversas situações de comunicação, permitindo a

manifestação desse símbolo de forma plena, sem dar muita importância ao direcionamento que visa a univocidade dessa manifestação. Assim,

**É essa manifestação que revela a explosão da linguagem, que se dirige para algo que é distinto dela e que caracteriza a abertura. É uma saída para a multiplicidade de sentidos.**

Dependendo de como se vai receber essa multiplicidade, é que se pode conotar o enfoque hermenêutico que se deu a essa abertura. Não é praticamente sobre a estrutura do duplo sentido que as várias hermenêuticas entram em conflito, mas sim sobre a tomada do modo de abertura, sobre a finalidade que tem esse mostrar provocado por essa explosão.

Segundo Ricoeur, é nesse momento de tensão de abertura em que a linguagem se ultrapassa, que reside a força e ao mesmo tempo a fraqueza da hermenêutica. Fraqueza porque no instante em que a linguagem se escapa, também nos escapa um tratamento científico, à medida que o fechamento do universo significativo, que é o seu postulado, torna-se impraticável.

**Por outro lado, nessa tensão se revela também sua força e grandiosidade, porque é aí que a linguagem é mostrar, dizer** (CAMPOS, 1983, p. 39 – destaques nossos).

Para a questão referencial, esse é um aspecto importante, uma vez que os referentes são construídos discursivamente, e, portanto, tendo origem em meio a práticas simbólicas e intersubjetivas (MONDADA; DUBOIS, 2016). Logo, em matéria de interpretação textual, esse olhar fenomenológico e hermenêutico não pode ser negligenciado. E já que a referenciação existe “em função de um querer dizer” (KOCH, 2017), precisamos ter em mente, antes de qualquer coisa, que

O problema do significado do que é dito se faz presente em todo discurso humano. A preocupação hoje de todos os estudiosos converge no sentido de elucidar os diversos discursos, mostrando não só o que tem “sentido” nesse discurso, mas, sobretudo, revelando sua vinculação com o sujeito, que é seu “significado” (CAMPOS, 1983, p. 35).

Nas palavras do próprio Ricoeur (1986, p. 43) sobre essa questão, temos a seguinte síntese: “O papel da hermenêutica [...] é duplo: reconstruir a dinâmica interna do texto e restituir a capacidade de a obra se projetar para fora na representação de um mundo que eu poderia habitar”.

Em nosso estudo, como já dissemos, tratamos da referenciação e da construção de sentido(s) no texto digital sob um olhar fenomenológico. Desse modo, dissemos como Ricoeur (1986):

O que se deve, de facto, interpretar num texto é uma proposta de um mundo, de um mundo tal que eu possa habitar e nele projectar um dos meus possíveis mais próprios. É aquilo a que eu chamo o mundo do texto, o mundo próprio a este texto único (RICOEUR, 1986, p. 122).

Vale lembrarmos que a interpretação pode originar métodos bastante diferentes, por vezes até opostos. Para Campos (1983, p.17),

Ricoeur sabe muito bem, entretanto, que a função crítica da filosofia hermenêutica, apesar de se iniciar necessariamente no plano semântico e estrutural, tem de ser completada por etapas ulteriores:

- i) a compreensão reflexiva, por que se impõe a prova de que a compreensão das manifestações simbólicas constitui um movimento específico da própria autocompreensão do sujeito; e
- ii) a etapa existencial, porque o sujeito não pode ser visto como um simples *cogito*, mas como uma existência, como um ser interpretado.

No que tange à “reflexão compreensiva”, ela deve se voltar à existência do homem que é situado no mundo e, devido ao seu caráter concreto, diz respeito à experiência. Nesse sentido, “o pensar a partir dos símbolos obriga a reflexão a interpretar concretamente aquilo que a linguagem e o mundo nos colocam nas mãos” (RICOEUR *apud* CAMPOS, 1983, p. 21). Já a “etapa existencial”, pelas portas abertas pela reflexão concreta, “diz respeito à decifração da existência e da autocompreensão do homem no mundo” (RICOEUR *apud* CAMPOS, 1983, p. 21).

Em vista disso, vale a pena reiterarmos que

A reflexão hermenêutica concreta de Ricoeur nos mostra, assim, de maneira original, que é possível, a partir de um enxerto da hermenêutica na fenomenologia, recolocar o sujeito humano no contexto do conhecimento. Ou melhor: a trajetória seguida por seu pensamento, a qual culmina na etapa existencial, exige tal recolocação (CAMPOS, 1983, p. 24).

Essa constatação é algo que se coaduna, em termos referenciais, com a perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva, a que nos filiamos, porque, a partir dessa perspectiva, pensamos o ato de referir como sendo realizado por sujeitos humanos que, ao produzirem discursivamente objetos de discurso, nas mais diversas situações de comunicação, produzem concomitantemente sentido(s) e conhecimento(s), o que corresponde ao convite da fenomenologia para encararmos o fenômeno (no nosso caso, o fenômeno linguístico referencial)

[...] como uma *estrutura reunindo dialeticamente na intencionalidade o homem e o mundo, o sujeito e o objeto, a existência e a significação*. Se a fenomenologia pode ser dita um “estudo das essências”, por outro lado ela concebe estas últimas como “essências existenciais”, e, portanto, se ocupa da “essência na existência”, ou, simplesmente, das significações existenciais (REZENDE, 1990, p. 34-35 – destaques do autor)

É nesse contexto que tratamos das questões relativas ao sentido e à referência postuladas por Paul Ricoeur.

#### 4.2.1 O sentido e a Referência<sup>15</sup>

Ao tratar da função referencial do discurso, Ricoeur (1996) fala da superação de um carácter meramente designativo ostensivo, o que reforça a ideia que vimos defendendo aqui, com base em Mondada (1994, 1995), Koch (2015, 2017), Marcuschi (2008, 2012, 2017), Cavalcante (2011, 2012), entre outros, de que às expressões referenciais não cabe o simples papel de “etiquetagem”. Para tanto, o autor afirma que

a função referencial dos textos escritos é profundamente afectada pela ausência de uma situação comum ao escritor e ao leitor. **Excede a simples designação ostensiva do horizonte da realidade, que rodeia a situação dialógica.** Naturalmente, as frases continuam a usar os meios ostensivos, mas **os termos ostensivos já não se podem manter como modo de mostrar aquilo a que se faz referência** (RICOEUR, 1996, p. 92 – destaques nossos).

Vemos nessa afirmação que Ricoeur (1996) reconhece a complexidade da função referencial, portanto, suas ponderações não mostram uma visão reducionista, fechada em si mesma, mas aberta a novas possibilidades, como quando postula que “a nova dialéctica entre a explicação e a compreensão é a contrapartida das **aventuras<sup>16</sup> da função referencial do texto, na teoria da leitura**” (RICOEUR, 1996, p. 92 – destaque nosso). O filósofo ainda ressalta o papel da leitura que, no seu entendimento, influencia na função referencial do texto, cabendo a ela

[...] prolongar e reforçar a expectativa que afecta a referência do texto à ambiência de um mundo e à ambiência dos sujeitos falantes, é a atitude explicativa. Mas podemos, também, levantar esta expectativa e concluir o texto em fala actual. É esta segunda atitude o verdadeiro destino da leitura. Porque é ela que revela a verdadeira natureza do suspense que **força o movimento do texto para a significação** (RICOEUR, 1986, p. 155 – destaque nosso)

Para melhor compreendermos esta relação *leitura-texto-referência-significação* propostas pelo filósofo, precisamos entender, antes, o que ele concebe como leitura em sua hermenêutica. Assim, por suas palavras, temos:

Na interpretação, diremos nós, a leitura torna-se uma espécie de fala. Eu não digo: torna-se fala. Porque a leitura nunca equivale a uma troca de falas, a um diálogo; mas a leitura completa-se, concretamente, num acto que é para

<sup>15</sup> Nos postulados de Paul Ricoeur, o termo “referenciação” não aparece, isso porque essa terminologia só veio a surgir, como já vimos, na década de 1994, a partir da tese de Mondada (1994), e os trabalhos do filósofo são pretéritos a isso. No entanto, nossa maior preocupação reside naquilo que Ricoeur diz epistemologicamente, de modo que a nomenclatura que utiliza passa a ser uma questão secundária.

<sup>16</sup> Entenda-se “aventuras” como possibilidades.

o texto o que a fala é para a língua, a saber, **acontecimento e instância de discurso**. **O texto tinha apenas um sentido**, quer dizer, relações internas, uma estrutura; agora, tem **uma significação**, quer dizer, uma realização no discurso próprio do sujeito leitor; pelo sentido, o texto tinha somente uma dimensão semiológica, agora, tem, **pela sua significação, uma dimensão semântica** (RICOEUR, 1986, p. 156 – destaques nossos)

Ao falar de “sentido” e “significação”, dentro do que chama de “novo conceito de interpretação”, Ricoeur (1986) nos coloca diante de duas realidades: a do texto em suas relações estruturais internas, ou seja, o que está posto em termos contextuais; e a daquilo que pode ser construído, dinamicamente, numa “hermenêutica da significação”, pelo processo de leitura. Desse modo, a leitura deve ser compreendida não somente como uma forma primordial de acesso ao conteúdo do texto, mas também como uma forma de construir sentido(s). Ademais, compreendendo a leitura uma “instância de discurso”, como propõe o filósofo, encontramos uma consonância com o que nos diz Cavalcante (2016) sobre o ato de referir, em que

Nada teria uma segmentação *a priori*: tanto as categorias discursivas quanto as cognitivas podem evoluir e se modificar de acordo com uma mudança de contexto ou de ponto de vista. As opções lexicais se reconstruem e se amoldam ao que está sendo negociado entre os interlocutores, dependendo de seus propósitos enunciativos (CAVALCANTE, 2016, p. 10).

Vale compreendermos ainda que, na propositura ricoeuriana,

Refletir sobre a significação é, pois, reencontrar as intenções do conceito, seu poder de remetimento ao que não é conceito, mas anúncio, anúncio que nos proporciona o desfazer do conceito, decompor suas motivações e, por análise intencional, reencontrar as setas de sentido que visam ao próprio querigma. Significar, enfim, é partir da plenitude da linguagem como pressuposição e sua meta é explicitar essa pressuposição, anunciá-la como crença e elaborar a partir daí a tentativa de recuperar sua aposta em compreensão [...] Significar é procurar, é uma busca, e precisamos encontrar-nos (CAMPOS, 1983, p. 51-52).

Essas reflexões nos direcionam para outro lado da hermenêutica ricoeuriana, voltado a uma ressignificação da relação semântica-texto-interpretação, que transcende as concepções lógico-semânticas, nas quais o texto era visto apenas por suas estruturas linguísticas internas, desprezando-se os aspectos históricos, culturais e contextuais.

#### 4.2.2 A Semântica de Profundidade

Quando nos deparamos com o termo *semântica de profundidade*, utilizado por Ricoeur (1996), somos remetidos, em termos de interpretação textual, a uma ideia de consistência epistemológica e, ao mesmo tempo, a um outro nível da hermenêutica da significação, que diz respeito à linguagem como discurso, o qual se revela na fronteira entre “o expresso” e “o não expresso”, em cuja tensão

a interpretação, propriamente dita, vai se colocar também, sugerindo uma construção que tem em vista a apropriação do sentido oculto, mas latente do discurso. **A vinda do sentido e da referência de um texto à linguagem é a passagem da vinda da linguagem de um mundo a ser desvelado** (CAMPOS, 1983, p. 41 – destaque nosso).

Para Ricoeur (1996), ao tomarmos como ponto de partida ou como diretriz a semântica de profundidade, podemos retomar a problemática da referência do texto, ou seja, uma “referência não ostensiva”, entendida como “o tipo de mundo desvendado pela *semântica de profundidade* do texto, uma descoberta que tem imensas consequências ao que habitualmente se chama o sentido do texto” (RICOEUR, 1996, p. 99).

Sendo assim, é importante nunca nos desviarmos da compreensão de que o texto é o “resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social” (KOCH, 2010, p. 16).

Em vista disso, Ricoeur (1996) afirma que o importante, no ato de interpretar, na perspectiva da *semântica de profundidade*, não é a compressão da situação inicial do discurso, mas o que assinala para um mundo possível, o que nos é dado pela referência não ostensiva do texto. Portanto,

Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para referência: do que ele diz para aquilo que fala. Nesse processo, o papel mediador desempenhado pela análise estrutural constitui a justificação da abordagem objectiva e a rectificação da abordagem subjetiva ao texto (RICOEUR, 1996, p. 99).

Logo, à guisa de síntese, podemos dizer que a abordagem da semântica da profundidade nos convida a pensarmos o sentido como sendo uma injunção proveniente do texto, ou seja, “como um novo modo de olhar as coisas, como uma

injunção a pensar de uma certa maneira” (RICOEUR, 1996, p. 99). Isso somente para dizer que o ponto de partida, no processo de interpretação, é o co(n)texto.

Igualmente importante, no que tange à aproximação entre a fenomenologia e a referenciação, que buscamos aqui demonstrar, é compreendermos que o discurso, como propõe Ricoeur (1996),

**vai além da mera função de apontar e mostrar o que já existe** e, nesse sentido, **transcende a função da referência ostensiva**, ligada à linguagem falada. Aqui, mostrar é ao mesmo tempo criar um novo modo de ser (RICOEUR, 1996, p. 99 – destaques nossos).

Em outras palavras, trata-se de um novo modo de *ser-no-mundo*, em que sujeitos envolvidos nas mais variadas situações de realizações linguísticas são capazes de – lendo, produzindo e referindo – construir e desvelar sentido(s).



## 5 O ESTUDO EMPÍRICO DA PESQUISA

Tendo em vista o desvelamento do fenômeno sob nossa investigação, realizamos um movimento de aproximação em relação ao nosso objeto, procurando conhecê-lo em sua riqueza de significados, no intuito de responder à questão norteadora de nossa pesquisa, a partir do viés fenomenológico, cujo percurso metodológico “não deve omitir nenhum dos aspectos que realmente integram a estrutura significativa do fenômeno” (REZENDE, 1990, p. 20-21).

Antes, porém, de apresentarmos nossos procedimentos metodológicos, buscamos situar o fenômeno investigado, fazendo a descrição da Região de Inquérito da pesquisa.

### 5.1 O Facebook como Região de Inquérito da Pesquisa

O Facebook foi lançado nos Estados Unidos, em 2004, com um propósito diferente do que vemos hoje. A princípio, consistia apenas em um *site* para facilitar a comunicação entre os acadêmicos de Harvard, todavia, passados alguns anos, já contava com milhões de usuários em várias partes do mundo. Sua funcionalidade e *layout* foram sendo modificados e aprimorados com o tempo, mas seus principais espaços de escrita ainda permanecem (BARTON; LEE, 2015).

Enquanto algumas redes sociais, como o Orkut, o MSN, o MySpace, entre outras, ficaram obsoletas, o Facebook mantém-se como um dos principais espaços de interação-comunicação na Internet e é o líder máximo, em se tratando do número de usuários em todo o mundo: 2.234.000.000 +170<sup>17</sup>. E uma das explicações para esse fato está na possibilidade de adaptação dessa rede social às sugestões de seus usuários, como afirma Paiva (2016):

O FB é também um sistema adaptativo, pois está em constante processo de mudança e de adaptação. O sistema é sensível a *feedback*. Os participantes aprendem uns com os outros e reagem a retornos. Assim, o sistema aprende, muda, se adapta (PAIVA, 2016, p. 68).

---

<sup>17</sup> Dados obtidos a partir do portal *Oficina da Net*, atualizados em abril de 2018. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

Ademais, Barton e Lee (2015) falam sobre o caráter multifacetado dessa rede social que, dentre outros aspectos, possibilita aos usuários a conexão com sites externos, por meio de suas interfaces:

O Facebook apresenta uma justaposição de espaços *online*, enquanto uma série de formas síncronas e assíncronas tradicionais de interação CMC<sup>18</sup> ocorre em um mesmo espaço. Além das atualizações de *status*, há um recurso de comentário que, por vezes, age como um *site* para minifóruns de discussão. [...] O Facebook é um dos melhores representantes da cultura de convergência. Os usuários podem facilmente se conectar a *sites* externos, por exemplo, um artigo de jornal, clicando no botão “curtir”. Isto cria conexões intertextuais entre textos disponíveis *online* (BARTON; LEE, 2015, p. 59).

Essas características peculiares do Facebook têm chamado a atenção de estudiosos que se dedicam à investigação dos usos da língua(gem) nas interações via Web, como afirma Paiva (2016):

O FB tornou-se objeto de pesquisa em várias áreas e, a cada dia, aparecem mais estudos sobre essa fascinante rede social. Em 2 de maio de 2014, o sistema do Portal da Capes registrava 181.528 textos nos quais constava a palavra Facebook e em 11 de abril de 2015, 217.818, o que demonstra o alto interesse pelo tema (PAIVA, 2016, p. 66).

Os dados mais recentes do Portal da Capes (Periódicos) mostram que o número de vezes em que a palavra Facebook é mencionada nos estudos acadêmicos cresceu consideravelmente, chegando a 432.580 menções<sup>19</sup>. Além disso, como explicam Araújo e Leffa (2016, p.9),

Os cenários digitais que albergam as interações humanas na Web são diversificados e trazem para os estudiosos da linguagem muitas perspectivas de pesquisa. Entre esses ambientes, atualmente, as redes sociais se mostram mais fecundas para o florescimento de investigações sobre linguagem e tecnologia, pois sorvem e reinterpretam uma infinidade de esferas de atividades humanas. Podemos dizer que as redes sociais são ecológicas na medida em que, no âmbito daquilo que elas podem absorver, estabelecem e expandem nichos que se mostram adequados para a realização de uma diversidade de práticas discursivas.

Para melhor caracterizar o Facebook como Região de Inquérito, apresentamos imagens de suas páginas, por julgarmos relevantes para a compreensão desse *locus* de pesquisa. E como essa rede social passa por constantes

<sup>18</sup> Comunicação mediada por computador.

<sup>19</sup> Dados obtidos no Portal da Capes, disponível em: < [http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=index.php?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmItby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz92aWQ9Q0FQRVNfVjE=&Itemid=119](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=index.php?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmItby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz92aWQ9Q0FQRVNfVjE=&Itemid=119)>. Acesso em: 31 de maio de 2018.

atualizações de *layout*, entre outras mudanças, esclarecemos que a captura das imagens aconteceu entre maio e junho de 2018.

A inscrição no Facebook, como mostra a Figura 4, não é algo complicado, pois “basta inserir o próprio e-mail e escolher uma senha. Então, entrando no sistema, é possível iniciar a procura dos próprios amigos” (SPADARO, 2013, p. 95-96).

Figura 4 – Página Cadastre-se do Facebook



Fonte: www.facebook.com

De forma geral, é possível encontrar um “amigo” pelo nome e sobrenome, a partir do sistema de busca que o Facebook oferece, caso este amigo já possua uma conta. Uma vez encontrado o amigo, um pedido de amizade deve ser enviado, e, sendo aceito, o usuário pode expandir ainda mais sua rede de amigos.

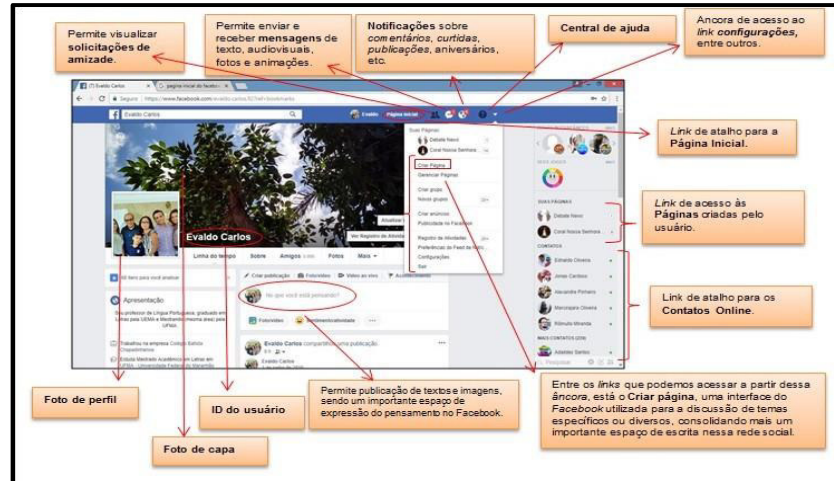
A esse respeito, Spadaro (2013, p. 96) explica que “Aceitar um amigo no *Facebook* significa permitir o compartilhamento da própria lista de amigos e, portanto, uma espécie de troca e conhecimento recíprocos de vida e de relações”.

Realizado o cadastro, um perfil é gerado, tornando-se visível na Página Inicial e trazendo algumas informações do usuário, tais como: nome, foto de Perfil, foto de Capa, entre outras. Em relação à foto de Perfil, Spadaro (2013) afirma que

Ter um endereço no *Facebook* e ter um sem foto (o que também é possível) é quase um contrassenso, visto que literalmente o nome da plataforma significa “livro de rostos”. A escolha da foto não é irrelevante, porque ela é o elemento principal do próprio perfil, o que exprime antes de qualquer outra mensagem a própria personalidade ou o que se pretende comunicar. As informações mostram o que o usuário quer falar de si mesmo de maneira mais oficial e substancialmente estática: os dados pessoais, as atividades, o grau de instrução e os locais de formação, o estado civil, mas também de orientação sexual e religiosa (SPADARO, 2013, p. 96-97).

Esses elementos constituintes do Perfil são possíveis, graças aos vários aplicativos que o Facebook comporta, conforme Figura 5.

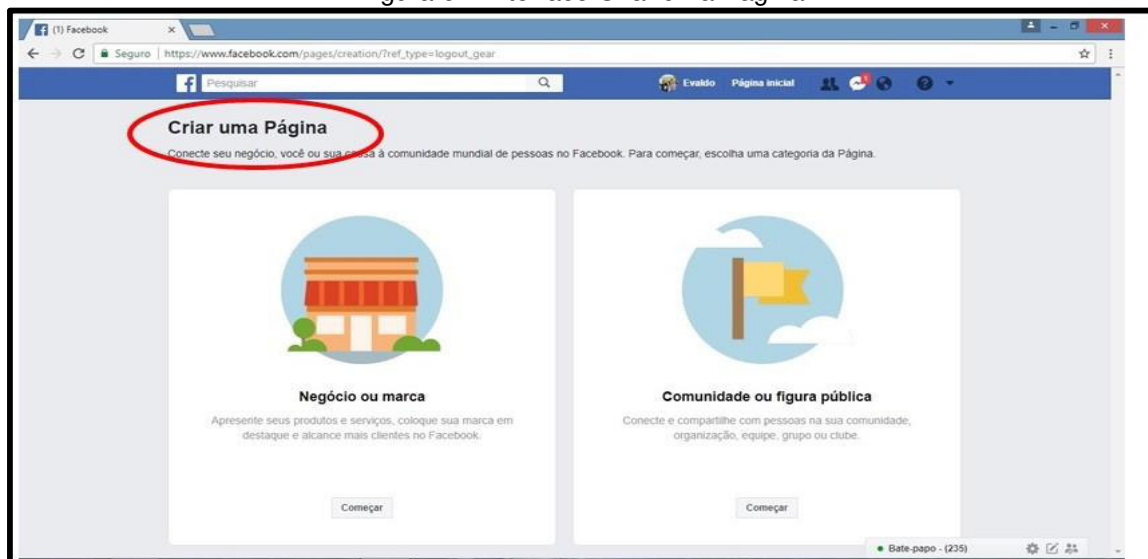
Figura 5 – Página Perfil do Facebook



Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

Entre os recursos que o Facebook oferece, escolhemos utilizar para nossa pesquisa o que permite a criação de uma página. Criamos, então, a página Debate News, de onde capturamos os Comentários que constituem o nosso *corpus*, de acordo com os critérios estabelecidos por essa rede social. Acessamos o Facebook e nos direcionamos ao link Criar Página e, a partir daí, seguimos o protocolo predefinido pelo próprio sistema, que é autoexplicativo. Ao iniciar o processo, o sistema apresenta duas categorias de página: Negócio ou marca e Comunidade ou figura pública, conforme podemos observar na Figura 6.

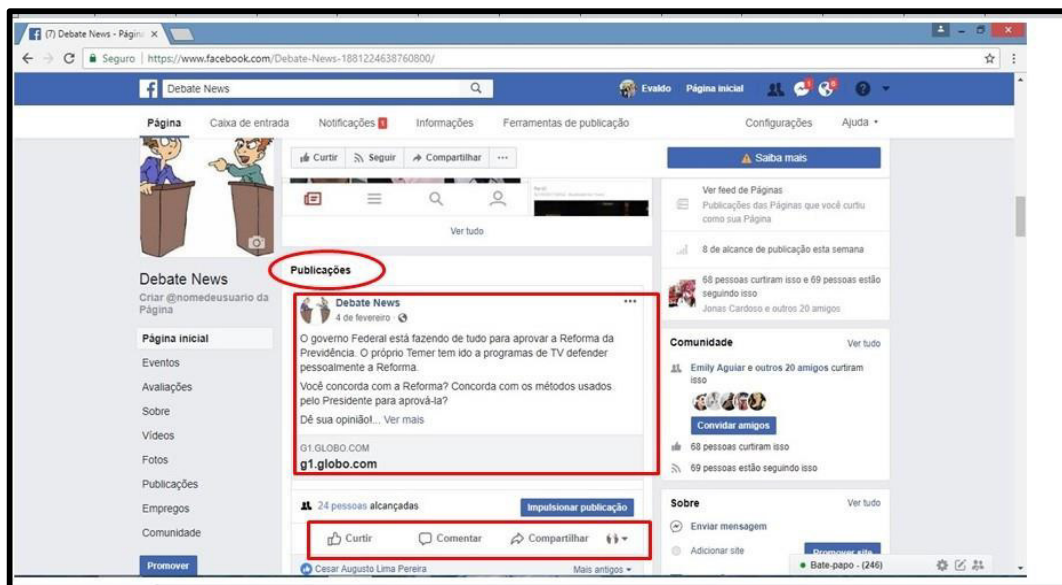
Figura 6 – Interface Criar uma Página



Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

Escolhendo uma das categorias<sup>20</sup>, o usuário é guiado pelo próprio sistema e levado a preencher os campos necessários, como nome e descrição da página, adição de foto de perfil, entre outros, até que seja consolidada e fique visível nos atalhos, na página principal do Facebook. Uma vez concluída a página, a cada publicação realizada, os usuários-seguidores têm a oportunidade de “Curtir”, “Comentar” e “Compartilhar”, o que podemos observar nos destaques da Figura 7.

Figura 7 – Interface Publicações



Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

Diante do que fora dito sobre recursos e possibilidades do Facebook, principalmente em relação aos espaços que permitem a produção de textos por parte de seus usuários, ressaltamos que, neste trabalho, voltamos o nosso olhar para os comentários produzidos na página criada, dentro dessa rede social, especificamente para nossa pesquisa.

## 5.2 O Percorso e os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

No momento em que nosso objeto de estudo foi definido, ou seja, quando tomamos a decisão de estudar o fenômeno linguístico o processo de referenciação, nossa primeira preocupação foi sobre que caminho tomar, principalmente, para não

<sup>20</sup> Optamos pela categoria 2: Comunidade ou Figura pública.

correr o risco de nos perdermos no percurso e, assim, não chegarmos a lugar algum. Nesse aspecto, “o método, justamente, tem a missão de nos guiar por esse caminho, eivado e tortuoso, trazendo pautas anteriormente validadas, procedimentos que contem com o reconhecimento da ciência” (PERUJO SERRANO, 2011, p. 101).

Nessa busca por um caminho a seguir, conhecemos a fenomenologia e a adotamos como método, por percebermos sua consonância com os propósitos e com o perfil do nosso estudo. Empreendemos, pois, uma pesquisa qualitativa com enfoque fenomenológico. Nesse enfoque, o objeto de estudo é intencionado pela consciência do pesquisador, que vive e interroga as coisas do mundo, o que significa “ter uma interrogação e andar em torno dela, em todos os sentidos, sempre buscando todas as suas dimensões e, andar outra vez e outra ainda, buscando mais sentido, mais dimensões, e outra vez...” (MARTINS, 1992, p. 24).

Ressaltamos que a abordagem fenomenológica não tem preocupação com a “quantitatividade”, tão valorizada nos métodos positivistas, ou com as experimentações empíricas das ciências naturais, o que não anula o caráter epistemológico da fenomenologia, quando promove o ir às coisas mesmas (HUSSERL, 2006). Isto porque

Sabemos que a pretensão com as técnicas qualitativas é a de que apreenda o sentido [...]. E, precisamente por isso, estamos diante de uma ênfase diferente e de resultados de outra ordem de eficácia distintos dos da pesquisa quantitativa (FOLLARI, 2012, p. 73).

Para o desvelamento do fenômeno, o enfoque fenomenológico prevê três momentos congruentes entre si, os quais tomam por base os estudos de Merleau-Ponty (1990), sobretudo, os relacionados à Fenomenologia da Percepção, representando um avanço à proposta de Husserl (2006), quando enfatiza o retorno às coisas mesmas, isto é, ao mundo prévio (irrefletido), a todo conhecimento a que o próprio conhecimento se reporta (MARTINS, 1992). Foi a partir desses momentos que construímos nosso percurso metodológico.

O primeiro momento, a Descrição Fenomenológica, corresponde ao momento em que o pesquisador põe sua consciência voltada para o fenômeno em investigação. É o momento em que o sujeito/pesquisador vai ao encontro dos discursos ingênuos dos sujeitos da pesquisa. Como pesquisador, procuramos ir ao encontro dos textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa na rede social Facebook, nossa Região de

Inquérito, capturando, dessa rede, esses textos para a construção de um *corpus* e desse *corpus* retirarmos os dados da pesquisa.

O segundo momento consiste na Redução Fenomenológica, também chamada de *epoché*. Esse momento tem a finalidade de selecionar as partes da Descrição julgadas fundamentais para a investigação do fenômeno, isolando “o objeto da consciência – as coisas, as pessoas, as emoções ou outros aspectos que constituem a experiência que estamos tendo” (MARTINS, 1992, p. 60). É nesse momento que o investigador realiza os movimentos de afastamento e aproximação em relação ao fenômeno em estudo (PAISANA, 1992), por meio da Variação Imaginativa (MARTINS, 1992), técnica usual que consiste na reflexão que fazemos acerca das partes da experiência que para nós possuem significados cognitivos e efetivos.

Essas partes, chamadas de Unidades de Significado,

são discriminações espontaneamente percebidas nas descrições dos sujeitos quando o pesquisador assume uma atitude [...] e a certeza de que o texto é um exemplo de fenômeno pesquisado. As unidades de significados não estão prontas no texto. Existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador (MARTINS; BICUDO, 2003, p. 99).

Neste momento, ao capturarmos de nossa Região de Inquérito os textos dos sujeitos da pesquisa, passamos a refletir sobre as realizações linguísticas (BAGNO, 2000) de sujeitos que se comunicam no ambiente digital, isto é, os Comentários produzidos por eles, sobre diversas publicações, na página Debate News, vinculada à rede social Facebook, extraindo delas as Unidades de Significado e realizando a explicitação dos textos dos sujeitos por meio da Análise Ideográfica.

O terceiro momento, Compreensão/Interpretação, tem o propósito de ultrapassar as aparências. É nesse ponto que o pesquisador busca realizar a especificação do significado, apropriando-se das unidades significativas retiradas das realizações linguísticas dos sujeitos da pesquisa, tal como escritas por eles, explicitando os textos, no momento da Análise Ideográfica, para depois realizar um novo movimento possibilitado pela Análise Nomotética, o que exige uma profunda compreensão do fenômeno. Isto porque, para chegarmos à significação, é preciso entendermos que “as coisas não são simples coisas, mas objetivação de modos de ser” (CRITELLI, 2006, p. 120). E uma vez realizada a Análise Ideográfica, o pesquisador busca perceber convergências, divergências e idiosincrasias no âmbito

das descrições (MARTINS, 1992), por meio da Análise Nomotética. É a partir dessa análise que identificamos as categorias abertas e procedemos à interpretação dos resultados da pesquisa.

Descrito o percurso adotado, passamos, então, a explicitar os procedimentos que utilizamos para desvelamento de nosso fenômeno de investigação. Inicialmente, adotamos como meio para a coleta de dados o princípio da construção de um *corpus*, a partir da concepção de Barthes (1971, p. 104), o qual afirma tratar-se de “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme arbitrariedade (inevitável) em torno do qual ele vai trabalhar”.

Com esse propósito, em nossa investigação, partimos da seguinte questão norteadora: Como o processo de referenciação se realiza no texto digital?

Para responder a essa questão, utilizamos como Região de Inquérito o Facebook, pelas razões já explicitadas no item 5.1. Nesse intuito, como usuário dessa rede social multifacetada, que apresenta inúmeros recursos para a produção de texto digital, criamos a página Debate News, conforme explicamos anteriormente.

Depois de criada a página, o passo seguinte foi a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa. Assim, fizemos o convite aos 30 (trinta) alunos sob nossa regência como professor de Língua Portuguesa. Esses sujeitos estavam cursando o 3º ano do Ensino Médio de uma escola da rede privada do município de Chapadinha-MA.

O nosso convite foi feito com base nos seguintes critérios:

1. Estar disposto a participar livremente da pesquisa.
2. Ter acesso à Internet.
3. Ser usuário do Facebook.
4. Aceitar comentar na página Debate News.

Definidos os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa, passamos a realizar postagens na página em questão. Essas postagens tiveram início em maio de 2017 e foram encerradas em janeiro de 2018, momento em que os alunos já haviam concluído o Ensino Médio. Dos 30 (trinta) sujeitos selecionados, apenas 15 (quinze) decidiram participar da pesquisa.

Nesse espaço de tempo, publicamos 20 (vinte) *posts*<sup>21</sup>, sobre temas variados, normalmente os que circularam na mídia televisiva e na Internet nesse período. Cada

---

<sup>21</sup> Em nosso trabalho os termos *post*, *postagem* e *publicação* são tratados como *sinônimos*.



*post* foi introduzido com um questionamento sobre o assunto tratado, seguido da indicação de um *link*, a partir do qual os sujeitos da pesquisa puderam ter acesso à matéria completa de um Portal de Notícias indicado para leitura: Portal G1, Veja Online, Folha Online, dentre outros. Assim, os questionamentos e as matérias dos portais de notícias constituíram os textos-fonte<sup>22</sup> que fomentaram os Comentários na página Debate News.

Em concomitância à criação da página Debate News, criamos um grupo de WatsApp, com a finalidade exclusiva de notificar e motivar os sujeitos da pesquisa a acessarem a referida página e comentarem as publicações ali realizadas, lembrando-lhes sempre a importância do engajamento deles para o êxito de nosso trabalho.

Os Comentários sobre cada *post* da página Debate News atingiram um total de 180 (cento e oitenta) e foram capturados por meio de *prints screen*, como forma de garantirmos a idoneidade dos dados. As realizações linguísticas produzidas pelos sujeitos foram tomadas *ipsis litteris*, totalizando 28 (vinte e oito) *prints screen*. Feito isso, procedemos ao armazenamento dos *prints* em arquivo de computador.

É, então, o conjunto desses Comentários que constitui o nosso *corpus* de pesquisa (BARTHES, 1971), a partir do qual investigamos o processo de referência, acreditando que

[...] compreender é compreender-se diante do texto. Não impor ao texto a sua própria capacidade finita de compreender, mas expor-se ao texto e receber dele um si mais vasto que seria a proposta da existência, respondendo da maneira mais apropriada à proposta do mundo (RICOEUR, 1991, p. 124).

E ao assumirmos esse desafio, o fizemos compreendendo que “às complexas tarefas exigidas na leitura do impresso somam-se outras quando nos colocamos diante dos textos digitais” (ZACHARIAS, 2016, p. 21).

A seguir, descrevemos apenas as postagens que resultaram nos Comentários selecionados para o nosso trabalho. São esses Comentários que constituíram as Descrições dos sujeitos da pesquisa.

---

<sup>22</sup> Utilizamos a terminologia “texto-fonte”, para nos referir às publicações que motivaram os comentários na Página *Debate News*, com base nos postulados de Koch (2012, 2017), quando esta pesquisadora trata dos diálogos entre textos, possibilitados por meio da intertextualidade.

- **NOMOFOBIA**

Para introduzirmos esse tema na página Debate News, começamos com o seguinte questionamento: O que você pensa sobre essa questão? Em seguida, disponibilizamos o *link* de uma matéria publicada pela Revista Veja Online (Letra de Médico – VEJA.com), com o seguinte título: *Nomofobia: a dependência do telefone celular. Este é o seu caso?*

- **A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS**

Para esse tema, fizemos a seguinte provocação: As Redes Sociais são uma “zona livre”, onde podemos dizer tudo o que pensamos, ou deve haver algum limite para a manifestação do pensamento? A “liberdade de expressão” permite a ofensa? Pense sobre isso e comente. E indicamos o *link* de uma matéria do Portal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI): Debate: Liberdade de expressão nas redes sociais.

- **PEDIDO DE AUMENTO SALARIAL PELA MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO TEMER**

Nesse *post*, fizemos a seguinte orientação: Leia e não deixe de dar sua opinião sobre esta polêmica: A atual Ministra dos Direitos Humanos declarou que com o salário de R\$ 31 mil por mês “é difícil se vestir, se alimentar, calçar e ir ao salão de beleza”. Chegou a afirmar também que trabalhar em Brasília sem uma remuneração à altura seria como “trabalho escravo”. Enquanto isso, por outro lado, o Jornal Nacional chega a noticiar o seguinte: “2018: SALÁRIO MÍNIMO – projeção mais baixa de R\$ 969,00 para 965,00”. O *link* dessa notícia foi colocado após o texto.

- **A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**

Nessa publicação, disponibilizamos o *link* de uma matéria publicada no Site Jusbrasil, por Exame da OAB, com o seguinte título: **REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: A redução da maioridade penal resolve o problema da delinquência juvenil no Brasil?**

## 6 A REFERENCIAÇÃO NA REDE SOCIAL FACEBOOK E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO(S) DO TEXTO

Neste capítulo, apresentamos a descrição da linguagem ordinária dos sujeitos da pesquisa, considerando que essa linguagem se constitui objetivações da experiência dos sujeitos, manifestas por meio de “formas de expressão que se oferecem simultaneamente à observação exterior e à reflexão de sentido” (RICOEUR, 2005, p. 44). Antes, porém, consideramos importante demonstrarmos como foram tratados os dados da pesquisa.

### 6.1 Tratamento dos Dados

No tratamento dos dados de uma investigação, o pesquisador deve aguçar sua atenção e exercitar sua capacidade de análise e de interpretação à luz do arcabouço teórico construído e das informações contidas nos dados. Isto porque

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são “fenômenos” que não se restringem às preocupações sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposição, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência (CHIZOTTI, 1995, p. 84).

Em uma pesquisa alicerçada na fenomenologia, o sujeito investigador aproxima-se do fenômeno e o interroga, buscando chegar à sua essência, devendo ter bem claro em sua mente que

*O modo de interrogação é determinado exatamente por aquilo que se quer saber e não pelos recursos técnico-operacionais que se possa pôr em prática. O fundamento do método fenomenológico está dado, sobretudo, por aquilo que se busca compreender (CRITELLI, 2006, p. 29 – destaque da autora).*

O que buscamos compreender está voltado ao processo de referenciação e à produção de sentido(s) e, portanto, mergulhado nas questões de língua(gem), principalmente na que se manifesta nas interações comunicativas no ambiente digital. Para tanto, apoiamo-nos no pensamento de Ricoeur (2005, p. 149), ao afirmar que “a elucidação da linguagem comum não é, de nenhum modo, a exploração de um sistema fechado onde as palavras remeteriam apenas para outras palavras; nada mais estranho à análise da linguagem do que esta fantasia”.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que o texto é um lugar natural de manifestação da língua(gem), onde os objetos de discurso (referentes) são construídos e percebidos, em boa parte, pelo uso de expressões referenciais (CAVALCANTE, 2012).

Em nosso trabalho, seguimos o caminho de investigação do sentido construído nas práticas discursivas, o que não é uma preocupação isolada, mas a de muitos estudiosos da língua(gem), como afirma Campos (1983):

Nossa era é caracterizada pelo deslumbramento do discurso humano e isso acarreta uma perda substancial, que é a própria possibilidade da linguagem como reencontro de “si” e a sua situação no mundo. Dessa preocupação parte Ricoeur, numa tentativa de unificar o discurso, tendo como parâmetro de interpretação a apropriação significativa. Essa proposta vai resultar numa apropriação recíproca, numa construção significativa: a do texto e a do sentido (CAMPOS, 1983, p. 36).

Considerando esses aspectos, iniciamos a análise dos dados da pesquisa, os Comentários capturados de nossa Região de Inquérito, por meio da Variação Imaginativa, que é a técnica apropriada numa pesquisa fenomenológica, pois, por ela, o pesquisador “pode vir a descobrir quais são os constituintes essenciais do fenômeno” (MARTINS; BICUDO, 2003, p. 105).

Como pesquisador em fenomenologia, ressaltamos aqui o nosso desapego a conceitos preconcebidos e a categorias dadas aprioristicamente. Com essa postura, visamos à atribuição de significados às Descrições dos sujeitos, pois as compreendemos como fruto de uma experiência vivida, significante tanto para si quanto para os sujeitos nela envolvidos, os quais, por meio da linguagem que inunda os textos, podem expressar-se, revelando o seu pensar e o seu sentir. Nesse momento, assumimos “a relação da linguagem como função do homem na humanidade e o mundo como horizonte dessa existência humana” (HUSSERL, 1969 *apud* CAPALBO, 1983, p. 85).

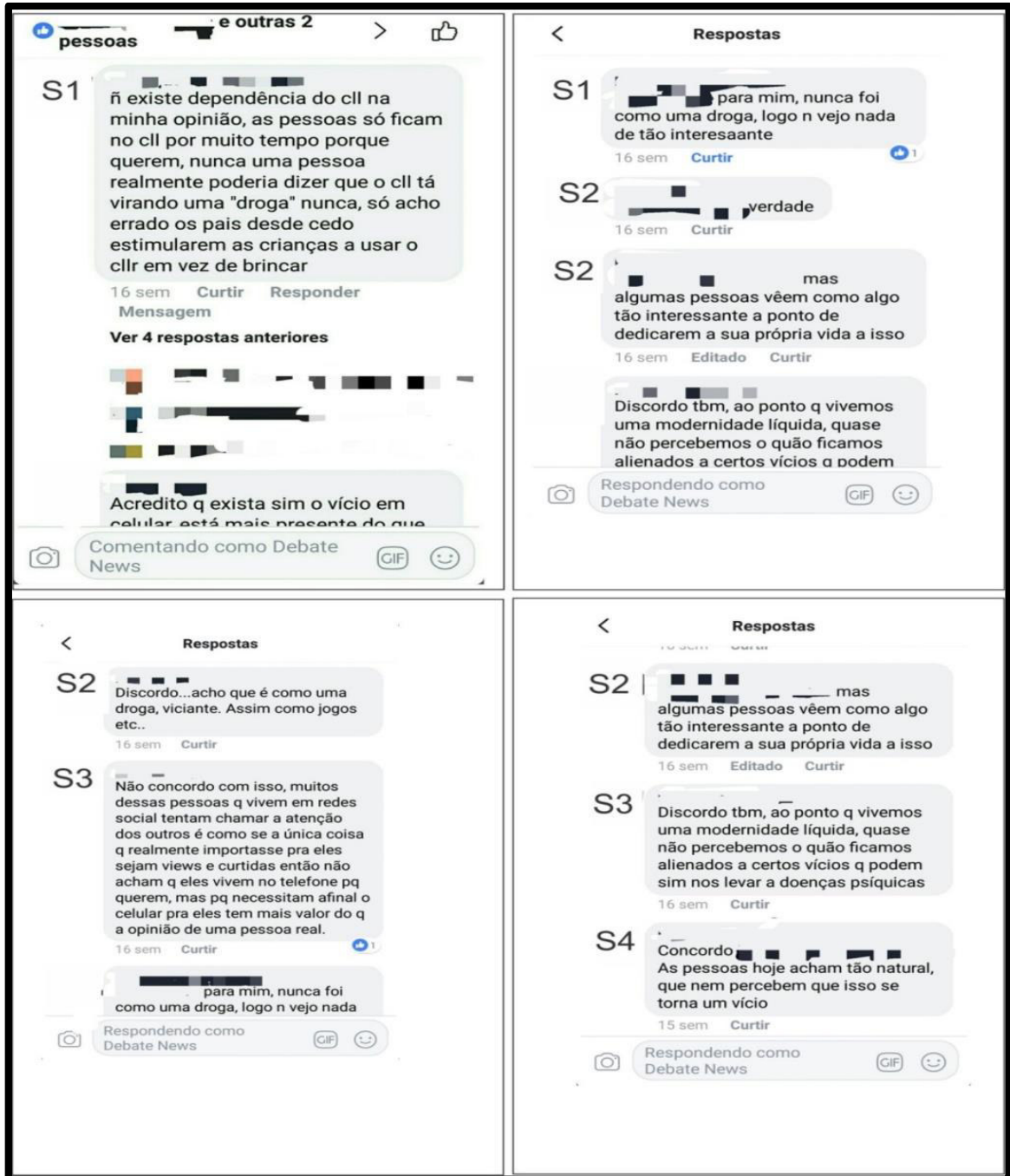
Diante disso, pensando no desenvolvimento da pesquisa e considerando os limites temporais para a sua execução, selecionamos de nosso *corpus* os Comentários referentes a 4 (quatro) publicações na página Debate News, que compõem as Descrições dos sujeitos da pesquisa, conforme item 5.2: **NOMOFOBIA** (Descrição 1), **A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS** (Descrição 2), **PEDIDO DE AUMENTO SALARIAL PELA MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO TEMER** (Descrição 3) e **A REDUÇÃO DA MAIORIDADE**

**PENAL** (Descrição 4). Cada Descrição apresenta 04 (quatro) *prints screen*, selecionados pelo critério da pertinência à nossa investigação.

Por uma questão de ética, nas Descrições, os sujeitos são identificados apenas pelo código S, seguido de um número cardinal, a cada Descrição, como por exemplo: o Sujeito 1 é representado por S1; o Sujeito 2, por S2, e assim sucessivamente. Convém destacar que, nas Descrições 2 e 4, há a identificação do pesquisador com SP, contudo suas realizações linguísticas não serão analisadas.

A seguir, apresentamos as Descrições selecionadas para análise dos dados, da forma como as realizações linguísticas emergem das práticas discursivas dos sujeitos historicamente situados.

DESCRIÇÃO 1



Fonte: www.facebook.com

## DESCRIÇÃO 2

The image displays four screenshots of a Facebook group chat conversation. The group is named 'e outras 4' and contains 'pessoas' (people). The comments are as follows:

- S1:** Não deveria permitir, todos deveriam ter isso em mente, isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio, mas infelizmente é o que mais se vê atualmente, pessoas usando esse direito para ofender qualquer coisa possível.
- S2:** As redes sociais não deveriam permitir certos tipos de publicações, A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins, e isso não é bom.
- S3:** Creio q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite e também pq usar as redes sócias sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real ,uma vez q nem sempre sabemos quem ta do outro lado da tela.
- SP:** Vejo que vocês são unânimes em dizer que o problema está nas pessoas que usam as redes sociais indevidamente e não nessa ferramenta tecnológica. Eu concordo.
- S5:** Liberdade de expressão é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite.
- S6:** Não deveria Pois muitas pessoas aproveitam a liberdade de expressão para ofender os outros.
- S7:** Pra mim, liberdade de expressão é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe. Se você é arrogante, naturalmente não será educada!

Each comment includes a timestamp (e.g., '25 sem', '23 sem', '15 sem') and options to 'Curtir' (like), 'Responder' (reply), and 'Mensagem' (message). The bottom of each screenshot shows the input area with 'Comentando como Debate News' and icons for photo, GIF, and emoji.

Fonte: www.facebook.com

### DESCRIÇÃO 3

**S1**  
Acho que ela quer é se aparecer, porque tem muita gnt que vive com menos de 1 salário mínimo, ela quer é enricar  
17 sem Curtir Responder

Parece que a medida de...

Só acho que ela passou dos limites, como a pessoa pode ser tão gananciosa como ela, com o salário que ela ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e ainda fica reclamando que é trabalho escravo, quem paga ela não é presidente ñ, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem politico corrupto, por causa da ganância. Coitada virou

Comentando como Debate News

**S2**  
Só acho que ela passou dos limites, como a pessoa pode ser tão gananciosa como ela, com o salário que ela ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e ainda fica reclamando que é trabalho escravo, quem paga ela não é presidente ñ, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem politico corrupto, por causa da ganância. Coitada virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. 😞  
17 sem Curtir Responder Mensagem

Ela foi muito infeliz mes...

Comentando como Debate News

**S3**  
Ela faz isso porque nunca passou necessidade de verdade Ao contrário dela, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário dela que usa nosso dinheiro para o benefício próprio e ainda fica insatisfeita 😞  
Se ela acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade dela de raciocínio é tão pequena que nem chega a mobilizar-se por pessoa que não tem dinheiro suficiente nem pra comprar o que comer as vezes 😞  
17 sem Editado Curtir Responder

A ministra não apenas c...

Comentando como Debate News

**S4**  
Pra mim, essa Ministra nunca passou necessidades de verdade, pois, como Ministra dos Direitos humanos deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre suas necessidades? Queria ver se ela sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro. 🙄  
16 sem Editado Curtir Responder Mensagem

Parece aquela velha mú...  
Com certeza.  
Isso deveria ser colocado...

Comentando como Debate News

Fonte: www.facebook.com



## DESCRIÇÃO 4

The image displays four screenshots from a Facebook post, arranged in a 2x2 grid. The top-left screenshot shows the main post with two comments: SP (16 sem) and S1 (16 sem). The top-right screenshot shows replies to S2, with SP (15 sem). The bottom-left screenshot shows comment S3 (16 sem). The bottom-right screenshot shows replies to S4, with S5 (15 sem). Each comment and reply contains text discussing social inequality and its impact on delinquency. The interface includes standard Facebook elements like 'Curtir', 'Responder', and 'Mensagem' buttons, as well as a 'Comentando como Debate News' overlay at the bottom of each screenshot.

**Top-Left Screenshot:**

Facebook post header: **peessoas** e outras 2

**SP** (16 sem) Curtir Responder  
 Reflitam sobre a questão e comentem.

**S1** (16 sem) Curtir Responder  
 Mensagem  
 Resolver o problema da delinquência acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social,ou seja, será necessário uma série de mudanças na sociedade para q o nível de delinquência diminua, para aí então diminuir a maior idade penal.

Acho q diminuiç...  
 É verdade. Sem uma mu...

A delinquência em um meio geral

Comentando como Debate News

**Top-Right Screenshot: Respostas**

**S2** (16 sem) Curtir  
 Acho q diminuição da delinquência viria ser uma consequência da redução da maioridade. Sendo q hj os adolescentes vivem muito alienados a "ganges" e pensamentos maléficos, a consequência do ato seria a própria reação(o se sentir tbm colocando em regras repressoras)

**SP** (15 sem) Curtir  
 É verdade. Sem uma mudança social profunda, no que tange à garantia dos direitos básicos do cidadão, não adiantará reduzir a maioridade penal.

Respondendo como Debate News

**Bottom-Left Screenshot:**

Facebook post header: **peessoas** e outras 2

**S3** (16 sem) Curtir Responder  
 Mensagem  
 A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto a "desigualdade social", e por esse motivo acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo esse ponto de raciocínio creio eu q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar.

Comentando como Debate News

**Bottom-Right Screenshot: Respostas**

**S4** (15 sem) Editado Curtir Responder  
 Concordo plenamente Essa questão de dizer que menor de idade não "pensa", é pura mentira Se eles não tivessem pensamentos, não cometeriam esses tipos de coisa

**S5** (15 sem) Curtir Responder  
 Mensagem  
 Isso seria uma revolução total na criminalidade. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos a justiça ser feita. Veríamos os jovens arcarem com as consequências de seus atos.

Comentando como Debate News

Fonte: www.facebook.com

## **6.2 Análise Fenomenológico-Hermenêutica**

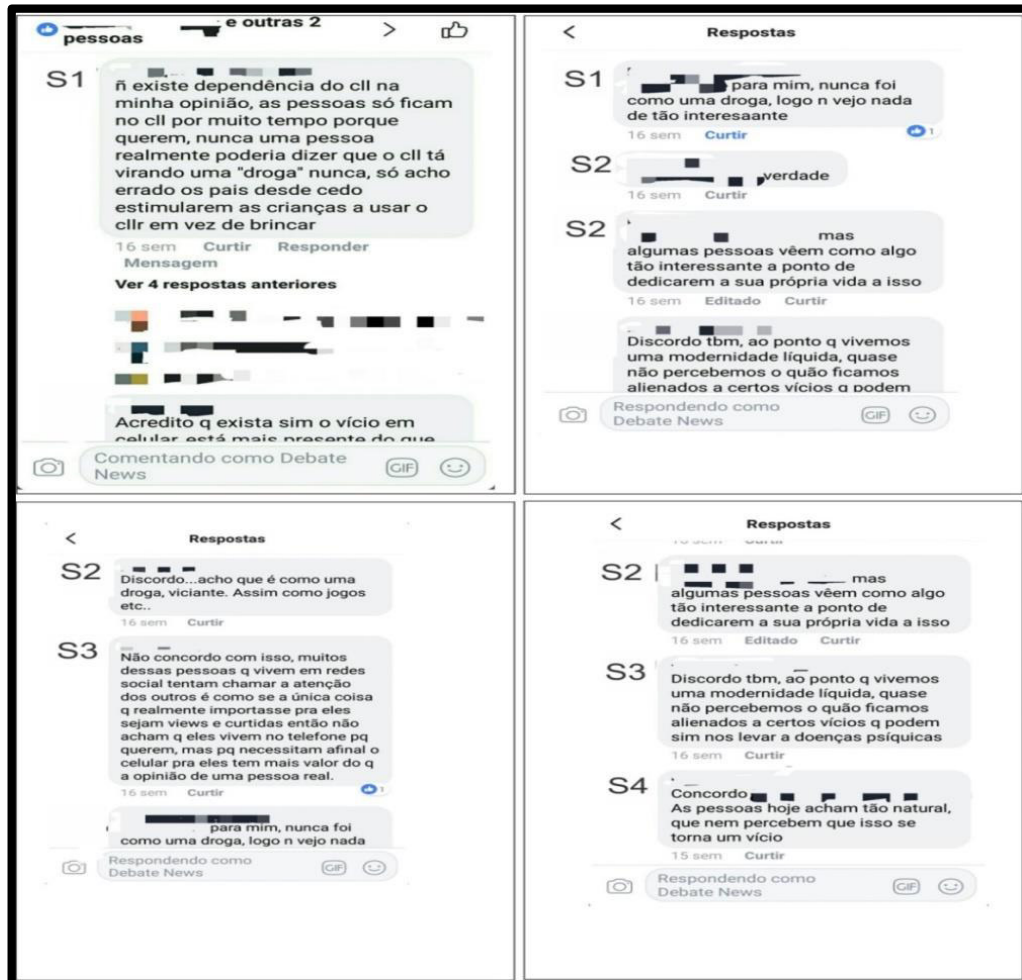
A partir das Descrições, buscamos identificar as Unidades de Significado, por meio da Variação Imaginativa, refletindo sobre as partes da experiência dos sujeitos que têm significado para o desvelamento do fenômeno da investigação. Vivenciamos dois momentos: a Análise Ideográfica e a Análise Nomotética. Iniciamos o primeiro momento pela Análise Ideográfica, destacando as Unidades de Significado e explicitando as descrições dos sujeitos. No segundo momento, realizamos a convergência das Descrições, a identificação e Compreensão/Interpretação das categorias abertas, por meio da Análise Nomotética.

### **6.2.1 Análise Ideográfica: Identificação das Unidades de Significado e Explicitação das Descrições dos Sujeitos**

Neste momento, o da Análise Ideográfica, colocamo-nos diante das Descrições de nossos sujeitos de pesquisa, oriundas das interações no Facebook. Buscamos identificar as Unidades de Significado nas realizações linguísticas que compuseram as Descrições e, a partir delas, realizar a explicitação de cada Descrição, considerando que são nessas Descrições que o pesquisador, apoiando-se nas objetivações da experiência dos sujeitos da pesquisa, realiza a análise linguística em busca de apreender os sentidos do texto.

Iniciamos a Análise Ideográfica pela Descrição 1.

## DESCRIÇÃO 1



Fonte: www.facebook.com

Na Descrição 1, o tema discutido foi Nomofobia, a fobia causada pelo desconforto ou angústia provocados pela impossibilidade de acesso à comunicação por meio do celular ou computador. A partir das realizações linguísticas dos sujeitos sobre esse tema, emergiram as Unidades de Significado, ou seja, o conjunto de asserções para nós significativas, em vista da consciência que temos acerca do fenômeno investigado (MARTINS, 1992): a referenciação no texto digital.

Para explicitarmos essas Unidades de Significado, construímos o Quadro a seguir:

Quadro 4: Unidades de Significado da Descrição 1

SUJEITOS	REALIZAÇÕES LINGUÍSTICAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
S1	<p>ñ existe dependência do cll na minha opinião, as pessoas só ficam no cll por muito tempo porque querem, nunca uma pessoa realmente poderia dizer que o cll tá virando uma “droga” nunca, só acho errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o cllr em vez de brincar</p> <p>para mim, nunca foi uma droga, logo n vejo nada de tão interessante</p>	<p><i>dependência do cll</i>  <i>no cll</i>  <i>o cll</i>  <i>o cllr</i>  <i>na minha opinião</i>  <i>uma “droga”</i>  <i>acho</i>  <i>n vejo</i></p>
S2	<p>Discordo...acho que é uma droga. Assim como jogos etc..</p> <p>verdade</p> <p>mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante a ponto de dedicarem sua própria vida a isso</p>	<p><i>Discordo</i>  <i>Acho</i>  <i>uma droga</i>  <i>jogos</i>  <i>verdade</i>  <i>algo tão interessante</i>  <i>isso</i></p>
S3	<p>Discordo tbm, ao ponto q vivemos, quase não percebemos o quão ficamos alienados a certos vícios q podem sim nos levar a doenças psíquicas</p>	<p><i>Discordo tbm...</i>  <i>certos vícios</i>  <i>doenças psíquicas</i></p>
S4	<p>Concordo</p> <p>As pessoas acham tão natural, que não percebem que isso se torna um vício</p>	<p><i>Concordo</i>  <i>Isso</i>  <i>um vício</i></p>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

A primeira Unidade de Significado a sobressair-se nos comentários corresponde ao referente “*dependência do cll*”, presente na seguinte realização linguística do sujeito S1:

*ñ existe dependência do cll na minha opinião*

Esse referente, se analisado pelo aspecto cotextual, assume a função exclusiva de uma *introdução referencial*, isto é, de ser a primeira menção de um referente no texto. No entanto, considerando o contexto em que o comentário surgiu, vemos que a construção desse referente “não é feita de maneira aleatória ou indissociada de outros objetos já referidos” (ANTUNES, 2017, p. 99), pois dentro da função textual-discursiva, esse mecanismo referencial “reativa” um outro referente presente no Texto-Fonte (KOCH, 2017), no caso em questão, a matéria da Revista Veja intitulada “*Nomofobia: a dependência do telefone celular. Este é o seu*

caso?<sup>23</sup>”, em que o referente “*dependência do cll*” aparece, da mesma forma como no texto completo dessa matéria.

Nesse aspecto, o processo de ativação e reativação referencial é realizado por um mesmo referente, um fenômeno referencial denominado por Koch e Elias (2010) de *introdução (ativação) ancorada*, ou seja, aquela que acontece “sempre que um novo objeto de discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo dos interlocutores” (KOCH; ELIAS, 2010, p. 135).

Quando a introdução acontece de forma ancorada, ela passa a constituir uma anáfora indireta, pelo fato de não existir no cotexto antecedente explícito, mas um elemento de relação o qual podemos conceber como *âncora* (SCHWARZ, 2000 *apud* KOCH, 2010), um aspecto que não pode deixar de ser considerado, em razão de ser fundamental para a interpretação (KOCH, 2015, 2017).

Dessa forma, para compreendermos como esse fenômeno acontece nos comentários facebookianos, precisamos, primeiramente, considerar o fato de o processo referencial ser “viabilizado por um dispositivo remissivo, uma propriedade de apontar para um dado objeto reconhecível a partir de pistas muito diversificadas” (CAVALCANTE, 2011, p. 53). Além disso, essa ambivalência ativação/reativação, mesmo podendo ocorrer em gêneros textuais variados, configura-se como uma peculiaridade do processo de referenciação no gênero Comentário, como uma espécie de *introdução intertextual*.

Já que comentar é sempre “sobre alguma coisa”, torna-se quase inevitável que o sujeito, nesse processo, e por meio de mecanismos referenciais apropriados, recupere algum elemento linguístico de um outro texto (KOCH, 2010).

Nesse sentido, o referente “*dependência do cll*” tem um papel central no “projeto de dizer” do sujeito S1, o que podemos perceber pela forma como é mantido em destaque em seus comentários. O sujeito S1 utiliza para isso a estratégia de reiteração que, nesse caso, ocorre pela repetição propriamente dita da forma abreviada de celular – *cll*, uma característica peculiar da escrita digital (BARTON; LEE, 2015), como podemos observar nas Unidades de Significado destacadas nas realizações linguísticas do referido sujeito:

---

<sup>23</sup> Disponível na página digital da *Revista Veja* ([veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br)), a partir do link: <<https://veja.abril.com.br/blog/letra-de-demedico/nomofobia-a-dependencia-do-telefone-celular-este-e-o-seu-caso/>>. Acesso: 07 nov. 2017.

*ñ existe **dependência do cll** na minha opinião, as pessoas só ficam **no cll** por muito tempo porque querem, nunca uma pessoa realmente poderia dizer que **o cll** tá virando uma “droga” nunca, só acho errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar **o cllr** em vez de brincar (S1)*

Essa repetição, além de manter o nóculo ativo “na memória de curto termo” (KOCH, 2015, p. 97), constitui uma estratégia de coesão textual (ANTUNES, 2017).

Dando continuidade à atribuição de sentidos à Descrição 1, encontramos a ocorrência do fenômeno referencial da recategorização, presente nas Unidades de Significado destacadas nas realizações linguísticas a seguir:

*[...] nunca uma pessoa realmente poderia dizer que o cll tá virando **uma “droga”**... (S1)  
para mim, nunca foi **uma droga**, logo n vejo nada de tão interessante (S1)  
Discordo...acho que é **uma droga**. Assim como **jogos** etc.. (S2)  
mas algumas pessoas vêem como **algo tão interessante** a ponto de dedicarem sua própria vida a isso (S2)  
...quase não percebemos o quão ficamos alienados a **certos vícios** q podem sim nos levar a **doenças psíquicas** (S3)  
As pessoas acham tão natural, que não percebem que isso se torna **um vício** (S4)*

Essas Unidades de Significado coincidem com formas recategorizadoras do referente “*dependência do cll*” (S1), constituindo “uma possibilidade a mais para retomadas anafóricas correferenciais” (CAVALCANTE, 2011, p. 86), processo dinâmico que concorre para a continuidade referencial, sendo “da maior importância para se chegar à clareza acerca da concentração temática do texto” (ANTUNES, 2017, p. 100) que, nesse caso, diz respeito à discussão sobre Nomofobia.

Para compreendermos ainda mais o processo referencial, deparamo-nos como as Unidades de Significado presentes nas realizações linguísticas a seguir:

*ñ existe dependência do cll **na minha opinião** / só **acho** errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o **cllr** em vez de brincar (S1)  
**para mim**, nunca foi uma droga, logo **n vejo** nada de tão interessante (S1)  
**Discordo...acho** que é uma droga ... (S2)  
**Discordo** tbm ... (S3)  
**Concordo** (S4)*

As Unidades de Significado destacadas nos revelam outro dispositivo referencial muito importante e bastante recorrente nas práticas discursivas: a *dêixis*, mais precisamente, dêiticos pessoais, “que identificam os interlocutores na situação de comunicação, como, por exemplo, os pronomes pessoais (manifestos ou elípticos)” (CAVALCANTE, 2011, p. 95).

Neste caso específico, os pronomes “*minha*” e “*mim*” (S1) e a desinência número-pessoal das formas verbais “*acho*” [-o] (S1 e S2), “*vejo*” [-o], “*Discordo*” [-o] (S2 e S3) e “*Concordo*” [-o] (S4) põem em evidência um “EU” – “(Eu) *acho*”, “(Eu) *vejo*”, “(Eu) *Discordo*”, “(Eu) *Concordo*” que indica, portanto, “quem fala”, ou seja, a pessoa que, em oposição ao TU ou VOCÊ (pessoa não-subjetiva) é “marcada pelo traço ‘subjetividade’” (LAHUD, 1979, p. 108).

A dêixis, portanto, só pode acontecer em um contexto enunciativo no qual haja ao menos um falante e um ouvinte (CAVALCANTE, 2012), ou mesmo um “escrevente” e “um leitor”. No caso analisado, a primeira pessoa (quem fala) é identificada pela desinência verbal, como vimos, já a “segunda pessoa do discurso” (o interlocutor), ou o “*não-eu*”, não é precisamente identificada, de modo que só podemos chegar a ela por meio de inferência, observando o contexto, isto é, a situação de comunicação. Assim sendo, entre os possíveis interlocutores desse “*EU-enunciador*”, temos o autor do *post* e os outros sujeitos interagentes, os que comentam o *post*, ou mesmo qualquer pessoa que leia os comentários. Além disso, é preciso observar que o ato de comentar ou de responder a um comentário possui uma dinâmica que faz com que os papéis enunciativos possam ser trocados no transcorrer da interação comunicativa (RECUERO, 2014), como acontece, por exemplo, entre os sujeitos S1 e S2:

*para mim, nunca foi uma droga, logo n vejo nada de tão interessante* (S1)  
*Discordo...acho que é uma droga. Assim como jogos etc..* (S2)

Ao manifestar sua opinião sobre a Nomofobia, o sujeito S1, na dinâmica da comunicação, assume o papel de *enunciador* e o sujeito S2 de *enunciatário*. No entanto, esses papéis são investidos no momento em que o sujeito S2 responde ao comentário do sujeito S1, assumindo, então, o papel de *enunciador*.

Isso comprova que

o papel das ‘pessoas’ propriamente ditas é, sobretudo, assegurar aos locutores a possibilidade de se colocarem, no instante em que dizem ou ‘eu’ ou ‘tu’, na posição de sujeitos de seu próprio discurso, regrando desta forma uma das dimensões fundamentais da troca linguística (LAHUD, 1979, p. 108).

Em relação ao *espaço* (dêixis espacial), não há identificação cotextual ou referência a esse respeito. Isso porque a natureza da interação, nesse caso específico, comentários sobre um *post*, pode acontecer sem que os sujeitos, necessariamente, tenham de informar o lugar de onde estão falando. Ou seja, a comunicação em Rede “[...] opera sobre várias ferramentas, com características e

limitações próprias, que vão também influenciar as práticas conversacionais que emergem do ciberespaço” (RECUERO, 2014, p. 31), e o ciberespaço é desterritorializado e fluido.

Quanto ao *tempo* (dêixis temporal), que situa “o ponto de origem do falante (e seu interlocutor) no momento em que a mensagem é enunciada” (CAVALCANTE, 2011, p. 99), nas interações observadas, vimos ser também relativo, sem contar que a comunicação entre os sujeitos pode acontecer tanto de forma *síncrona* (em tempo real) quanto de forma *assíncrona* (em intervalos de tempo diferentes) (RECUERO, 2014). Em outras palavras, quando postamos algo no Facebook, por exemplo, ou quando comentamos alguma postagem, a resposta do(s) interlocutor(es) pode ser imediata ou não, devido a vários fatores, como o tipo de rede social, as condições de conexão na Internet, fatores subjetivos, entre outros.

De maneira bem mais clara, percebemos que o texto é marcado pela discursividade, estando situado a um contexto, tanto histórico quanto social, de maneira que a sua compreensão se dá de forma tanto explícita quanto implícita, por meio de inferência, fruto de uma leitura menos superficial (CAVALCANTE, 2012).

Vimos, portanto, que a dêixis como dispositivo referencial nos faz compreender melhor a cadeia discursiva do texto/comentário: a carga de valores, a autoria, o destinatário e as relações dialógicas (BRAIT, 2016), o que está diretamente relacionado à construção de sentido(s).

Prosseguindo a análise, percebemos que as interações sociodiscursivas dos sujeitos da Descrição 1 revelaram um outro mecanismo referencial, o *encapsulamento anafórico*, que é uma forma de resumir porções textuais do cotexto, uma espécie de anáfora indireta, em razão de não retomar nenhum objeto de discurso específico, prendendo-se a conteúdos dispersos pelo contexto (CAVALCANTE, 2011, 2012).

Esse fenômeno pode ser percebido nas Unidades de Significado destacadas nas seguintes realizações linguísticas:

*mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante a ponto de dedicarem sua própria vida a **isso** (S2)*  
*As pessoas acham tão natural, que não percebem que **isso** se torna um vício (S4)*

As porções textuais são encapsuladas pelo demonstrativo “*isso*”, nas duas ocorrências, contudo, só podemos reconhecer o conteúdo resumido se for por meio de inferência, observando o contexto da discussão entre os interagentes. Assim



procedendo, é possível concluir que o pronome demonstrativo “isso” resume o pensamento dos sujeitos sobre Nomofobia.

A esse respeito, chamou-nos a atenção o fato de haver uma discussão nitidamente polarizada entre os cinco sujeitos que comentam esse tema. De um lado, o sujeito S1, que nega a existência da “dependência do celular” (*ñ existe dependência do cll na minha opinião... / para mim, nunca foi uma droga...*); do outro, os demais sujeitos (S2, S3 e S4) que defendem um pensamento contrário:

*Discordo...acho que é uma droga. Assim como jogos etc.. (S2)  
verdade (S2)*

*mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante a ponto de dedicarem sua própria vida a isso (S2)*

*Discordo tbm, ao ponto q vivemos, quase não percebemos o quão ficamos alienados a certos vícios q podem sim nos levar a doenças psíquicas (S3)*

*Concordo*

*As pessoas acham tão natural, que não percebem que isso se torna um vício (S4)*

Esses posicionamentos divergentes podem ser tomados como exemplo de que a língua(gem), como propiciadora da interação social, é essencialmente argumentativa. Isso porque,

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer que compartilhe determinadas de suas opiniões (KOCH, 2011, p. 17).

Além do mais,

A função do comentário em muitos *sites* globais permite constantemente exprimir, discutir, negociar e contestar postura de forma colaborativa com pessoas de todas as partes do mundo, que nem sequer se conhecem (BARTON, LEE, 2015, p. 142).

Esse aspecto da comunicação em rede é um forte indicativo de que o processo de referenciação que emerge das interações sociodiscursivas ocorre numa perspectiva de construção negociada de sentido(s).

### Síntese da **Descrição 1**

Na **Descrição 1**, os sujeitos realizam o processo de referenciação:

- ✓ Com introdução referencial ancorada
- ✓ Com anáfora recategorizadora

- ✓ Com anáfora encapsuladora
- ✓ Com realizações dêiticas
- ✓ Com construção negociada de sentidos
- ✓ Com construção de referentes para fins argumentativos

## DESCRIÇÃO 2



Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

O tema que norteou a interação discursiva entre os sujeitos na Descrição 2, cujas Unidades de Significado são explicitadas no quadro a seguir, foi “a liberdade de expressão nas redes sociais”.

Quadro 5: Unidades de Significado da Descrição 2

SUJEITOS	REALIZAÇÕES LINGUÍSTICAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
S1	<p>Não deveria permitir, todos deveriam ter isso em mente, isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio, mas infelizmente é o que mais se vê atualmente, pessoas usando esse direito para ofender qualquer coisa possível</p> <p>Sim, pois liberdade temos q ter, mas o bom senso, educação e empatia tem que vir nos acompanhando</p>	<p><i>isso</i></p> <p><i>isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio</i></p> <p><i>mas infelizmente</i></p> <p><i>esse direito</i></p> <p><i>liberdade,</i></p> <p><i>mas</i></p> <p><i>o bom senso, educação e empatia</i></p>
S2	<p>As redes sociais não deveriam permitir certos tipos de publicações, A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins, e isso não é bom</p>	<p><i>As redes sociais</i></p> <p><i>certos tipos de publicações</i></p> <p><i>A rede social</i></p> <p><i>ofender uns aos outros</i></p> <p><i>isso não é bom</i></p>
S3	<p>Creio q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite e também pq usar as redes sócias sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real, uma vez q nem sempre sabemos quem ta do outro lado da tela</p>	<p><i>Creio</i></p> <p><i>uma harmonia entre ambas as partes</i></p> <p><i>um limite</i></p> <p><i>as redes sócias</i></p> <p><i>um filtro</i></p> <p><i>vários perigos</i></p> <p><i>cibernético</i></p> <p><i>na própria vida real</i></p> <p><i>quem ta do outro lado da tela</i></p>
S4	<p>Liberdade de expressão é uma coisa que deve ser limitada, chega a ser até comprometedor alguém expressar ofensas à outra pessoa. Tudo tem limite</p>	<p><i>Liberdade de expressão</i></p> <p><i>é uma coisa que deve ser limitada</i></p> <p><i>Tudo tem limite</i></p>
S5	<p>Liberdade de expressão é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite</p>	<p><i>Liberdade de expressão</i></p> <p><i>direito</i></p> <p><i>seu pensamento, opinião</i></p> <p><i>porém</i></p> <p><i>há um limite</i></p>
S6	<p>Não deveria</p> <p>Pois muitas pessoas aproveitam a liberdade de expressão para ofender os outros</p>	<p><i>Não deveria</i></p> <p><i>liberdade de expressão</i></p> <p><i>ofender os outros</i></p>
S7	<p>Pra mim, liberdade de expressão é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe. Se você é arrogante, naturalmente não será educada!</p>	<p><i>mim</i></p> <p><i>liberdade de expressão</i></p> <p><i>é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe</i></p> <p><i>Se você é arrogante, naturalmente não será educada!</i></p>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Logo de início, chamou-nos a atenção as seguintes Unidades de Significado, que destacamos, em negrito, nas realizações linguísticas do sujeito S1:

*Não deveria permitir, todos deveriam ter **isso** em mente, / **isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio...** (S1)*

Nelas vemos, mais uma vez, manifestar-se o fenômeno do encapsulamento a partir do pronome demonstrativo “*isso*”, que, nesse caso, resume o modo de pensar do sujeito S1 sobre a “liberdade de expressão nas redes sociais”. Entretanto, é importante salientarmos duas situações nesse processo: a primeira é que, cotextualmente, esse pronome não apresenta um movimento referencial “retrospectivo”, como é comum ocorrer em anáforas correferenciais, mas, sim, “prospectivo”, ou seja, como *catáfora* (KOCH, 2010, 2015; CAVALCANTE, 2011, 2012), já que o objeto de discurso referido por ele não o antecede, mas o sucede na sequência do enunciado. Assim, em “*todos deveriam ter [isso] em mente*”, o pronome em destaque remete-se à expressão seguinte: “*[isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio...]*” (S1).

A segunda situação é que, se consideramos o contexto em que o comentário foi produzido, veremos que o pronome demonstrativo “*isso*” não deixa de ter um caráter retrospectivo, já que mantém um elo associativo com o texto-fonte, que trata, como já dissemos, da “liberdade de expressão nas redes sociais”. A função anafórica desse pronome ocorre de maneira mais evidente na Unidade de Significado destacada na realização linguística a seguir:

*“A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins, e **isso** não é bom” (S2).*

Nessa realização linguística, o pronome demonstrativo “*isso*”, além de retomar, encapsula a porção textual “*A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins*”, configurando-se, portanto, como uma anáfora encapsuladora.

Na Descrição 2, assim como na Descrição 1, identificamos casos de introdução referencial ancorada (KOCH, 2010), o que pode ser observado nas Unidades de Significado destacadas nas seguintes realizações linguísticas:

*Não deveria permitir, todos deveriam ter **isso** em mente, **isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio** (S1)  
...**liberdade** temos q ter, mas o bom senso, educação e empatia tem que vir nos acompanhando (S1)*

**Liberdade de expressão** é uma coisa que deve ser limitada... (S4)  
**Liberdade de expressão** é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite (S5)  
 ... muitas pessoas aproveitam a **liberdade de expressão** para ofender os outros (S6)  
 Pra mim, **liberdade de expressão** é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (S7)  
**As redes sociais** não deveriam permitir certos tipos de publicações / **A rede social** está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros (S2)  
 ...usar as **redes sócias** sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real (S3)

As Unidades de Significado destacadas trazem em si dispositivos referenciais que mantêm vínculos associativos com o texto-fonte, a partir dos referentes “*liberdade de expressão*” e “*redes sociais*”, todavia, se considerarmos o modo como acontecem as interações comunicativas no Facebook, é razoável afirmarmos que esses vínculos associativos também podem acontecer “de comentário para comentário”. Isso porque a dinâmica nesse tipo de interação é a seguinte: alguém faz um *post* e, a partir de então, todos os que estão inseridos na rede de “amigos”, ou até mesmo os “amigos dos amigos” podem comentá-lo diretamente ou responder aos comentários, sem necessariamente ler esse *post* (SPADARO, 2013). Seja como for, para compreendermos o processo de referenciação no texto digital, não podemos ignorar as peculiaridades das interações em Rede.

Em continuidade à nossa análise, observemos as realizações linguísticas a seguir:

**Creio** q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite (S3)  
 Pra **mim**, liberdade de expressão é **você** expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (S7)

As Unidades de Significado aí explicitadas identificam o enunciador a partir de componentes gramaticais. Em “*Creio*”, a desinência verbal [-o] permite-nos identificar um “*Eu*”, dispositivo referencial dêitico que indica a primeira pessoa do discurso: a pessoa “que(m) fala”, e o pronome pessoal oblíquo “*mim*” na realização linguística do sujeito S7 remete-se a essa mesma pessoa do discurso.

Quanto à segunda pessoa (com quem se fala), não está identificada cotextualmente, mas pode ser inferida a partir do contexto, ou seja, são os outros sujeitos interagentes ou qualquer outra pessoa que leia os “comentários”. Além disso, vale esclarecermos que a Unidade de Significado “*você*” (pronome pessoal) não corresponde a um interlocutor imediato desse “*Eu*”, configurando-se como uma forma genérica e difusa de referenciar, como também ocorre nesta realização linguística:

*Se **você** é arrogante, naturalmente não será educada!* (S7)

Dessa forma, podemos dizer que cada pessoa que venha a ler esse comentário pode sentir-se “destinatário” (co-enunciador) dele. E observando a maneira como foi construído, “estamos vendo como os textos são intencionais na medida em que colocam em jogo estratégias diversas de permitir aos interlocutores interpretar sentidos múltiplos” (CAVALCANTE, 2012, p. 140).

Isso posto, as Unidades de Significado nessa Descrição chamam-nos a atenção por revelarem estratégias de argumentação dos sujeitos interagentes, “quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas” (KOCH, 2011, p. 23). Nesse caso específico, há uma unanimidade entre os interagentes em reprovar atitudes de desrespeito e de agressão nas redes sociais sob o pretexto de uma “liberdade de expressão”. Um sentido e uma interpretação/compreensão que nos foi possibilitada quando, à luz da hermenêutica de Ricoeur (1996), realizamos uma movimentação partindo do sentido para a referência, do “dito” para o “falado”.

Nesse aspecto, vejamos algumas dessas estratégias:

*Não deveria permitir, todos deveriam ter isso em mente, isso de não usar a **liberdade de expressão** como discurso de ódio, **mas infelizmente** é o que mais se vê atualmente, pessoas usando **esse direito** para ofender qualquer coisa possível* (S1)

A Unidade de Significado “*mas infelizmente*” – conjunção adversativa acompanhada de advérbio –, põe em evidência uma posição clara do sujeito enunciador em reprovar a atitude de pessoas que usam “*esse direito para ofender qualquer coisa possível*” (S1), em que o elo referencial com o objeto de discurso “*liberdade de expressão*” é mantido pela anáfora correferencial recategorizadora “*esse direito*”. E vemos uma estratégia semelhante na Unidade de Significado destacada nesta outra realização linguística:

*Sim, pois **liberdade** temos q ter, **mas o bom senso, educação e empatia** tem que vir nos acompanhando* (S1)

Nela o sujeito constrói seu enunciado utilizando referentes que guiam nossa interpretação. De um lado, “*liberdade*”; do outro, “*bom senso*”, “*educação*” e “*empatia*”, articulados pelo uso do conectivo “*mas*” que, da mesma forma que na Unidade de Significado anterior – “*mas infelizmente*” –, é utilizado não somente como elemento coesivo, mas também para favorecer o processo argumentativo, opondo “dois

argumentos orientados em direção contrária, fazendo prevalecer o segundo” (KOCH, 2011, p. 184), o que ocorre ainda em:

***Liberdade de expressão*** é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, **porém há um limite** (S5)

Nas Unidades de Significado destacadas, o sujeito enunciador utiliza o conectivo “*porém*” para opor a ideia de “*liberdade de expressão*” – como direito de o indivíduo expressar seu pensamento, opinião –, à ideia de que é necessário haver um “*limite*” para aquilo que é dito em rede social, ideia essa que também é seguida por outros sujeitos:

*Creio q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite...* (S3)

***Liberdade de expressão é uma coisa que deve ser limitada***, chega a ser até comprometedor alguém expressar ofensas à outra pessoa. **Tudo tem limite** (S4)

Ainda no âmbito da expressão do ponto de vista pelos sujeitos interagentes, chamou-nos a atenção, no plano da cotextualidade, as recategorizações predicativas (RONCARATI, 2010). E como afirma Jubran et al. (1992 *apud* RONCARATI, 2010, p. 130), “na conversação, o tópico se constitui a partir de enunciados proferidos a respeito de referentes explícitos e implícitos que mantêm relações de concernência entre si e de relevância com o assunto em foco”. No caso em questão, é o tópico “liberdade de expressão”, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 6: Exemplo Recategorizações Predicativas

SUJEITOS	REFERENTES/TÓPICOS	RECATEGORIZAÇÕES PREDICATIVAS
S4	<b><i>Liberdade de expressão é uma coisa que deve ser limitada...</i></b>	(é) <b><i>uma coisa que deve ser limitada.</i></b>
S5	<b><i>Liberdade de expressão é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião...</i></b>	(é) <b><i>o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião.</i></b>
S7	<b><i>Pra mim, liberdade de expressão é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe.</i></b>	(é) <b><i>você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe.</i></b>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Vimos, portanto, que os referentes contidos nas Unidades de Significado destacadas nas realizações linguísticas dos sujeitos S4, S5 e S7, no contexto das redes referenciais, “mantêm uma relação de interdependência semântica e temática” (RONCARATI, 2010, p. 132), principalmente no que diz respeito às recategorizações predicativas ora observadas.

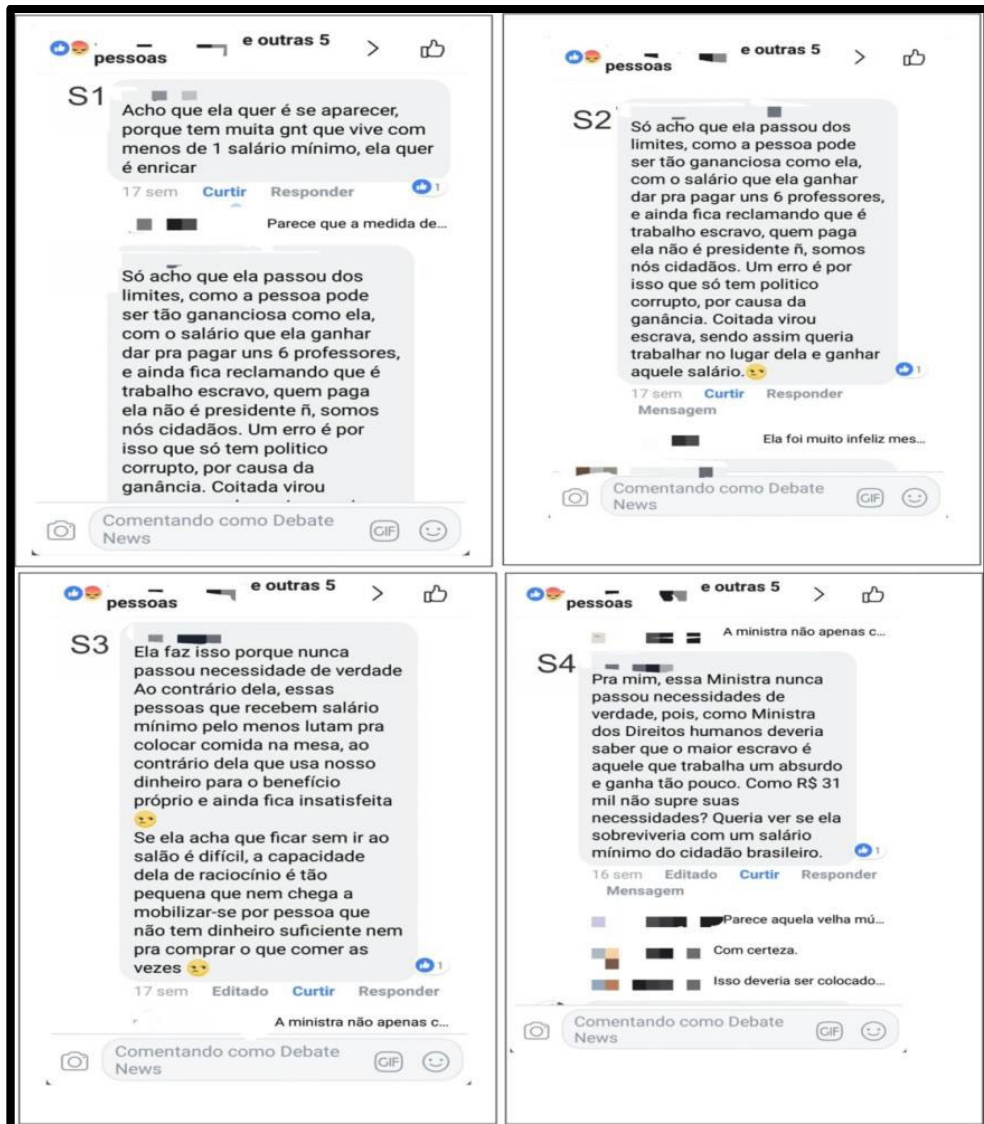
### Síntese da **Descrição 2**

Na **Descrição 2**, os sujeitos realizam o processo de referenciação:

- ✓ Com introdução referencial ancorada
- ✓ Com anáfora correferencial
- ✓ Com anáfora encapsuladora
- ✓ Com catáfora
- ✓ Com realizações dêiticas
- ✓ Com recategorizações predicativas
- ✓ Com construção negociada de sentidos
- ✓ Com construção de referentes para fins argumentativos



### DESCRIÇÃO 3



Fonte: www.facebook.com

Quadro 7: Unidades de Significado da Descrição 3

SUJEITOS	REALIZAÇÕES LINGÜÍSTICAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
S1	Acho que ela quer é se aparecer, porque tem muita gnt que vive com menos de um de 1 salário, ela quer é enricar	<i>Acho</i> <i>ela quer é se aparecer</i> <i>um de 1 salário</i> <i>ela quer é enricar</i>
S2	Só acho que ela passou dos limites, como a pessoa pode ser tão gananciosa como ela, com um salário que ela ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e ainda fica reclamando que é trabalho escravo, quem paga ela não é presidente ã, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem político corrupto, por causa da ganância. Coitada	<i>Só acho</i> <i>ela passou dos limites</i> <i>uma pessoa tão gananciosa como ela</i> <i>um salário</i> <i>6 professores</i> <i>trabalho escravo</i> <i>quem paga ela não é o presidente ã, somos nós cidadãos</i> <i>Um erro</i>

	virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☹	<i>político corrupto ganância Coitada / escrava queria trabalhar no lugar dela aquele salário</i>
<b>S3</b>	Ela faz isso porque nunca passou necessidade de verdade Ao contrário dela, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário dela que usa nosso dinheiro para o benefício próprio e ainda fica insatisfeita ☹ Se ela acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade dela de raciocínio é tão pequena que nem chega que nem chega a mobilizar-se por pessoa que não tem dinheiro suficiente nem pra comprar o que comer as vezes ☹	<i>Ela isso nunca passou necessidade de verdade salário mínimo comida na mesa nosso dinheiro benefício próprio ela acha a capacidade dela de raciocínio tão pequena</i>
<b>S4</b>	Pra mim, essa Ministra nunca passou necessidade de verdade, pois, como Ministra dos Direitos humanos deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre suas necessidades? Queria ver se ela sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro.	<i>Pra mim essa Ministra nunca passou necessidade de verdade Ministra dos Direitos humanos o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco Como R\$ 31 mil não supre suas necessidades? Queria ver ela sobreviveria um salário mínimo do cidadão brasileiro.</i>

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor

Na Descrição 3, as Unidades de Significado emergem de realizações linguísticas provenientes dos comentários dos sujeitos sobre a polêmica em torno de pedido de aumento salarial por parte da “Ministra de Direitos Humanos” do governo Temer, a partir da matéria sob o título *Após polemica sobre salário, ministra dos direitos humanos diz que ‘é pobre’*, disponibilizada na página Debate News por meio de *link*<sup>24</sup>.

Semelhantemente ao observado nas Descrições 1 e 2, na Descrição 3, também ocorre o fenômeno referencial dêixis, mais precisamente a dêixis pessoal, que, na realidade pesquisada, consiste na expressão livre e pessoal dos sujeitos interagentes sobre determinado assunto.

<sup>24</sup> Disponível no site de notícias *em.com.br*: <[https://www.e.com.br/app/noticia/politica/2017/11/13/interna\\_politica,916323/apos-polemica-sobre-salario-inistra-dos-direitos-humanos-diz-que.shtml](https://www.e.com.br/app/noticia/politica/2017/11/13/interna_politica,916323/apos-polemica-sobre-salario-inistra-dos-direitos-humanos-diz-que.shtml)>.

Podemos verificar a ocorrência desse fenômeno a partir das Unidades de Significado em destaque nas seguintes realizações linguísticas:

**Acho** que ela quer é se aparecer... (S1)

Só **acho** que ela passou dos limites... /.... **queria** trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☹ (S2)

**Queria** ver se ela sobreviveria... (S4)

**Pra mim**, essa Ministra nunca passou necessidade de verdade... (S5)

A desinência verbal [-o], em “**acho**” (S1 e S2), [-ia], em “**queria**” (S2 e S4), e o pronome oblíquo “**mim**” (S5) revelam a presença de um “**Eu**” implícito, o “**Eu**” do enunciador, que não se dirige para um enunciatário (co-enunciador) específico, já que tanto os outros sujeitos interagentes quanto o próprio autor do *post* ou algum internauta que eventualmente venha a ler os comentários são potenciais destinatários ou interlocutores. Essa é uma particularidade da conversação em Rede (RECUERO, 2014). E mesmo que as realizações linguísticas do(s) sujeito(s) enunciator(es) apontasse(m) para um destinatário em especial – o que não foi observado nesta Descrição –, esse destinatário não seria o único, já que os espaços de escrita do Facebook ou das páginas que alberga são livres, de modo que qualquer pessoa que leia as postagens torna-se um enunciatário. Além disso, um dos pontos mais fortes dessa rede social é a possibilidade e a capacidade de manter pessoas conectadas (SPADARO, 2013).

Desse modo, a compreensão de como o fenômeno referencial dêitico ocorre no texto digital só é possível se forem levadas em conta as peculiaridades da comunicação no ambiente virtual, sobretudo, no que diz respeito à identificação de quem são os interlocutores no ato de comunicação, já que “as expressões referenciais dêiticas [...], para serem reconhecidas, exigem que se saiba quem fala, com quem se fala, onde e quando se passa a comunicação” (CAVALCANTE, 2012. p. 129).

Além dos dispositivos dêiticos, também percebemos a presença de anáforas correferenciais, como podemos observar a partir das Unidades de Significado explicitadas nestas realizações linguísticas:

Acho que **ela** quer é se aparecer, porque tem muita gnt que vive com menos de um de 1 salário, **ela** quer é enricar (S1)

Só acho que **ela** passou dos limites, como **a pessoa** pode ser tão gananciosa como **ela**, com um salário que **ela** ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e **Ø** ainda **fica** reclamando que é trabalho escravo, quem paga **ela** não é presidente ã, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem político

corrupto, por causa da ganância. **Coitada** virou **escrava**, sendo assim queria trabalhar no lugar **dela** e ganhar aquele salário. 😊 (S2)

**Ela** faz isso porque **Ø** nunca passou necessidade de verdade

Ao contrário **dela**, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário **dela** que usa nosso dinheiro para o benefício próprio e **Ø** ainda fica **insatisfeita** 😊

Se **ela** acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade **dela** de raciocínio é tão pequena que nem chega que nem chega a mobilizar-se por pessoa que não tem dinheiro suficiente nem pra comprar o que comer as vezes 😊 (S3)

Pra mim, **essa Ministra** nunca passou necessidade de verdade, pois, como **Ministra dos Direitos humanos** **Ø** deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre **suas** necessidades? Queria ver se **ela** sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro. (S4)

Nas realizações linguísticas dos sujeitos S1, S2, S3 e S4, a Unidade de Significado “**ela**” ou a forma contraída (preposição + pronome) “**dela**” (S2), tanto nestas formas explícitas quanto na forma elíptica (... e **Ø** ainda **fica** reclamando... S2 /... porque **Ø** nunca passou necessidade de verdade... S3 /... e **Ø** ainda fica **insatisfeita** 😊 S3 /... **Ø** deveria saber... S4) e pronome “**suas**”, em “Como R\$ 31 mil não supre **suas** necessidades?” (S4), são dispositivos referenciais anafóricos fundamentais para a nossa compreensão acerca do “querer de dizer” desses sujeitos (KOCH, 2010, 2015, 2017). Isto é, para compreendermos aquilo que é enunciado nessas realizações linguísticas, precisamos saber a quem os pronomes “**ela**” e “**suas**” se remetem.

Se nos restringirmos ao aspecto cotextual dos comentários, veremos que o referente dos pronomes “**ela**” e “**suas**” encontra-se nas realizações linguísticas do sujeito S4, com formas anafóricas também ancoradas no texto-fonte:

Pra mim, **essa Ministra** nunca passou necessidade de verdade, pois, como **Ministra dos Direitos humanos** **Ø** deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre **suas** necessidades? Queria ver se **ela** sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro. (S4)

Além desses pronomes anafóricos, ainda temos formas recategorizadoras:

...como **a pessoa** pode ser tão **gananciosa**... / **Coitada** virou **escrava**, sendo assim queria trabalhar no lugar **dela** e ganhar aquele salário. (S2)

No entanto, o(s) sentido(s) de um texto não nos é(são) dado(s) apenas por elementos do sistema léxico-gramatical presos ao cotexto. Esses elementos, mesmo tendo sua importância na perspectiva sociocognitivo-discursiva, não são suficientes para que cheguemos a uma compreensão plena do texto. Desse modo, retomando a proposta de Matos (2018), voltada ao conjunto das redes referenciais e seus múltiplos

entrelaçamentos de sentidos, dos quais os sujeitos, no ato discursivo, podem lançar mão para a construção dos referentes, vemos a necessidade de considerarmos o contexto, cujas associações diversas interconectam os referentes, em prol da manutenção da coerência do texto.

Essa maneira de conceber a referenciação coaduna-se com o pensamento de Ricoeur (1996), quando propõe uma semântica de profundidade e, ao mesmo tempo, uma referência não ostensiva, isto é, uma forma de referir que não se limita ao sentido estrito de uma palavra isolada, pensamento esse compartilhado por Boechat (2009), ao afirmar que,

[...] na prática de uso da linguagem, é possível ter uma compreensão sempre diferente do significado da palavra, porque o significado da palavra somente faz sentido ao considerar as referências ou circunstâncias do jogo de linguagem (BOECHAT, 2009, p. 426).

Logo, se levarmos em conta as circunstâncias nas quais os comentários e, conseqüentemente, as realizações linguísticas foram geradas, perceberemos que o conhecimento que os sujeitos têm sobre a realidade, nesse caso, sobre a dinâmica da política brasileira e seus principais acontecimentos, como o processo eleitoral, os escândalos e polêmicas em que os políticos estão envolvidos e demais aspectos aos quais têm acesso pelos meios de comunicação de massa e/ou pela Internet, são fatores contextuais importantíssimos para construção dos referentes e, portanto, para a construção de sentido(s).

Em se tratando de comentários facebookianos, como os que aqui analisamos, para compreendermos o(s) sentido(s) a partir de dispositivos referenciais, é necessário considerarmos algumas particularidades da comunicação em rede, como o comentário em si mesmo, os elos associativos e semânticos que mantém com os outros comentários ou com o texto-fonte, além dos aspectos que somente nos são dados por meio de inferência e pela observação do contexto. Não é à toa a afirmação de Recuero (2014, p. 146) de que “definir e negociar o contexto é uma necessidade para a conversação em rede”.

A própria noção de correferencialidade é ressignificada na escrita em espaço virtual. O texto digital possui dimensões outras que o diferem dos textos que jazem em páginas impressas convencionais, como já o dissemos em nosso arcabouço teórico, sobretudo no que diz respeito ao seu caráter hipertextual (BARTON; LEE, 2015).

Podemos ainda nos perguntar sobre esta Descrição em análise se os comentários nela contidos são de fato textos, se possuem unidade de sentido, de que forma seus enunciados são percebidos como coerentes e qual a intenção de seus enunciadorees, e chegaremos à resposta de que não importa se um texto tem pequena extensão (como um comentário facebookiano), “mesmo sendo bem curto, também apresenta uma unidade de sentido e uma intenção, além de constituir uma comunicação completa” (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 18).

Assim, tomamos como direção na análise das Unidades de Significado, tanto desta quanto das demais Descrições, o pressuposto de que

A análise do contexto de produção passa, obrigatoriamente, por um trabalho cognitivo, essencialmente colaborativo, do interlocutor, que, por isso mesmo, deve ser entendido como um *coenunciador*, aquele que participa ativamente da construção da coerência. Reconhecer os elementos contextuais pertinentes para a unidade de sentido requer a (re)ativação de conhecimentos armazenados em nossa memória. Esses conhecimentos prévios têm, em sua raiz, um caráter sócio-histórico do texto e da coerência. A ativação e a reativação de tais conhecimentos são fundamentais para o processo de interação, uma vez que a superfície textual. Ou cotexto, é inerentemente “incompleta” (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 21-22).

Em continuidade à nossa análise, percebemos, por meio das Unidades de Significado explicitadas, uma significativa presença da argumentatividade nos comentários, aspecto também observado nas demais Descrições. Na Descrição 3, o foco da argumentação é o “pedido de aumento salarial por parte da Ministra dos Direitos Humanos no governo Temer”, como informado inicialmente. Para argumentarem, os sujeitos interagentes utilizam uma estratégia comum: a construção de referentes que acentuam como negativa a atitude da Ministra ao pedir esse aumento, em comparação do seu salário com o salário mínimo da maioria da população, conforme podemos comprovar nas Unidades de Significado destacadas nas seguintes realizações linguísticas:

*Acho que **ela quer é se aparecer**, porque tem muita gnt que vive com menos de [um de 1 salário], **ela quer é enricar** (S1)*

*Só acho que **ela passou dos limites**, como **a pessoa pode ser tão gananciosa como ela**, com [um salário que **ela ganhar**] dar pra pagar **uns 6 professores**, e ainda **fica** reclamando que é **trabalho escravo**, quem paga **ela** não é presidente ã, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem político corrupto, por causa da ganância. **Coitada** virou **escrava**, sendo assim **queria trabalhar no lugar dela e ganhar [aquele salário]**. ☹️ (S2)*

***Ela faz isso** porque **nunca passou necessidade de verdade***

Ao contrário *dela*, essas pessoas que recebem [**salário mínimo**] pelo menos lutam pra colocar **comida na mesa**, ao contrário *dela* que usa **nosso dinheiro** para **o benefício próprio** e ainda fica **insatisfeita** ☹

Se *ela* acha que ficar sem ir ao salão é difícil, **a capacidade dela de raciocínio é tão pequena** ... ☹ (S3)

Pra mim, **essa Ministra nunca passou necessidade de verdade**, pois, como **Ministra dos Direitos humanos** deveria saber que **o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco**. **Como R\$ 31 mil não supre suas necessidades?** *Queria ver se ela sobreviveria com [um salário mínimo do cidadão brasileiro]*. (S4)

Dessas realizações linguísticas, destacamos uma passagem em que o sujeito faz uso de ironia como recurso expressivo e argumentativo (MACHADO, 2014; KOCH, 2011):

*...Coitada virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário...* (S2)

Destacamos, também, os *emoticons*<sup>25</sup>, Unidades de Significado que funcionam como recurso argumentativo paralinguístico e, portanto, como referentes semióticos, com a intenção de expressar decepção, descontentamento e reprovação:

*...queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário.* ☹ (S2)

*... e ainda fica insatisfeita* ☹ (S3)

*... a capacidade dela de raciocínio é tão pequena ...* ☹ (S3)

Esses recursos “entram na conversação para ampliar a negociação de sentido, resultante da imbricação da linguagem pictórica com linguagem escrita” (ARAÚJO, 2010, p. 131), uma estratégia característica das interações comunicativas em redes sociais da Internet (ARAÚJO, 2010; MARCUSCHI, 2010, SHEPHERD, SALIÉS, 2013; BARTON, LEE, 2015), convergente com a afirmação de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), os quais propõem que

A existência de um texto está atrelada à possibilidade de se atribuir coerência a uma dada ocorrência comunicativa (não necessariamente linguística). A coerência surge da percepção de uma unidade negociada de sentido que **depende da intenção argumentativa do locutor, da coparticipação do interlocutor, das indicações marcadas na superfície do texto e de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados** (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, p. 21 – destaque nosso).

Portanto, a intenção argumentativa dos sujeitos influencia no processo de construção dos referentes, já que eles existem em função daquilo que pretendem dizer

<sup>25</sup> Termo de origem inglesa (*emotion + icons* ou ícones de emoção).

no ato comunicativo/discursivo. Na Descrição 3, também encontramos um caso de recategorização atributiva, possibilitando uma relação de interdependência temático-semântica (RONCARATI, 2010), presente na Unidade de Significado destacada da seguinte realização linguística:

*Pra mim, **essa Ministra** nunca passou necessidade de verdade, pois, como **Ministra dos Direitos humanos** Ø deveria saber [...] (S4)*

A Unidade de Significado “*essa Ministra*” é recategorizada atributivamente pela expressão referencial “*Ministra dos Direitos humanos*”.

Além da recategorização atributiva, constatamos a ocorrência do fenômeno de encapsulamento anafórico nas Unidades de Significado destacadas nas realizações linguísticas a seguir:

*Ela faz **isso** porque nunca passou necessidade de verdade  
Ao contrário dela, **essas pessoas** que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa... (S4)*

O pronome demonstrativo “*isso*” não se refere a um elemento específico do cotexto, mas encapsula aquilo que é dito sobre as atitudes da Ministra dos Direitos Humanos nas realizações e é propagado difusamente nas realizações linguísticas dos sujeitos ou no contexto. O mesmo acontece com anafórica “*essas pessoas*”, que não retoma pessoas em especial, mas encapsula e faz referência indireta a todos aqueles que, ao contrário da Ministra em questão recebem um salário mínimo ou menos ainda.

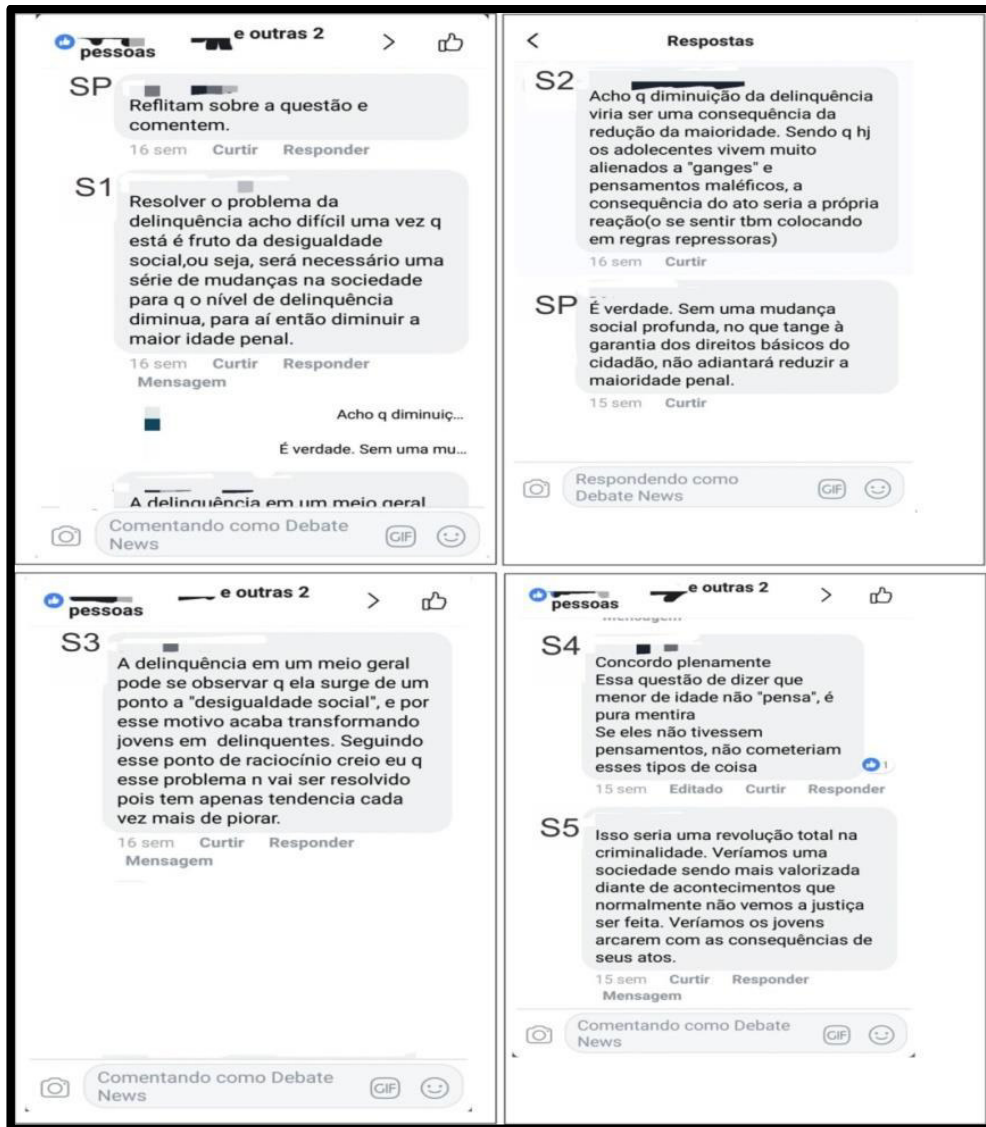
### Síntese da **Descrição 3**

Na **Descrição 3**, os sujeitos realizam o processo de referenciação:

- ✓ Com realizações dêiticas
- ✓ Com anáfora correferencial
- ✓ Com introdução referencial ancorada
- ✓ Com anáfora indireta
- ✓ Com referentes paralinguísticos
- ✓ Com anáfora encapsuladora
- ✓ Com recategorização atributiva
- ✓ Com construção de referentes para fins argumentativos



DESCRIÇÃO 4



Fonte: www.facebook.com

Quadro 8: Unidades de Significado da Descrição 4

SUJEITOS	REALIZAÇÕES LINGÜÍSTICAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
S1	Resolver o problema da delinquência acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social, ou seja, será necessário uma série de mudanças na sociedade para q o nível de delinquência diminua, para aí então diminuir a maioridade penal.	<i>o problema da delinquência acho difícil fruto da desigualdade social ou seja uma série de mudanças na sociedade para q o nível de delinquência diminua diminuir a maioridade penal</i>
S2	Acho q a diminuição da delinquência viria a ser uma consequência da redução da maioridade. Sendo q hj os adolescentes vivem muito alienados a "ganges" e pensamentos maléficos, a consequência	<i>Acho q a diminuição da delinquência uma consequência da redução maioridade hj os adolescentes vivem alienados a "ganges" e pensamentos maléficos</i>

	do ato seria a própria reação(o se sentir tbm colocando em regras repressoras)	<i>a consequência do ato a própria reação (o se sentir tbm colocando em regras repressoras)</i>
<b>S3</b>	A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “a desigualdade social”, e por esse motivo acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo esse ponto de raciocínio creio q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar.	<i>A delinquência em um meio geral “desigualdade social” esse motivo jovens / delinquentes esse ponto de raciocínio creio esse problema tendencia cada vez mais de piorar</i>
<b>S4</b>	Concordo plenamente Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira Se eles não tivessem pensamentos, não cometeriam esses tipos de coisa	<i>Concordo plenamente Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa” pura mentira Se eles esses tipos de coisa</i>
<b>S5</b>	Isso seria uma revolução total na criminalidade. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos a justiça ser feita. Veríamos os jovens arcarem com as consequências de seus atos.	<i>Isso uma revolução total na criminalidade Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada Veríamos os jovens arcarem com as consequências de seus atos.</i>

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor

O texto-fonte que dá origem aos comentários na Descrição 4 aborda um tema polêmico: a redução da maioridade penal. Esse tema foi proposto na página Debate News por meio de *link* da matéria veiculada no site Jusbrasil, intitulada “*Redução da maioridade penal*” e texto-legenda: “*A redução da maioridade penal resolve o problema da delinquência juvenil?*”<sup>26</sup>”.

Na Descrição 4, assim como nas demais Descrições já analisadas aqui, as realizações linguísticas, a partir das quais são explicitadas as Unidades de Significado, são efetivadas por sujeitos enunciadores identificados por meio da dêixis pessoal, dispositivo referencial que pode ser observado em:

*Resolver o problema da delinquência [eu] acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social... (S1)*

*[Eu] Acho q a diminuição da delinquência viria a ser uma consequência da redução da maioridade. (S2)*

*...[eu] creio q esse problema n vai ser resolvido (S3)*

*[Eu] Concordo plenamente*

*Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira (S4)*

<sup>26</sup> Disponível em: Jusbrasil: <<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/364174845/reducao-da-maioridade-penal>>.

O “tu” (ou “você”) “é o Outro que, mediante o processo de constitutivo da ‘realidade humana do diálogo’, ‘eu’ coloca necessariamente como a única ‘pessoa’ imaginável além do ‘eu’” (LAHUD, 1979, p. 108).

Na realidade da conversação no Facebook (SPADARO, 2013), esse “outro” pode ser pontualmente identificado no cotexto, quando o enunciador cita o nome de outra(s) pessoa(s) na conversa/comentário, ou quando utiliza o recurso de “marcar<sup>27</sup>” o(s) “amigo(s)”, que são notificados automaticamente. Nesta Descrição, e nas demais analisadas, nenhuma dessas duas possibilidades foi utilizada, de forma que só conseguimos identificar os possíveis interlocutores por meio do contexto.

Podemos presumir os interlocutores mais prováveis desse “eu” dêitico como sendo o autor do *post* e/ou os demais sujeitos que participam do evento comunicativo. Esse fato nos leva a firmar que a realidade da comunicação em rede, nas tramas da hipertextualidade, é complexa, como explica Recuero (2014):

No ambiente mediado, o controle é muito menor, justamente porque não se percebem todos os participantes da conversação. [...] As conversações podem ser visualizadas não apenas pelos participantes membros da comunidade, mas também por quaisquer outros visitantes que simplesmente visitem seus fóruns. As interações são permanentes [...]. Mesmo na ausência dos interagentes, as interações permanecem ali, o que permite que outros atores retomem a conversação e passem a desenvolvê-la mesmo na ausência dos demais participantes (RECUERO, 2014, p. 146-147).

É por essa razão que podemos dizer que na conversação em rede, o fenômeno dêitico é ressignificado em suas dimensões fundamentais: a pessoal, a temporal e a espacial.

Na explicitação da Descrição 4, também encontramos casos de introduções referenciais ancoradas, que têm função de (re)ativação referencial, conforme as Unidades de Significado destacadas em:

*Resolver o problema da delinquência acho difícil... (S1)*

*Acho q a diminuição da delinquência viria a ser uma consequência da redução da maioria (S2)*

*A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “a desigualdade social” (S3)*

*Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”... (S4)*

*Isso seria uma revolução total na criminalidade (S5)*

<sup>27</sup> Esta informação está disponível, para qualquer usuário do Facebook, na âncora “Central de ajuda”.

Dizemos que essas Unidades de Significado são introduções ancoradas porque não correspondem a objetos de discurso totalmente novos, ou seja, não operam pela primeira vez categorizações do referente (KOCH, 2010), pelo contrário, esses objetos de discurso ora explicitados mantêm associação com o texto-fonte que deu origem aos comentários desta Descrição, semelhantemente ao que foi observado na análise Descrições 1 e 2.

Prosseguindo a análise da Descrição 4, deparamo-nos com a Unidades de Significado presentes em:

*A delinquência em um meio geral pode se observar q **ela** surge de um ponto “a desigualdade social”, e por **esse motivo Ø** acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo **esse ponto de raciocínio** creio q **esse problema** n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar. (S3)*

***Essa questão** de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira Se **eles** não tivessem pensamentos, não cometeriam **esses tipos de coisa** (S4)*

***Isso** seria uma revolução total na criminalidade. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos a justiça ser feita. Veríamos os jovens arcarem com as consequências de seus atos. (S5)*

Essas Unidades revelam o fenômeno referencial anáfora direta (correferencial), pois retomam precisamente referentes já construídos no (co)texto (CAVALCANTE, 2012). Isso pode ser visto na retomada cotextual, pelo pronome “*ela*” (na forma explícita) e pela expressão referencial “*esse problema*” (S3), do referente “*A delinquência*” em:

*[A delinquência] em um meio geral pode se observar q **ela** surge de um ponto “a desigualdade social”.../ creio q **esse problema** n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar. (S3)*

O mesmo acontece com a expressão referencial “*esse motivo*”, e com a forma elíptica “*Ø acaba transformando...*” (S3), que retomam o referente “*a desigualdade social*”:

*A delinquência em um meio geral pode se observar q **ela** surge de um ponto [“a desigualdade social”], e por **esse motivo Ø** acaba transformando jovens em delinquentes.*

Também encontramos anáfora direta quando o pronome “*eles*” (S4) faz menção direta a “*menor de idade*” (S4), como podemos comprovar em:

*Essa questão de dizer que [menor de idade] não “pensa”, é pura mentira  
Se **eles** não tivessem pensamentos, não cometeriam esses tipos de coisa  
(S4)*

Temos ainda, em relação a mecanismos referenciais que operam cotextualmente nessas realizações linguísticas, um caso de catáfora, de remissão prospectiva, identificada em:

***Essa questão** de dizer que menor de idade não “pensa” (S4)*

A expressão “*Essa questão*” aponta para frente: [de dizer que menor de idade não pensa]. Se tomarmos o enunciado em toda a sua extensão, veremos outra vez um caso de recategorização atributiva, na relação léxico-gramatical entre sujeito e predicativo do sujeito (RONCARATI, 2010): [Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”],/ [é pura mentira].

Para que o fenômeno anafórico aconteça, a correferencialidade não é algo obrigatória, isto é, não é necessário “que nova expressão represente precisamente um referente já construído no texto” (CAVALCANTE, 2012, p. 124), como ocorre com a expressão “*esse ponto de raciocínio*” (S3) que, mesmo aparecendo pela primeira vez, no contexto discursivo, torna-se bastante previsível. É o que podemos observar nas realizações linguísticas do sujeito S3:

*A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “a desigualdade social”, e por esse motivo Ø acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo **esse ponto de raciocínio** creio q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar. (S3)*

Nessas realizações linguísticas o sujeito S3 se vale de uma estratégia referencial indireta, ao empregar a Unidade de Significado “*esse ponto de raciocínio*” (S3). “Essa estratégia, em que um novo referente é apresentado como já conhecido, em virtude de ser inferível por processamento sociocognitivo do texto, é chamada anáfora indireta” (CAVALCANTE, 2012, p. 125).

Por outro lado, as realizações linguísticas dos sujeitos S4 e S5 nos põem, mais uma vez, diante da questão do contexto de produção como elemento “essencial para o reconhecimento do estatuto do texto e, conseqüentemente, de sua coerência” (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, p. 20). Em outras palavras, somente as estruturas léxico-gramaticais e cotextuais não são suficientes para que compreendamos o “querer dizer”, o projeto enunciativo dos sujeitos interagentes.

Analisando a Unidade de Significado destacada na realização linguística do sujeito S4, percebemos que essa Unidade, no caso “*esses tipos de coisa*” (S4), não retoma um elemento cotextual específico, conforme podemos comprovar a seguir:

*Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira  
Se eles não tivessem pensamentos, não cometeriam **esses tipos de coisa***  
(S4)

O contexto de produção nos permite afirmar que esse dispositivo referencial se remete “aos delitos cometidos por menores de idade”, um dado que só chega a nós por meio de inferência, pela observação do contexto. Como expressão referencial, a Unidade de Significado “*esses tipos de coisa*” (S4) funciona como anáfora encapsuladora, já que é capaz de encapsular elementos co(n)textuais que estão dispersos nas realizações linguísticas de todos os sujeitos interagentes na Descrição 4.

O fenômeno do encapsulamento também é percebido na realização linguística do sujeito S5:

***Isso** seria uma revolução total na criminalidade. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos a justiça ser feita. Veríamos os jovens arcarem com as consequências de seus atos.* (S5)

O pronome demonstrativo “*Isso*” (S5) faz referência, de forma indireta, à discussão realizada entre os sujeitos interagentes sobre a *delinquência juvenil e a redução da maioridade penal*. Como dispositivo referencial, “*Isso*” tem uma função resumitiva, assumindo também o papel de anáfora encapsuladora, pelas razões já apresentadas nas Descrições 1, 2 e 3.

Nesse caso, temos a confirmação de que a construção dos referentes é feita de forma negociada, em que o ato de referir, realizado dentro da perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva, não despreza o contexto sócio-histórico e cultural do sujeito, em vista de seu valor essencial para a construção de sentido(s), como já o dissemos em nosso arcabouço teórico sobre a referenciação. Pois de que outra forma, por exemplo, as realizações linguísticas do sujeito S5 seriam compreendidas, senão pelo contexto de produção?

Vale ressaltarmos que, como todas as Descrições aqui analisadas correspondem a comentários provocados a partir de um texto-fonte, a compreensão do “querer dizer” dos sujeitos passa pela perspectiva das redes referenciais e seus

múltiplos entrelaçamentos de sentido(s) – o que é, por sinal, uma característica marcante da hipertextualidade presente na comunicação digital – e pelo fato de suas realizações linguísticas serem unidas pelos elos semânticos da intertextualidade temática (KOCH, BENTES e CAVALCANTE, 2012), uma vez que ambos os sujeitos interagentes discutem sobre um mesmo assunto, justificando, dessa forma, a incidência de introduções ancoradas nesses comentários.

Todo o “projeto de dizer” dos sujeitos na Descrição 4, da mesma forma que nas demais, tem como finalidade a defesa de um ponto de vista, nesse caso específico, um posicionamento crítico dos sujeitos interagentes acerca da “redução da maioria e da delinquência juvenil”. Os objetos de discurso que compõem a arquitetura das suas realizações linguísticas demonstram isso, como podemos observar a partir das Unidades de Significado a seguir:

*S1: o problema da delinquência / fruto da desigualdade social / uma série de mudanças na sociedade / diminuir a maioria penal*

*S2: a diminuição da delinquência / uma consequência da redução da maioria / os adolescentes / alienados a “ganges” e pensamentos maléficos / a consequência do ato / própria reação / o se sentir tbm colocando em regras repressoras*

*S3: A delinquência em um meio geral / um ponto / “a desigualdade social” / esse motivo / jovens / delinquentes / esse ponto de raciocínio / esse problema*

*S4: Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa” / pura mentira / pensamentos / esses tipos de coisa*

*S5: uma revolução total na criminalidade / uma sociedade sendo mais valorizada / a justiça ser feita / acontecimentos / os jovens / as consequências de seus atos*

Essas Unidades de Significado coincidem com os referentes construídos pelos sujeitos em função de suas intencionalidades discursivo-argumentativas, uma vez que “o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso<sup>28</sup> no sentido de determinadas conclusões constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo” (KOCH, 2011, p. 17). Em outras palavras, não há neutralidade nas realizações linguísticas dos sujeitos, uma vez que cada um, ao seu modo, busca por meio da linguagem demonstrar seu ponto de vista sobre o tema em discussão, no caso em questão, a redução da maioria penal.

---

<sup>28</sup> Tornamos a explicar que em nosso trabalho não entendemos “discurso” como os teóricos da Análise do Discurso, mas “práticas discursivas”, como “realizações linguísticas”.

## Síntese da **Descrição 4**

Na **Descrição 4**, os sujeitos realizam o processo de referenciação:

- ✓ Com realizações dêiticas
- ✓ Com introdução referencial ancorada
- ✓ Com anáfora correferencial
- ✓ Com anáfora indireta
- ✓ Com anáfora encapsuladora
- ✓ Com uso de catáfora
- ✓ Com construção de referentes para fins argumentativos

### 6.2.2 Análise Nomotética: Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas

Na Análise Nomotética, etapa em que realizamos um movimento de aproximação e afastamento em relação ao fenômeno, buscamos perceber as convergências e idiosincrasias dos sentidos já iluminados pela Análise Ideográfica. Por meio das confluências das Unidades de Significado, identificamos as categorias abertas, assim chamadas por não serem determinadas aprioristicamente, que são analisadas com a intenção de fazer aparecer os encadeamentos de sentido possibilitados pelas Descrições dos sujeitos da pesquisa.

#### 6.2.2.1 Identificação das Categorias Abertas

Uma vez concluída a explicitação das descrições dos sujeitos, realizamos o cruzamento ou interconexão das Unidades de Significado, as quais convergiram para as categorias abertas, cuja nomeação feita pelo pesquisador, dentro dos pressupostos metodológicos da fenomenologia, acontece mediante um olhar aprofundado que explicita nuances do fenômeno investigado.



Em nossa pesquisa, as categorias abertas não recriam as categorias já existentes dentro dos processos referenciais, ou seja, não são invenções novas. São abertas em razão da maneira como foram explicitadas, a partir daquilo que o fenômeno referenciação, naturalmente, nos revelou. É por isso que em fenomenologia o movimento fundamental é o de “ir às coisas mesmas” (HUSSERL, 2006).

Essas Unidades de Significado e as categorias abertas estão identificadas no quadro a seguir:

QUADRO 9 – Quadro de Convergência das Descrições e Identificação das Categorias Abertas

CATEGORIAS ABERTAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO	DESCRIÇÕES
INTRODUÇÃO INTERTEXTUAL	<i>ñ existe <b>dependência do cll</b> na minha opinião (S1)</i>	D1
	<i>Não deveria permitir, todos deveriam ter isso em mente, isso de não usar a <b>liberdade de expressão</b> como discurso de ódio (S1)</i>	D2
	<i>...<b>liberdade</b> temos q ter, mas o bom senso, educação e empatia tem que vir nos acompanhando (S1)</i>	D2
	<i><b>Liberdade de expressão</b> é uma coisa que deve ser limitada... (S4)</i>	D2
	<i><b>Liberdade de expressão</b> é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite (S5)</i>	D2
	<i>... muitas pessoas aproveitam a <b>liberdade de expressão</b> para ofender os outros (S6)</i>	D2
	<i>Pra mim, <b>liberdade de expressão</b> é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (S7)</i>	D2
	<i>As <b>redes sociais</b> não deveriam permitir certos tipos de publicações / A <b>rede social</b> está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros (S2)</i>	D2
	<i>...usar <b>as redes sócias</b> sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real (S3)</i>	D2
	<i>Pra mim, <b>essa Ministra</b> nunca passou necessidade de verdade ... (S4)</i>	D3
	<i>Resolver <b>o problema da delinquência</b> acho difícil... (S1)</i>	D4
<i>Acho q a diminuição da <b>delinquência</b> viria a ser uma consequência da redução da maioria (S2)</i>	D4	

	<p><b>A delinquência</b> em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “a desigualdade social” (S3)</p> <p>Essa questão de dizer que <b>menor de idade</b> não “pensa”... (S4)</p> <p>Isso seria uma revolução total na <b>criminalidade</b> (S5)</p>	<p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p>
<p><b>CONSTRUÇÕES ANAFÓRICAS</b></p>	<p>[...] nunca uma pessoa realmente poderia dizer que o cli tá virando <b>uma “droga”</b>... (S1)</p> <p>para mim, nunca foi <b>uma droga</b>, logo n vejo nada de tão interessante (S1)</p> <p>Discordo...acho que é <b>uma droga</b>. Assim como jogos etc.. (S2)</p> <p>...quase não percebemos o quão ficamos alienados a <b>certos vícios</b> q podem sim nos levar a <b>doenças psíquicas</b> (S3)</p> <p>As pessoas acham tão natural, que não percebem que <b>isso</b> se torna <b>um vício</b> (S4)</p> <p>mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante a ponto de dedicarem sua própria vida a <b>isso</b> (S2)</p> <p>...o que mais se vê atualmente, pessoas usando <b>esse direito</b> para ofender qualquer coisa possível (S1)</p> <p>A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins, e <b>isso</b> não é bom (S2)</p> <p>Acho que <b>ela</b> quer é se aparecer, porque tem muita gnt que vive com menos de um de 1 salário, <b>ela</b> quer é enricar (S1)</p> <p>Só acho que <b>ela</b> passou dos limites, como a pessoa pode ser tão gananciosa como <b>ela</b>, com um salário que <b>ela</b> ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e <b>Ø</b> ainda fica reclamando que é trabalho escravo, quem paga <b>ela</b> não é presidente ã, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem político corrupto, por causa da ganância. Coitada virou <b>escrava</b>, sendo assim queria trabalhar no lugar <b>dela</b>... (S2)</p> <p><b>Ela</b> faz isso porque <b>Ø</b> nunca passou necessidade de verdade</p> <p>Ao contrário <b>dela</b>, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário <b>dela</b> que usa nosso</p>	<p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D3</p> <p>D3</p> <p>D3</p>

	<p>dinheiro para o benefício próprio e Ø ainda fica insatisfeita...</p> <p>Se <b>ela</b> acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade <b>dela</b> de raciocínio...(S3)</p> <p>.... Ø deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre <b>suas</b> necessidades? Queria ver se <b>ela</b> sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro. (S4)</p> <p>A delinquência em um meio geral pode se observar q <b>ela</b> surge de um ponto “a desigualdade social”, e por <b>esse motivo</b> Ø acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo <b>esse ponto de raciocínio</b> creio q <b>esse problema</b> n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar. (S3)</p> <p>Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira Se <b>eles</b> não tivessem pensamentos, não cometeriam <b>esses tipos de coisa</b> (S4)</p> <p><b>Isso</b> seria uma revolução total na criminalidade (S5)</p>	<p>D3</p> <p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p>
REFERENTE PROSPECTIVO	<p>Não deveria permitir, todos deveriam ter <b>isso</b> em mente, / <b>isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio...</b> (S1)</p> <p>Essa questão / <b>de dizer que menor de idade não “pensa”</b> (S4)</p>	<p>D2</p> <p>D4</p>
SUJEITOS ENUNCIADORES	<p>ñ existe dependência do cll na <b>minha</b> opinião / só <b>[eu] acho</b> errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o cllr em vez de brincar (S1)</p> <p>...para <b>mim</b>, nunca foi uma droga, logo <b>[eu] n vejo</b> nada de tão interessante (S1)</p> <p><b>[Eu] Discordo...</b> [eu] acho que é uma droga ... (S2)</p> <p><b>[Eu] Discordo</b> tbm ... (S3)</p> <p><b>[Eu] Concordo</b> (S4)</p> <p><b>[Eu] Creio</b> q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite (S3)</p> <p>Pra <b>mim</b>, liberdade de expressão é <b>você</b> expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (S7)</p> <p>Se <b>você</b> é arrogante, naturalmente não será educada! (S7)</p> <p><b>[Eu] Acho</b> que ela quer é se aparecer... (S1)</p>	<p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D3</p> <p>D3</p>

	<p><b>[Eu]</b> Só <b>acho</b> que ela passou dos limites... /.... <b>[eu]</b> <b>queria</b> trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☺ (S2)</p> <p><b>[Eu]</b> <b>Quer</b>ia ver se ela sobreviveria... (S4)</p> <p>Pra <b>mim</b>, essa Ministra nunca passou necessidade de verdade... (S5)</p> <p>Resolver o problema da delinquência <b>[eu]</b> acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social... (S1)</p> <p><b>[Eu]</b> <b>Acho</b> q a diminuição da delinquência viria a ser uma consequência da redução da maioridade. (S2)</p> <p>...<b>[eu]</b> <b>creio</b> q esse problema n vai ser resolvido (S3)</p> <p><b>[Eu]</b> Concordo plenamente Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira (S4)</p>	<p>D3</p> <p>D3</p> <p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p>
<p><b>REFERENTES ARGUMENTATIVOS</b></p>	<p>logo n vejo <b>nada de tão interessante</b> (S1)</p> <p><b>verdade</b> (S2)</p> <p>mas algumas pessoas vêem como <b>algo tão interessante</b> (S2)</p> <p>isso de não usar a liberdade de expressão como <b>discurso de ódio</b> (S1)</p> <p>Sim, pois liberdade temos q ter, mas <b>o bom senso, educação e empatia</b> tem que vir nos acompanhando (S1)</p> <p>Creio q para haver <b>uma harmonia entre ambas as partes</b> deveria existir <b>um limite</b> e também pq usar as redes sócias sem ter <b>um filtro</b> pode nos expor a <b>vários perigos</b> tanto cibernético como na <b>própria vida real</b>, uma vez q nem sempre sabemos quem ta do outro lado da tela (S3)</p> <p>Liberdade de expressão é <b>uma coisa que deve ser limitada</b>, chega a ser até comprometedor alguém expressar <b>ofensas</b> à outra pessoa. Tudo tem <b>limite</b> (S4)</p> <p>Pra mim, liberdade de expressão é você expor <b>uma ideia de forma educada</b> e não perder a <b>classe</b>. Se você é arrogante, naturalmente não será educada! (S7)</p> <p><b>Um erro</b> é por isso que só tem <b>político corrupto</b>, por causa da <b>ganância</b>. Coitada virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☺ (S2)</p>	<p>D1</p> <p>D1</p> <p>D1</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D2</p> <p>D3</p>

	<p><i>Ela faz isso porque nunca passou <b>necessidade de verdade</b></i>  <i>Ao contrário dela, essas pessoas que recebem <b>salário mínimo</b> pelo menos lutam pra colocar <b>comida na mesa</b>, ao contrário dela que usa nosso dinheiro para <b>o benefício próprio</b> e ainda fica insatisfeita ☹️ (S3)</i></p> <p><i>Resolver o problema da delinquência acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social, ou seja, será necessário <b>uma série de mudanças na sociedade</b> para q o nível de delinquência diminua, para aí então diminuir <b>a maioria penal</b>. (S1)</i></p> <p><i>Acho q <b>a diminuição da delinquência</b> viria a ser <b>uma consequência da redução da maioria</b>. Sendo q hj os adolescentes vivem muito alienados a <b>“ganges”</b> e <b>pensamentos maléficos</b>, a consequência do ato seria a própria reação(o se sentir tbm colocando em regras repressoras) (S2)</i></p> <p><i>A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto <b>“a desigualdade social”</b>, e por esse motivo acaba transformando jovens em <b>delinquentes</b>. Seguindo esse ponto de raciocínio creio q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar (S3)</i></p> <p><i>Isso seria <b>uma revolução total na criminalidade</b>. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos <b>a justiça</b> ser feita. Veríamos <b>os jovens</b> arcarem com <b>as consequências de seus atos</b>. (S5)</i></p>	<p>D3</p> <p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p> <p>D4</p>
--	---	---

#### 6.2.2.2 Interpretação dos Resultados

De acordo com o apontado no item 6.2.2.1, a partir do qual colocamos em evidência as convergências das Descrições reveladas pelo processo referencial ocorrido na rede social Facebook, num esforço epistemológico pautado na reflexão e na compreensão. Buscamos tornar visível o fenômeno por nós estudado, ressaltando a convergência entre o fazer fenomenológico e a construção de sentido(s) por meio de processos referenciais, sobretudo, ao tomarmos como premissa básica a ideia de que

A *Analítica do Sentido* deve permitir a busca e a manifestação do sentido que ser *faz/tem* para os homens (individual e coletivamente) em seu ôntico<sup>29</sup>, concreto e histórico ser-no-mundo-lidando-com-as-coisas-e-falando-com-os-outros (CRITELLI, 2006, p. 146).

Para tanto, procuramos não perder de vista a Questão Norteadora que nos guiou em nossa trajetória metodológica: Como o processo de referenciação se realiza no texto digital?

Assim, iniciamos o processo de compreensão das cinco categorias oriundas das Descrições aqui analisadas: *Introdução Intertextual*, *Construções Anafóricas*, *Sujeitos Enunciadores*, *Referentes Argumentativos*, *Referentes Prospectivos*.

Partindo dessas categorias, prosseguimos com a leitura dos dados da investigação, aprofundando nossa percepção acerca do texto/discurso, buscando reconstruir seus pormenores (partes), para termos uma visão do todo (RICOEUR, 1991), com o entendimento de que

[...] toda a interpretação coloca o intérprete *in medias res* e nunca no início ou no fim. Nós surgimos, de certo modo, a meio de uma conversa que já começou e na qual tentamos orientar-nos, a fim de podermos também fornecer-lhe o nosso contributo (RICOEUR, 1991, p. 58).

Com essa perspectiva, adentramos novamente no universo do texto/discurso e direcionamos a nossa consciência com o propósito de realizar uma reflexão mais acentuada sobre as categorias abertas, para atribuímos sentido a cada uma delas, em particular, sem, contudo, deixarmos de considerar a inter-relação que mantêm entre si, já que essas categorias surgem de forma amalgamada e imbricada. Dessa forma, mais uma vez, ratificamos nossa adesão à linha teórica ricoeuriana acerca da interpretação no âmbito textual, uma vez que “a escolha pelo sentido é, pois, o pressuposto mais geral de toda a hermenêutica” (RICOEUR, 1991, p. 65). Essa propositura somada à de outros autores nos guiaram em nossa busca pela compreensão.

A primeira categoria aberta a passar por um processo de clarificação/significação nesta parte da análise é *Introdução Intertextual*, manifestada

---

<sup>29</sup> “Existente: distinto de ontológico, que se refere ao ser categorial, isto é, à essência ou à natureza do existente. Por exemplo, a propriedade e empírica de um objeto é uma propriedade O.; a necessidade ou a possibilidade é uma propriedade ontológica” (ABBAGNANO, 2012, p. 848).

em todas as Descrições aqui analisadas, a partir das Unidades de Significado destacadas em:

*ñ existe **dependência do cll** na minha opinião (D1)*  
*Não deveria permitir, todos deveriam ter isso em mente, isso de não usar a **liberdade de expressão** como discurso de ódio (D2)*  
*...**liberdade** temos q ter, mas o bom senso, educação e empatia tem que vir nos acompanhando (D2)*  
***Liberdade de expressão** é uma coisa que deve ser limitada... (D2)*  
***Liberdade de expressão** é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite (D2)*  
*... muitas pessoas aproveitam a **liberdade de expressão** para ofender os outros (D2)*  
*Pra mim, **liberdade de expressão** é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (D2)*  
*As **redes sociais** não deveriam permitir certos tipos de publicações / A **rede social** está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros (D2)*  
*...usar **as redes sócias** sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real (D2)*  
*Pra mim, **essa Ministra** nunca passou necessidade de verdade ... (D3)*  
*Resolver **o problema da delinquência** acho difícil... (D4)*  
*Acho q a diminuição da **delinquência** viria a ser uma consequência da redução da maioria (D4)*  
***A delinquência** em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “a desigualdade social” (D4)*  
*Essa questão de dizer que **menor de idade** não “pensa”... (D4)*  
*Isso seria uma revolução total na **criminalidade** (D4)*

Nessas Unidades de Significado, são encontradas as seguintes *Introduções Intertextuais*: *dependência do cll (D1)*, *liberdade de expressão (D2)*, *redes sociais (D2)*, *essa Ministra (D3)*, *o problema da delinquência / menor de idade / criminalidade (D4)*.

Ao construírem discursivamente esses referentes, no ambiente interacional da rede social Facebook, os sujeitos interagentes realizam, então, o ato de referir, isto é, o “ato de ‘falar de algo’, o que [...], implica a indicação da coisa da qual se está falando” (ANTUNES, 2017, p. 95), ratificando um outro aspecto fundamental das interações sociocomunicativas: “As palavras são a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem” (ANTUNES, 2012, p. 27).

Koch (2017) propõe que sejam incluídas entre os casos de *Introdução Intertextual* as nominalizações, explicando que se trata de

uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. Assim definida, a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades (KOCH, 2017, p. 71).

Esse é o caso dos objetos de discurso de que estamos tratando: *dependência do cll* (D1), *liberdade de expressão* (D2), *redes sociais* (D2), *essa Ministra* (D3), *o problema da delinquência / menor de idade / criminalidade* (D4). Assim, ao colocarmos, como propõe Ricoeur (1991), *in medias res*, para darmos um contributo à interpretação, percebemos que os referentes construídos a partir desses sintagmas nominais têm como função principal, na dinamicidade do processo de referenciação no texto digital, o estabelecimento de nexos co(n)textuais com os textos-fonte, em virtude da manutenção da unidade semântica, já que a “coisa” de que os sujeitos interagentes falam/comentam corresponde aos temas centrais desses textos. Além disso, como nos afirma Antunes (2010),

Um texto se desenvolve em torno de um tema, ou de um tópico ou, ainda, daquilo que, convencionalmente, se costuma chamar de ideia central. Essa unidade funciona como *um fio, um eixo*, que faz cada parte, cada segmento convergir para um *centro* (ANTUNES, 2010, p. 67).

Assim, retomemos algumas Unidades de Significado das realizações linguísticas concernentes a cada uma das quatro Descrições, para melhor compreendermos essa estreita relação entre as *Introduções Intertextuais* aqui analisadas e os respectivos textos-fonte.

Quadro 10: Quadro Ilustrativo da Relação Introdução Intertextual /Texto-Fonte

DESCRIÇÃO	UNIDADES DE SIGNIFICADO	TEXTO-FONTE / LINK / DISCUSSÃO
D1	<i>ñ existe dependência do cll na minha opinião</i>	<b>Post: Nomofobia: a dependência do celular</b> <b>Link:</b> < <a href="http://veja.abril.com.br/blog/letra-de-medico/nomofobia-a-dependencia-do-telefone-celular-este-e-o-seu-caso/">http://veja.abril.com.br/blog/letra-de-medico/nomofobia-a-dependencia-do-telefone-celular-este-e-o-seu-caso/</a> >. <b>Encaminhamento da discussão:</b> <i>O que você pensa sobre essa questão?</i>
D2	<i>Liberdade de expressão é o direito de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento, opinião, porém há um limite</i>	<b>Post: a liberdade de expressão nas redes sociais</b> <b>Link:</b> < <a href="http://www.abi.org.br/estudo-destaca-a-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/">http://www.abi.org.br/estudo-destaca-a-liberdade-de-expressao-nas-redes-sociais/</a> >. <b>Encaminhamento da discussão:</b> <i>As Redes Sociais são uma “zona livre”, onde podemos dizer tudo o que pensamos, ou deve haver algum limite para a manifestação do pensamento? “liberdade de expressão” permite ofensa? Pense sobre isso e comente!</i>
D3	<i>Pra mim, essa Ministra nunca passou necessidade de verdade</i>	<b>Post: pedido de aumento salarial pela Ministra dos Direitos Humanos no governo Temer</b> <b>Link:</b> < <a href="https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/13/interna_politica,916323/apos-polemica-sobre-salario-ministra-dos-direitos-humanos-diz-que-e.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/11/13/interna_politica,916323/apos-polemica-sobre-salario-ministra-dos-direitos-humanos-diz-que-e.shtml</a> >. <b>Encaminhamento da discussão:</b> <i>Leia e não deixe de dar sua opinião sobre esta polêmica: A atual Ministra dos Direitos Humanos diz que com o salário de R\$ 31 ml por mês “é difícil se vestir, se alimentar,</i>



		<i>calçar e ir ao salão de beleza”, chega a afirmar também que trabalhar em Brasília sem uma remuneração à altura seria como “trabalho escravo”. Enquanto isso, por outro lado, há notícias de o salário mínimo será reduzido.</i>
<b>D4</b>	<i>Resolver o problema da delinquência acho difícil...</i>	<b>Post: a redução da maioria penal</b> <b>Link:</b> < <a href="https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/364174845/reducao-da-maioridade-penal">https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/364174845/reducao-da-maioridade-penal</a> >. <b>Encaminhamento da discussão:</b> <i>A redução da maioria penal resolve o problema da delinquência juvenil no Brasil?</i>

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor

Um breve exame das Unidades de Significado e dos objetos de discurso que os sujeitos da pesquisa construíram para concretizarem seus “projetos de dizer” nos coloca diante de aspectos importantes para compreensão do processo de referenciação no âmbito do texto digital, de modo especial, nos comentários facebookianos.

O primeiro aspecto que destacamos, considerando a situação de produção dos comentários e as peculiaridades da conversação em rede, é, como já sinalizamos no início desta análise, o da inevitabilidade de associação da introdução/ativação ancorada “com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação” (KOCH, 2014, p. 51). Como no Facebook não há uma sequência textual ininterrupta do *post* ao comentário, de que outra maneira poderíamos compreender as introduções ancoradas (intertextuais) realizadas pelos sujeitos em suas práticas discursivas senão por meio da associação ou da inferenciação?

Essa questão nos leva a pontuar mais uma vez que, em se tratando dos aspectos de sentido, “compreender um texto é uma operação que vai além de seu aparato linguístico, pois se trata de um evento comunicativo em que operam, simultaneamente, ações linguísticas, sociais e cognitivas” (ANTUNES, 2010, p. 31).

A esse respeito, Koch (2014) reitera:

[...] as inferências podem ser vistas como processos cognitivos através dos quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação textual explicitamente veiculada e levando em conta o contexto, constrói novas representações semânticas (KOCH, 2012, p. 143).

O segundo aspecto consiste no fato de essa inter-relação entre os referentes introduzidos pelos sujeitos nos textos/comentários e suas “âncoras” co(n)textuais configurar-se como um traço característico da hipertextualidade, que ultrapassa as

fronteiras da cotextualidade pelas diversas possibilidades de conexão no âmbito do ciberespaço (LÉVY, 2010), isto é, “de um espaço no qual tem lugar um modo digital de enunciar e construir sentido diferente do que tínhamos nas dimensões do texto impresso” (CAVALCANTE, 2012, p. 54).

Logo, nos comentários facebookianos, os sentidos são construídos dentro daquilo que Ricoeur (1996), em sua Teoria da Interpretação, considera como “referência não ostensiva”, ou seja, em que o ato de referir, por meio da semântica de profundidade, não se limita ao mero apontar para o já existente no âmbito das palavras no cotexto, mas também, e, sobretudo, para o que as transcende em termos de significação.

A propositura ricoeuriana coaduna-se com aquilo que, no âmbito da textualidade – das tramas que constituem um texto – Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Koch (2014, 2015), Marcuschi (2008) e Roncarati (2010) chamam de “as cadeias do texto” ou “cadeias referenciais” e Matos (2018), numa ressignificação do termo, de “redes referenciais”, em que compreender as tessituras de um texto passa a significar ir além de suas estruturas léxico-gramaticais. É nessa perspectiva que o processo dinâmico e negociado de construção de referentes acontece nos comentários facebookianos.

Prosseguindo a análise, voltamos o nosso olhar para a segunda categoria: *Construções Anafóricas*. Essa categoria pôde ser observada em todas as Descrições, a partir das Unidades de Significado destacadas em:

*...nunca uma pessoa realmente poderia dizer que o cll tá virando **uma “droga”**... (D1)*  
*...para mim, nunca foi **uma droga**, logo n vejo nada de tão interessante (D1)*  
*Discordo...acho que é **uma droga**. Assim como jogos etc.. (D1)*  
*...quase não percebemos o quão ficamos alienados a **certos vícios** q podem sim nos levar a **doenças psíquicas** (D1)*  
*As pessoas acham tão natural, que não percebem que **isso** se torna **um vício** (D1)*  
*mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante a ponto de dedicarem sua própria vida a **isso** (D1)*  
*...o que mais se vê atualmente, pessoas usando **esse direito** para ofender qualquer coisa possível (D2)*  
*A rede social está sendo usada ultimamente só para ofender uns aos outros, sem mais fins, e **isso** não é bom (D2)*  
*Acho que **ela** quer é se aparecer, porque tem muita gnt que vive com menos de um de 1 salário, **ela** quer é enricar (D3)*  
*Só acho que **ela** passou dos limites, como a pessoa pode ser tão gananciosa como **ela**, com um salário que **ela** ganhar dar pra pagar uns 6 professores, e **Ø** ainda fica reclamando que é trabalho escravo, quem paga **ela** não é presidente ã, somos nós cidadãos. Um erro é por isso que só tem político*

*corrupto, por causa da ganância. Coitada virou **escrava**, sendo assim queria trabalhar no lugar **dela**... (D3)*

***Ela** faz isso porque  $\emptyset$  nunca passou necessidade de verdade*

*Ao contrário **dela**, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário **dela** que usa nosso dinheiro para o benefício próprio e  $\emptyset$  ainda fica insatisfeita...*

*Se **ela** acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade **dela** de raciocínio...(D3)*

*....  $\emptyset$  deveria saber que o maior escravo é aquele que trabalha um absurdo e ganha tão pouco. Como R\$ 31 mil não supre **suas** necessidades? Queria ver se **ela** sobreviveria com um salário mínimo do cidadão brasileiro. (D3)*

*A delinquência em um meio geral pode se observar q **ela** surge de um ponto “a desigualdade social”, e por **esse motivo**  $\emptyset$  acaba transformando jovens em delinquentes. Seguindo **esse ponto de raciocínio** creio q **esse problema** n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar. (D4)*

*Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira*

*Se **eles** não tivessem pensamentos, não cometeriam **esses tipos de coisa** (D4)*

***Isso** seria uma revolução total na criminalidade (D4)*

A efusiva manifestação do fenômeno anafórico nessas Descrições comprova a importância da anáfora como estratégia referencial para o ato de dizer dos sujeitos interagentes em rede. Ao retomarem anaforicamente objetos de discurso presentes no co(n)texto, esses sujeitos põem em operação um dos movimentos básicos da progressão referencial, a reativação, a partir da tríplice movimentação que costuma ocorrer, quando produzimos um texto: ativação, reativação e desativação (KOCH, 2010, 2015, 2017; CAVALCANTE, 2011, 2012). Isto porque,

[...] na escrita de um texto, remete-se, continuamente, a referentes que já foram antes apresentados e, assim, introduzidos na memória do interlocutor; e acrescentam-se as informações novas, que, por sua vez, passarão também a constituir suporte para outras informações (KOCH, ELIAS, 2010, p. 138).

É importante lembrarmos que a construção de sentido(s) por meio de retomadas anafóricas transcende as realizações puramente cotextuais. Há momentos, como em outras situações já analisadas em nossa pesquisa, em que somente pelo contexto é possível chegarmos à compreensão/interpretação do que é dito pelos sujeitos em suas interações comunicativas, o que podemos comprovar a partir das Unidades de Significado destacadas a seguir:

***Ela** faz isso porque  $\emptyset$  nunca passou necessidade de verdade*

*Ao contrário **dela**, essas pessoas que recebem salário mínimo pelo menos lutam pra colocar comida na mesa, ao contrário **dela** que usa nosso dinheiro para o benefício próprio e  $\emptyset$  ainda fica insatisfeita...*

*Se **ela** acha que ficar sem ir ao salão é difícil, a capacidade **dela** de raciocínio...(D3)*

Para sabermos o que é referido pelos pronomes anafóricos (explícitos e implícitos) nessas realizações linguísticas, precisamos recorrer ao contexto das interações sociodiscursivas dos sujeitos/interagentes no Facebook. Com isso, mais uma vez, comprovamos o caráter profundamente cooperativo e negociado do processo de referenciação, que, como defende Matos (2018), se realiza dentro das redes referenciais e seus múltiplos nexos contextuais. Na rede social Facebook, os “domínios do uso da linguagem são mais fluidos, bem como as noções de grupos e comunidades, significativas para o uso da linguagem” (BARTON, LEE, 2015, p. 31).

Assim, partimos do pressuposto de que, nas interações dos sujeitos no Facebook, a própria situação de comunicação possibilita a compreensão “do que é dito” e “sobre o que(m) é dito”. Quando alguém faz uma postagem nessa rede social, que permite interagir por meio da produção de comentários, “isto imediatamente cria conexões intertextuais entre textos e recursos disponíveis *online*” (BARTON, LEE, 2015, p. 59). É por essa razão que defendemos, com Koch (2010, p. 30), a “concepção de que **o sentido não está no texto**, mas **se constrói a partir dele**, no decurso da interação”, o que, por sua vez é corroborado, por Cavalcante (2017, p. 145), quando afirma ser “imprescindível [...] que se atente para o papel preponderante da atividade do discurso em sua dimensão situacional, social e interacional”, pressuposto esse com o qual concordamos inteiramente.

Na categoria *Construções Anafóricas*, explicitamos um dos aspectos mais recorrentes do processo de referenciação: a remissão anafórica, que faz retomada de elementos precedentes do co(n)texto.

Passemos à análise da categoria *Sujeitos Enunciadores*, nome que adotamos para tratarmos do fenômeno dêitico na rede social Facebook. Essa categoria se revela nas Unidades de Significado destacadas nas Descrições a seguir:

*ñ existe dependência do cll na **minha** opinião / só **[eu]** acho errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o cllr em vez de brincar (D1)*

*...para **mim**, nunca foi uma droga, logo **[eu]** n vejo nada de tão interessante (D1)*

***[Eu]** Discordo... [eu] acho que é uma droga ... (D1)*

***[Eu]** Discordo tbm ... (D1)*

***[Eu]** Concordo (D1)*

***[Eu]** Creio q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite (D2)*

*Pra **mim**, liberdade de expressão é **você** expor uma ideia de forma educada e não perder a classe (D2)*

*Se **você** é arrogante, naturalmente não será educada! (D2)*

***[Eu]** Acho que ela quer é se aparecer... (D3)*

*[Eu] Só acho que ela passou dos limites... /... [eu] queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☹ (D3)*  
*[Eu] Queria ver se ela sobreviveria... (D3)*  
*Pra mim, essa Ministra nunca passou necessidade de verdade... (D3)*  
*Resolver o problema da delinquência [eu] acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social... (D4)*  
*[Eu] Acho q a diminuição da delinquência viria a ser uma consequência da redução da maioridade. (D4)*  
*...[eu] creio q esse problema n vai ser resolvido (D4)*  
*[Eu] Concordo plenamente*  
*Essa questão de dizer que menor de idade não “pensa”, é pura mentira (D4)*

Nas Unidades de Significado ora explicitadas (D1, D2, D3 e D4), a categoria *Sujeitos Enunciadores* manifesta-se, unanimemente, sob a forma de dêixis representada pelos dêiticos pessoais, já que “os pessoais são os dêiticos por excelência, porque remetem diretamente aos sujeitos da enunciação, o que se reflete na concordância verbal, de primeira e segunda pessoas gramaticais” (CAVALCANTE, 2011, p. 96).

Essa categoria nos coloca, portanto, diante de sujeitos cujos propósitos comunicativos consistem na manifestação de opiniões pessoais sobre determinados assuntos que lhes foram/são apresentados a partir de postagens veiculadas na rede social Facebook, o que faz com que seja natural a ocorrência do fenômeno dêixis pessoal.

Ao enunciarem, esses sujeitos põem em evidência o caráter intersubjetivo da língua(gem), intersubjetividade essa que se revela como uma subjetividade (com)partilhada (CAVALCANTE, 2012). Isso significa dizer que, “nas interações, as ideias não se processam na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros” (CAVALCANTE, 2012, p. 110), como podemos comprovar, por exemplo, nestas Unidades de Significado em destaque nas seguintes realizações linguísticas:

*ñ existe dependência do cll na minha opinião / só [eu] acho errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o cllr em vez de brincar (D1)*  
*[Eu] Discordo... [eu] acho que é uma droga ... (D1)*

As Unidades de Significado revelam que a resposta reativa do sujeito em “[Eu] Discordo... [eu] acho que é uma droga ...” (D1) torna-se possível, dentro desse processo enunciativo, a partir do que foi percebido por esse sujeito acerca do enunciado anterior: “ñ existe dependência do cll na minha opinião / só [eu] acho errado os pais desde cedo estimularem as crianças a usar o cllr em vez de brincar” (D1),

comprovando, dessa forma, que há de fato subjetividades (com)partilhadas nos comentários facebookianos.

Além desse caráter intersubjetivo da dêixis pessoal, considerando a questão da interlocução nas práticas enunciativas facebookianas, constatamos que não há identificação cotextual de “para quem” o “eu-enunciador” de cada realização linguística se dirige. Assim, voltamos a afirmar, com base em Mondada (1994, 1995), Cavalcante (2011, 2012), Koch (2010, 2015, 2017) que, como o processo de referenciação não se realiza somente cotextualmente, os enunciatários desses sujeitos enunciadorees podem ser identificados a partir contexto sociocomunicativo da interação/conversaão em rede (RECUERO, 2014). Num processo de interação sociocomunicativa ocorrido em uma rede social como Facebook, os sujeitos enunciadorees, embora sinalizassem para um enunciatário/destinatário em especial ao escreverem seus comentários, não poderiam, em virtude do alcance dessa rede social, restringir a rede de interlocutores, que possui uma natureza (hiper)ampliada no ciberespaço (LÉVY, 2010).

Continuando a análise das categorias reveladas nos dados da pesquisa, temos *Referentes Argumentativos*. Embora possa parecer redundante expressarmos assim, uma vez que a argumentação é uma atividade inerente à linguagem, (KOCH, 2011), resolvemos nomear essa *categoria* dessa forma para expressarmos o quão perceptível é a utilização de estratégias argumentativas pelos sujeitos interagentes no Facebook.

Para uma melhor compreensão dessa face do fenômeno referencial que nos foi revelado, explicitamos as seguintes Unidades de Significado:

*logo n vejo nada de tão interessante* (D1)  
**verdade** (D1)  
*mas algumas pessoas vêem como algo tão interessante* (D1)  
*isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio* (D2)  
*Sim, pois liberdade temos q ter, mas o bom senso, educação e empatia tem que vir nos acompanhando* (D2)  
*Creio q para haver uma harmonia entre ambas as partes deveria existir um limite e também pq usar as redes sócias sem ter um filtro pode nos expor a vários perigos tanto cibernético como na própria vida real ,uma vez q nem sempre sabemos quem ta do outro lado da tela* (D2)  
*Liberdade de expressão é uma coisa que deve ser limitada, chega a ser até comprometedor alguém expressar ofensas à outra pessoa. Tudo tem limite* (D2)  
*Pra mim, liberdade de expressão é você expor uma ideia de forma educada e não perder a classe. Se você é arrogante, naturalmente não será educada!* (D2)

*Um erro é por isso que só tem **político corrupto**, por causa da **ganância**. Coitada virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☹️ (D3)*

*Ela faz isso porque nunca passou **necessidade de verdade***

*Ao contrário dela, essas pessoas que recebem **salário mínimo** pelo menos lutam pra colocar **comida na mesa**, ao contrário dela que usa nosso dinheiro para **o benefício próprio** e ainda fica insatisfeita ☹️ (D3)*

*Resolver o problema da delinquência acho difícil uma vez q está é fruto da desigualdade social, ou seja, será necessário **uma série de mudanças na sociedade** para q o nível de delinquência diminua, para aí então diminuir **a maioria penal**. (D4)*

*Acho q **a diminuição da delinquência** viria a ser **uma consequência da redução da maioria**. Sendo q hj os adolescentes vivem muito alienados a **“ganges”** e **pensamentos maléficos**, a consequência do ato seria a própria reação(o se sentir tbm colocando em regras repressoras) (D4)*

*A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto **“a desigualdade social”**, e por esse motivo acaba transformando jovens em **delinquentes**. Seguindo esse ponto de raciocínio creio q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar (D4)*

*Isso seria **uma revolução total na criminalidade**. Veríamos uma sociedade sendo mais valorizada diante de acontecimentos que normalmente não vemos **a justiça** ser feita. Veríamos **os jovens** arcarem com **as consequências de seus atos**. (D4)*

Analisando essa categoria, percebemos sujeitos interagentes manifestando-se linguisticamente por meio de textos/comentários, a partir dos quais expressam suas opiniões sobre diversos temas propostos por meio de postagens no Facebook, mais especificamente na página Debate News: Nomofobia (D1), Liberdade de expressão nas redes sociais (D2), Pedido de aumento salarial pela Ministra dos Direitos Humanos no governo Temer (D3) e Redução da maioria penal (D4). As Unidades de Significado revelam que esses sujeitos constroem referentes com uma forte carga argumentativa, fazendo com que essa face do fenômeno referência seja uma comprovação de que “Se o uso da linguagem se dá na forma de textos e se os textos são constituídos por sujeitos em interação, seus quereres e saberes, então, argumentar é humano” (KOCH, 2017, p. 23).

Marcuschi (2008) afirma ser muito difícil a identificação da intencionalidade nas situações de comunicação, por não sabermos se ela pertence ao autor ou ao leitor, já que ambos têm intenções. Embora reconheçamos a complexidade desse processo, divergimos quanto a essa “tamanho dificuldade” em relação à percepção das intencionalidades dos sujeitos em situação de interação sociocomunicativa. Para tanto, evocamos a hermenêutica filosófica ricoeuriana que nos traz a seguinte concepção: “a intenção subjetiva do locutor e a significação do discurso sobrepõem-

se um ao outro de tal modo que é a mesma coisa entender o que o locutor pretende dizer e o que o seu discurso significa” (RICOEUR, 1996, p. 41).

Essa propositura ricoeuriana pode ser ratificada a partir das Unidades de Significado a seguir:

*logo n vejo **nada de tão interessante** (D1)*

*Liberdade de expressão é **uma coisa que deve ser limitada**, chega a ser até comprometedor alguém expressar **ofensas** à outra pessoa. Tudo tem **limite** (D2)*

***Um erro** é por isso que só tem **político corrupto**, por causa da **ganância**. Coitada virou escrava, sendo assim queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário. ☹️ (D3)*

*A delinquência em um meio geral pode se observar q ela surge de um ponto “**a desigualdade social**”, e por esse motivo acaba transformando jovens em **delinquentes**. Seguindo esse ponto de raciocínio creio q esse problema n vai ser resolvido pois tem apenas tendencia cada vez mais de piorar (D4)*

Destacamos essas Unidades de Significado como um exemplo, para reiterarmos que, nas práticas enunciativas dos sujeitos interagentes na rede social Facebook, os referentes são construídos como estratégias argumentativas, como o comprovado em: *nada de tão interessante* (D1); *uma coisa que deve ser limitada/ofensas/ limite* (D2); *Um erro / político corrupto / a ganância* (D3); *“a desigualdade social” / delinquentes* (D4). Portanto, esse é um traço característico da referenciação no âmbito dessa rede social.

Para chegarmos a essa compreensão, procuramos vivenciar nesta análise o que Ricoeur (1989) propõe: “[...] a interpretação desenvolve o ‘como’: considerar como. Este caráter da intenção aparece claramente em todos os casos em que a alegação de **uma intenção exige discussão, argumentação**” (RICOEUR, 1989, p. 45 – destaque nosso).

Assim, reiteramos que, ao propormos a categoria *Referentes Argumentativos*, num esforço teórico-metodológico para trazer mais luz à nossa questão norteadora, Como se realiza a referenciação no texto digital?, consideramos que

Este olhar do interrogador ou interrogador, por sua vez, é jamais um olhar dele mesmo, isolado, mas um olhar plural do qual fazem parte todos aqueles com quem ele mesmo é no-mundo. Mas é também um olhar exclusivo, no qual se expõe toda sua singularidade. Esse olhar do interrogador também deve ser interrogado fenomenologicamente, em busca de seu sentido (CRITELLI, 2006, p. 149).



Nossos dados também apontaram outras possibilidades de remissão referencial, nossa quinta categoria aberta: *Referentes Prospectivos*, revelada por meio das seguintes Unidades de Significado:

*Não deveria permitir, todos deveriam ter **isso** em mente, / **isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio...** (D2)  
Essa questão / **de dizer que menor de idade não “pensa”** (D4)*

Essas Unidades de Significado revelam o fenômeno referencial das remissões projetivas (para frente) utilizando a catáfora e seguindo uma direção oposta (mas não dicotômica) em relação à anáfora. Trata-se de uma possibilidade a mais que sujeitos em situação de interação sociocomunicativa – como os que interagem na rede social Facebook – têm de realizar o processo de referenciação e de produzir sentido(s) em seus textos. A catáfora é “um tipo de referência interna ao texto, em que o referente é designado ou inferível depois da atualização da forma remissa, fazendo com que o leitor, na procura por esse referente, dirija sua atenção para a continuidade do texto” (FERNANDES, 2014, p. 605), fato importante para compreendermos o querer dizer dos sujeitos em suas construções textuais facebookianas. Isso pôde ser comprovado em:

*...todos deveriam ter **isso** em mente, (Mas isso o quê?): **isso de não usar a liberdade de expressão como discurso de ódio...** (D2) ou  
Essa questão (Que questão?): **de dizer que menor de idade não “pensa”** (D4)*

Embora em nossas análises tenhamos visto o fenômeno catafórico manifestar-se apenas em duas Descrições, a D2 e D4, uma baixa frequência se compararmos aos outros fenômenos referenciais revelados, não nos deixamos levar pela “baixa quantidade” de construções catafóricas nas realizações linguísticas dos sujeitos interagentes no Facebook, pois para a práxis fenomenológica todo dado tem sua devida importância.

Assim, e estivermos concentrados numa coisa percebida [...], “compreender” será, nesta mesma acepção, assumir essa coisa na sua intenção total – não apenas naquilo que ela representa, como propriedade de coisa percebida, mas será apreendê-la no conjunto dos acontecimentos históricos [...] (MARTINS, 1992, p. 63).

Em nossa pesquisa, buscamos primar pela qualidade dos dados, por isso, diante da catáfora como “coisa percebida” nas realizações linguísticas dos sujeitos, à

luz da semântica de profundidade ricoeuriana, constatamos ser essa estratégia referencial um aspecto que nos levou melhor compreendermos como o processo de referenciação se realiza no texto digital.

Foi com o olhar interrogador que chegamos até este ponto de nossa investigação. No entanto, em função do que os dados nos revelaram a partir das Unidades de Significado, apresentamos, ainda, o caso particular de um fenômeno, uma singularidade no que diz respeito ao ato de referir no texto digital: os referentes paralinguísticos. Esses referentes foram encontrados em uma única Descrição (D3), como podemos observar:

... *queria trabalhar no lugar dela e ganhar aquele salário.* ☹ (D3)  
 ... *e ainda fica insatisfeita* ☹ (D3)  
 ... *a capacidade dela de raciocínio é tão pequena ...* ☹ (D3)

Chamamos de *paralinguísticos* os referentes que são construídos com a utilização de *emoticons*. Apesar de esse recuso ser bastante comum nas interações comunicativas em ambientes da Internet, em nossa pesquisa, não encontramos muitas ocorrências, o que nos impossibilitou de verificarmos a variação do fenômeno, de realizarmos analogias, comparando os seus diversos usos. Por essa razão, com base em Martins (1992), não tratamos esse fenômeno como uma categoria aberta, mas como um caso de idiossincrasia.

O referente paralinguístico “☹”, somado aos demais referentes construídos discursivamente, corrobora a intenção enunciativa dos sujeitos. Assim, podemos compreender esse processo de construção de referentes dentro do que Xavier (2002) chama de um modo de enunciação digital, o que é entendido por Araújo (2010) – na associação da palavra com a imagem/emoticon –, como uma forma de ampliar as possibilidades de negociação de sentidos no texto.

Portanto, mesmo em se tratando de uma idiossincrasia, não poderíamos ignorar esse dado da pesquisa, principalmente, pelo fato de estarmos analisando o processo de construção de sentido(s) no texto digital.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas Considerações Finais com a seguinte citação de Critelli (2006, p.76): “Tudo o que há, enquanto não é desvelado, pertence ao reino do *nada*, do oculto”. Foi essa constatação que nos motivou em nossa trajetória investigativa, em que buscamos trazer à luz faces importantes do fenômeno por nós estudado, a fim de que, uma vez reveladas, possam contribuir para o desenvolvimento dos estudos linguísticos, de modo especial, aqueles voltados ao texto. Chegamos, pois, ao final de nosso percurso e voltamo-nos, mais uma vez, à questão que nos guiou até aqui: Como o processo de referenciação se realiza no texto digital?

Para respondermos a essa questão, tomamos como princípio fundamental o pressuposto de que “A interpretação é, portanto, talvez o acto essencial do pensamento humano; na verdade, o próprio facto de existir pode ser considerado um processo constante de interpretação” (RICOEUR, 1997, p. 20). Nossos resultados surgiram, pois, dessa consciência acerca do pensamento humano, tendo como eixo central a Análise Fenomenológico-Hermenêutica dos dados, compreendendo que, em fenomenologia, o “como das coisas” tem mais relevância que “o porquê das coisas”, e que o modo (processo) sobrepõe-se às causalidades. Assim sendo, a explicitação das Unidades de Significado pela Análise Ideográfica e, conseqüentemente, a convergência das Descrições e identificação das categorias abertas, pela Análise Nomotética, em consonância com o arcabouço teórico que construímos, numa visão não dicotomizada da relação entre teoria e prática, possibilitaram-nos chegar a alguns pontos importantes da investigação. Dentre eles, destacamos os seguintes:

1) Os sujeitos interagentes na rede social Facebook, por meio da construção de textos/comentários, realizam o ato de referir como forma de consolidarem seus “projetos de dizer”, construindo colaborativamente, objetos de discurso e acionando para isso os processos referenciais fundamentais: *introdução referencial, remissões e retomadas anafóricas, remissões catafóricas e os dispositivos dêiticos*, no movimento tríptico de *ativação, reativação e desativação referencial*.

Esses sujeitos realizam tudo isso numa perspectiva de comunicação hipertextual, cuja forma de leitura é marcada pela não linearidade e instabilidade (hiperleitura), o que influencia diretamente na construção de sentido(s). Assim, a

referenciação no texto digital se consolida como um processo ainda mais dinâmico, negociado e instável de construção de referentes, confirmando, dessa forma, aquilo que já foi apontado no nosso arcabouço teórico, como a noção de redes referenciais (MATOS, 2018), ou seja, do processo que se efetiva a partir de interconexões de sentidos na construção dos referentes, em meio a uma multiplicidade de relações, funcionalmente, adaptáveis em favor da construção de textos e da promoção da coerência.

2) O processo de referenciação no texto digital transcende, pois, a visão puramente referencialista da língua(gem), em que referir corresponde meramente à “etiquetagem das coisas do mundo” e ultrapassa, também, a concepção de uma “referência ostensiva”, isto é, que restringe o sentido à palavra isolada e fora de contexto. Desse modo, podemos dizer que aspectos como o contexto e a inferenciação são fundamentais para o ato de referir no texto digital, em razão da própria natureza da comunicação em rede, em que nem tudo é dito explicitamente, e nem é necessário que o seja, pois os sujeitos realizam suas enunciações digitais (XAVIER, 2002) já prevendo, num processo profundamente negociado, como se dará a recepção da mensagem pelo(s) seu(s) interlocutor(es), numa ação notadamente de co-enunciação.

3) A intersubjetividade, que se revela como sendo uma subjetividade (com)partilhada (CAVALCANTE, 2012) constitui-se uma outra característica marcante do processo de construção de sentido(s) no texto digital, o que não consideramos ser uma mera coincidência em se tratando de interações sociocomunicativas no Facebook, em que as ideias não se desenvolvem isoladamente na mente de cada sujeito, fazendo com que “compreender” e “fazer compreender”, nesse contexto, dependa de como os sujeitos interagentes percebem o modo de agir uns dos outros, em suas ações de linguagem, reafirmando o caráter profundamente negociado de todo esse processo.

4) As práticas discursivas no Facebook revelam mais uma face do fenômeno referenciação: a intenção argumentativa na construção de referentes. A língua(gem), por si só, já possui uma natureza argumentativa. Logo, se os sujeitos interagentes são instigados a comentar sobre temas diversos e, por vezes, polêmicos, é natural que o façam com o propósito de opinar e de buscar convencer seu(s) interlocutor(es) acerca de alguma ideia que queiram defender. Isso significa dizer que não há neutralidade na prática discursiva. Toda ação de dizer carrega, em si, um propósito, uma intenção,

o que não pode ser ignorado em uma análise sobre o processo de referenciação que, como já o dissemos em outros momentos desta pesquisa, é um processo que se realiza em função de um “querer dizer”.

Destacados os pontos que consideramos importantes sobre o desvelamento de nosso fenômeno de investigação, apontamos ainda as seguintes contribuições de deste trabalho: trazer para a discussão e reflexão questões pertinentes ao texto e à construção de sentido(s); aproximar dois domínios do conhecimento linguístico e humano: a referenciação e a fenomenologia.

A discussão e reflexão de questões pertinentes ao texto e à construção de sentido(s) possibilita a realização de leituras mais aprofundadas sobre o lugar do texto no âmbito das interações humanas, que são permeadas de significações, constituindo-se, portanto, em um campo fértil para pesquisas linguísticas das mais variadas naturezas. Isso porque, no sentido de aguçar o nosso olhar investigativo, assumimos a ideia de que um texto tem muito a revelar se nos dispusermos a ultrapassar a sua superficialidade e enveredarmos na profundidade de suas tramas e tessituras.

Nosso trabalho pôs em evidência os avanços teóricos e epistemológicos ocorridos no âmbito da Linguística Textual, ressaltando, nesse processo de atualização científica, a transição das abordagens centradas nos aspectos transfrásticos e sintático-semânticos para as abordagens vinculadas à perspectiva sociocognitivo-interacionista e discursiva da língua(gem), na qual se assentam os pressupostos teóricos da referenciação como processo imprescindível à construção de sentido(s) do texto.

Fizemos esse primeiro percurso para, em seguida, adentrarmos em um terreno ainda pouco explorado no meio científico: o texto digital, albergado pela rede social Facebook, em seus espaços de escrita destinados à produção de Comentários. Dessa forma, somamo-nos a outros pesquisadores da área de linguagens e assumimos o desafio de encontrar caminhos viáveis para a aplicação das teorias linguísticas já consagradas, como as pertinentes à questão referencial, objeto de nosso estudo, em função da compreensão e da interpretação de fenômenos linguísticos que se manifestam nesse tipo de texto. Contudo, esclarecemos que nossa pesquisa, pelos caminhos que trilhamos, na articulação entre teoria e método,

contribui para pensarmos como se dá a referenciação em qualquer texto, e não apenas no gênero por nós analisado.

Outra contribuição que julgamos ser importante foi aproximar dois domínios do conhecimento linguístico e humano: a referenciação e a fenomenologia. A partir desse elo teórico-epistemológico e metodológico, nos colocamos diante da laboriosa tarefa de analisar/interpretar textos/comentários produzidos na rede social Facebook, por sujeitos histórica e socialmente situados, procurando compreender de que forma os sentidos são aí construídos. Buscamos, para tanto, olhar para além das aparências, numa análise fundada na semântica de profundidade e na Teoria da Interpretação ricoeuriana, aproximando desse modo sentido e referência, em vista de uma compreensão e interpretação dos sentidos mais profundos desses textos. Realizamos esse percurso elíptico com o seguinte pensamento: “Se se pode dizer que coincidimos com alguma coisa não é com a vida interior do outro ego, mas com o desvelamento de um modo possível de olhar para as coisas, que é o genuíno poder referencial do texto” (RICOEUR, 1996, p. 104).

Diante dessa ideia, reconhecemos a relevância de nossa pesquisa para o aprofundamento e amadurecimento dos estudos linguísticos em torno texto, quando nos propusemos a investigar o processo de referenciação e a construção de sentido(s) no texto digital, sob um olhar fenomenológico. Mas reconhecemos, também, que ainda há muito por desvelar em relação a esse fenômeno. O que fizemos aqui foi apontar algumas possibilidades de respostas à nossa questão norteadora, a partir do que os dados nos revelaram, tendo em mente que a incompletude de nosso trabalho não é um defeito, mas a certeza de que o campo está aberto para todos os que, como nós, se dispuserem a investigar, pois a ciência não cessa.

## REFERÊNCIAS

- ABBGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ADAM, Jean-Michel. **A linguística: introdução à análise dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. O que é Linguística Textual? In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (orgs.). **Linguística Textual: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017.
- ALVES FILHO, Francisco; SANTOS, Eliane Pereira dos. **O tema da enunciação e o tema do gênero no comentário online**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 78-90, abr./jun. 2013.
- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2017.
- APOTHEÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Barnardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016.
- ARAÚJO, Júlio César Rosa de. Transmutação de gênero na *web*: a emergência do *chat*. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. Conectando os autores na rede. In: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson (orgs.). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- AUROUX, Sylvan. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. **A linguística, o texto e o ensino de língua**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- BAGNO, Marcos. **Gramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 1. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BERTUCCI, Roberlei Alves. **Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião**. Revista Latras, Curitiba, n. 70. p. 207-221, set./dez. Editora UFPR, 2006.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BOECHAT, Tatiane. **A definição ostensiva das palavras como fundamento da linguagem**. V Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Política). **Novo presidente da República, Bolsonaro toma posse em 1º de janeiro**: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias>>. Acesso: 3 jan. 2019.

CAMPOS, Francimar Arruda. Hermenêutica da Significação. In: CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.

CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo. **Referenciação, multimodalidade e humor em tias cômicas do Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: Sobre Coisas Ditas e Não Ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; MESQUITA, Lívia de Lima. **Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 55-63, jan./mar. 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto (orgs.). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Barnardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016.



CHAROLLES, Michel. **Introduction aux problèms de la coheréce des texts.** Langue Française, 38, 1978.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi (orgs.). **Referenciação.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CRITELLI, Dulce Mára. **Analítica do sentido:** uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CRYSTAL, David. **Language and the Internet.** Cambridge University Press, 2001.

CURY, Augusto. **O mestre do amor.** Academia da Inteligência: 2002.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística textual:** uma introdução. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia:** as novas ferramentas da comunicação digital. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil:** quatro aulas na École Normale Supérieure. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FOLLARI, Roberto A. Problemas em torno da pesquisa qualitativa. In: BIANCHETT, Lucidio; MEKSENAS, Paulo (orgs.). **A trama do conhecimento:** teoria, escrita em ciência e pesquisa. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GOMES, Francelino de Araujo. Do Empirismo à Fenomenologia. In: CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e hermenêutica.** Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.

GOMES, Luiz Fernando. **Hipertextos multimodais** - Leitura e escrita na era digital. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Hipertexto no cotidiano escolar.** São Paulo: Cortez, 2011.

GOUVÊA, Lúcia Helena; PAULIUKONIS, Aparecido Lino; MONNERAT, Rosane. Texto, contexto e contexto: processos de apreensão da realidade. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida; ELIAS, Vanda Maria (orgs.). **Linguística textual e ensino.** São Paulo: Contexto, 2017.

HEINEMANN, Wolfgang. **Textlinguistik heute. Entwicklung, Probleme, Aufgaben.** Wissenschaftliche Zeitschrift der Karl-Marx Universität. Leipzig, 1982.

HESSEN, Joannes. **Teoria do conhecimento.** 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HORIZONTE. **Canção do exílio**. Disponível em <<http://www.horizonte.unam.mx/brasil/gdias.html>>. Acesso: 26 nov. 2018.

HUSSERL, Edmund. **L'origine de la géometrie**. 2. ed. Paris, P.U. F, 1974.

\_\_\_\_\_. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. 6. ed. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006.

JUBRAN, C. C. A. S. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. de (org.). **Gramática do português falado**. vol. 1: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

KLEIBER, Schnedecker & UJMA, L. Lanaphore associative, d'une conceptio l'auture. In: SCHNEDECKER, C. et al. (eds.). **2'Anaphore Associative** (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques). Paris, Klincksick, 1991/1194.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore Villaça; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol. 3. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LETRAS. **Quem de Nós Dois**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/1397341/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é virtual?**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA, Veraluce da Silva. **O ensino de Língua Portuguesa**: uma abordagem fenomenológica. Dissertação (Dissertação em Educação). UFMA – São Luís, 1997.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. Recategorização metafórica e humor: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referência e outros domínios discursivos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Linguística de texto**: o que é e como de faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Adwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referência e discurso**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MACHADO, Ida Lucia. **A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa**. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso. São Paulo, 9 (1): 118-137, Jan./Jul. 2014.

MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida; ELIAS, Vanda Maria (orgs.). **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo**: educação como póiesis. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

MATOS, Janaica Gomes. **Em defesa da noção de redes referenciais na construção do texto**. Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. v. 33. n. 65 (2018). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br>>. Acesso: 20 ago. 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Les sciences de L'homme et la phénoménologie. In: **Bulletin de Psychologie**. Paris, 1964.

\_\_\_\_\_. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours: Université de Lausanne, 1994.

\_\_\_\_\_. **La construction discursive des objets de savoir dans l'écriture de la science**. In: Réseaux, volume 13, n°71, 1995.

\_\_\_\_\_. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna Christina. **Referenciação e discurso**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Barnardete Biasi; CIULLA, Alena. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016.

MONTEIRO, Daniela Arns Silveira. **O Gênero Comentário**: análise sócio-retórica de exemplares publicados nos jornais Diário Catarinense e Folha de S. Paulo. Dissertação - Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2008.

MORATO, Edwiges Maria. Linguística Textual e Cognição. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (orgs.). **Linguística Textual**: interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017.

NOJOSA, Urbano Nobre. Da rigidez do texto à fluidez do hipertexto. In: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

OFICINA DA NET. **As 10 maiores redes sociais – Atualizado**. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>>. Acesso: 31 mai. 2018.

O'SULLIVAN, Edmund. **Aprendizagem transformadora**: uma visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

PAISANA, João. **Fenomenologia e Hermenêutica**: a relação entre as filosofias de Husserl e Heidegger. Editora Presença: Lisboa, 1992.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Facebook: um estado atrator na internet. In: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Vilson. **Redes sociais e ensino de línguas**: o que temos de aprender?. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PERUJO SERRANO, Francisco. **Pesquisar no labirinto**: a tese de doutorado, um desafio possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

REZENDE, Antonio Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

RICOEUR, Paul. **Le conflit des interprétations**. Essais d'hermeneutique. Éd. Du Seuil, 1969.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés-Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação.

\_\_\_\_\_. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 2005.

RONCARATI, Cláudia. **As cadeias do texto**: construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SANTOS, Veraluce Lima dos. **A influência das tecnologias de informação e de comunicação no uso da língua e suas implicações no ensino de língua portuguesa** / Veraluce Lima dos Santos. – Évora-Portugal, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SHEPHERD, Tânia G.; SALIÉS, Tânia G (orgs.). **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHWARZ, Monika. **Indirekte anaphern in texten**. Tübingen: Niemeyer, 2000.

SIEBNEICHLER, Flávio Beno. Fenomenologia e Hermenêutica. In: CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1983.

SPADARO, Antonio. **Web 2.0**: redes sociais. São Paulo: Paulinas, 2013.

YATES, Simeon J. Computer-mediated communication. The future of the letter? In: BARTON, David; HALL, Nigel (orgs.) **Letter writing as a social practice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

XAVIER, A. C. **O hipertexto na sociedade da informação**: a constituição do modo de enunciação digital. 2002. Tese de – Unicamp. Campinas, 2002.

ZACHARIAS, Valeria Ribeiro de Castro. Letramento digital: desafios e possibilidades para o ensino. In: COSCARELLI, Carla Viana (org.). **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.